

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
INSTITUTO DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS, EDUCAÇÃO E
CRIATIVIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Juliâna Venzon

PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR: INTERLOCUÇÕES
COM OS PRINCÍPIOS DE UMA CIDADE EDUCADORA

Passo Fundo
2022

Juliâna Venzon

PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR: INTERLOCUÇÕES
COM OS PRINCÍPIOS DE UMA CIDADE EDUCADORA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade de Passo Fundo, para obtenção do grau de mestra em Educação, sob a orientação do Professor Doutor Telmo Marcon.

Passo Fundo
2022

CIP – Catalogação na Publicação

- V472p Venzon, Juliâna
Primeira infância melhor : interlocuções com os princípios de uma cidade educadora / Juliâna Venzon. – 2022.
113 f. : il. ; 30 cm.
- Orientador: Prof. Dr. Telmo Marcon.
Dissertação (Mestre em Educação) – Universidade de Passo Fundo, 2022.
1. Educação e Estado. 2. Política social. 3. Infância.
4. Educação. I. Marcon, Telmo, orientador. II. Título.

CDU: 37.014.5

Catálogo: Bibliotecário Luís Diego Dias de S. da Silva – CRB 10/2241

Juliâna Venzon

**PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR: INTERLOCUÇÕES COM OS PRINCÍPIOS DE
UMA CIDADE EDUCADORA**

Dissertação – versão defesa – apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade de Passo Fundo, para obtenção do grau de mestra em Educação, sob a orientação do Professor Doutor Telmo Marcon.

Aprovada em 22 de agosto de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Telmo Marcon
Presidente da Banca (Universidade Federal de
Passo Fundo)

Prof(a). Dr(a). Ivana Aparecida Weissbach
Moreira (UTFPR)

Prof(a). Dr(a). Dra. Rosimar Serena Siqueira
Esquinsani (Universidade de Passo Fundo)

Prof(a). Dr(a). Profa. Dra. Eliara Levinski
(Universidade de Passo Fundo)

Não sei se a vida é curta ou longa para nós, mas sei que nada do que vivemos tem sentido, se não tocarmos o coração das pessoas.

Muitas vezes basta ser: colo que acolhe, braço que envolve, palavra que conforta, silêncio que respeita, alegria que contagia, lágrima que corre, olhar que acaricia, desejo que sacia, amor que promove.

E isso não é coisa de outro mundo, é o que dá sentido à vida. É o que faz com que ela não seja nem curta, nem longa demais, mas que seja intensa, verdadeira, pura enquanto durar.

Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.

Cora Coralina

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela sua infinita bondade.

Ao meu filho Nicolas, minha fonte de inspiração, razão do meu viver.

Ao meu esposo Neimar e aos meus pais Sergio e Solange, que sempre me auxiliaram e contribuíram na minha caminhada, sempre fortalecendo os valores da família, incentivando-me nos estudos e contribuindo para pessoa e profissional que atualmente sou.

À minha família e aos meus amigos, pela compreensão nos momentos de ausência durante a realização do Mestrado e pelo incentivo de sempre.

Ao Profº. Doutor Telmo Marcon, pela orientação e pelo apoio.

Aos meus professores e colegas do Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Passo Fundo, pela intensidade das nossas experiências ao compartilhar saberes e sonhos.

Agradeço pela minha determinação, em lutar pela educação, uma vez que ela é um dos principais alicerces para a construção de uma sociedade mais humana. Agradeço por chegar até aqui e por cada obstáculo superado.

RESUMO

A dissertação “A primeira infância melhor: interlocuções com os princípios de uma cidade educadora”, defendida junto ao PPGEDU da UPF, na linha de Políticas educacionais, aborda um tema importante no âmbito das políticas socioeducacionais. A pesquisa, de natureza bibliográfica, documental e estatística, analisa a experiência em desenvolvimento da política denominada “Primeira Infância Melhor (PIM)”, no município de Camargo/RS. É na primeira infância que ocorre um desenvolvimento intenso da criança e as experiências de cuidado e aprendizagens vivenciadas nesse período influenciam a vida toda. Daí a necessidade de um investimento em políticas públicas intersetoriais que visem a promoção do desenvolvimento infantil, o fortalecimento dos vínculos familiares, a equidade social e a prevenção de todo tipo de violência e negligência para com as crianças. A Primeira Infância Melhor (PIM) é uma política pública intersetorial desenvolvida pela Secretaria Municipal de Educação, Saúde e Assistência Social que favorece a proteção integral dos indivíduos e visa fortalecer, mediante ações articuladas em rede, as famílias para os cuidados das crianças. O PIM tem uma metodologia de atenção e de cuidado que permite estar muito próximo das famílias, seja por meio das visitas domiciliares semanais, remotas ou das atividades grupais, promovendo para a primeira infância uma etapa marcada pela vigilância e pela promoção do desenvolvimento integral infantil. Este envolve a linguagem e a comunicação, a estimulação socioafetiva, cognitiva e da motricidade, bem como a interação parental, responsiva e positiva. O PIM, por meio do seu vínculo e protagonismo familiar, facilita o acesso dos indivíduos atendidos à rede de saúde, educação e assistência social. Na dissertação intenta-se, a partir de análise de dados, construir uma argumentação que esclareça o seguinte problema: Qual é a trajetória da Primeira Infância Melhor, como política pública, no Município de Camargo/RS, integrante da Associação de Cidades Educadoras? Para responder a esse problema objetiva-se contextualizar e analisar o PIM no Município de Camargo enquanto política pública e suas interlocuções com os princípios da carta de uma cidade educadora. Para dar conta desse propósito, realiza-se uma pesquisa qualitativa, incluindo a coleta de dados e uma análise documental. A dissertação divide-se em quatro capítulos. O primeiro, contextualiza o estudo acerca da pesquisa com as justificativas, o problema, os objetivos e a metodologia. No segundo, é feito um mapeamento dos principais marcos legais relativos à Primeira Infância nas esferas estadual e federal. No capítulo seguinte, detalha-se a Primeira Infância Melhor (PIM) na perspectiva do ciclo de políticas públicas, descrevendo sua implementação em Camargo/RS por meio da explicitação da execução, metodologia, bases teóricas e o sistema de informação de dados. O último capítulo aborda as vivências da política pública da Primeira Infância Melhor no município estudado em sua relação com os princípios da Carta das Cidades Educadoras, descrevendo o percurso para tornar-se cidade educadora e a apresentação do PIM, articulando-o com os princípios de uma cidade educadora. Com a pesquisa foi possível: (a) mapear e analisar os principais marcos legais relativos à primeira infância no Rio Grande do Sul e no país; (b) compreender o Primeira Infância Melhor (PIM), sua implementação, bem como seus pressupostos metodológicos e interventivos; (c) identificar e apreciar as vivências do PIM de Camargo/RS na sua relação com princípios da carta das cidades educadoras. O trabalho de pesquisa desenvolvido revela a importância de políticas públicas efetivas que contribuam para a consolidação dos direitos dos cidadãos que convivem em território, superando os desafios e fomentando as potencialidades das políticas educacionais intersetoriais que consolidam uma Cidade Educadora.

Palavras-chave: Políticas socioeducacionais. Primeira Infância Melhor. Intersetorialidade. Cidade Educadora.

ABSTRACT

The dissertation “The best early childhood: dialogues with the principles of an educating city”, defended at the PPGEDU from the University of Passo Fundo (UPF), in the Educational Policies line, approach an important topic in the socio-educational policies scope. This research from a bibliographic, documentary and statistical nature, analyzes the developing experience in the policy called “Primeira Infância Melhor (PIM)”, in the municipality of Camargo/RS. It is in early childhood that an intense development of the child happens and the experiences of care and learning lived during this period influence the entire life. For this reason, the need in intersectoral public policies investment aimed the promotion of the child development, strengthening family ties, the social equity and the prevention of all types of violence and neglect towards children. The program “Primeira Infância Melhor – PIM” is an intersectoral public policy developed by the Municipal Education Department, Health and Social Assistance that favors the integral protection of individuals and aims to strengthen, through articulated actions in a network, families for the child care. The program PIM has an attention and care methodology that allows it to be very close to families, whether through weekly home visits, remote or group activities, promoting for the early childhood a stage marked by supervision and promotion the integral child development. This involves the language and the communication, socio-affective stimulation, cognitive and motor, as well as parental interaction, responsive and positive. The program PIM, through its family link and familiar protagonism, facilitates the individuals access in the assisted network in the health, education and social assistance. This dissertation purpose is based on the data analysis, build an argument that clarifies the following problem: What is the trajectory of the “Primeira Infância Melhor”, as a public policy, in the Municipality of Camargo/RS, member of the Association Educating Cities? To answer this problem, the objective is to contextualize and analyze the PIM in the Municipality of Camargo as a public policy and its interlocutions with the letter of principles from an educating city. To achieve this purpose, one qualitative research is performed, including the data collection and document analysis. The dissertation is divided in four chapters. The first contextualizes the study about the research with the justifications, the problem, the objectives and the methodology. In the second, a mapping is made of the main legal frameworks related to the Early Childhood in the state and federal levels. In the following chapter, the program “Primeira Infância Melhor” is detailed in the perspective of the public policy cycle, describing its implementation in Camargo through the explanation of its execution, methodology, theoretical bases and the data information system. The last chapter addresses the experiences of public policy for the Better Early Childhood in Camargo in relation to the principles from the Educating Cities letter, describing the path to become an educating city and the presentation of the program PIM, articulating it with the principles of an educator city. With this research it was possible to: (a) map and analyze the main legal frameworks related to the early childhood in Rio Grande do Sul and in the country; (b) understand the Better Early Childhood (PIM), its implementation, as well as its methodological and interventional assumptions; (c) identify and appreciate the experiences of the Camargo’s PIM in relation to the principles from the educating cities letter. The research work developed reveals the importance of effective public policies that contribute to the consolidation of the rights of citizens living in the territory, overcoming the challenges and promoting the potential of intersectoral educational policies that consolidate an Educating City.

Keywords: Socio-educational policies. Better Early Childhood. Intersectorality. Educating City.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Linha do tempo	22
Figura 2 – Desenvolvimento da aprendizagem	32
Figura 3 – Ciclo de políticas públicas	34
Figura 4 – Abrangência Estadual.....	39
Figura 5 – Organograma da Estrutura do PIM	41
Figura 6 – Guia da Família.....	46
Figura 7 – Guia da Gestante.....	47
Figura 8 – Guia da Gestante para o Visitador.....	48
Figura 9 – Banco de dados do PIM.....	53
Figura 10 – Imagem aérea do Município.....	61
Figura 11 – Audiência Pública	68
Figura 12 – E-mail AICE.....	70
Figura 13 – Evento Solene	72
Figura 14 – Carta das Cidades Educadoras.....	83

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Dados PIM 2006 - 2021	77
Gráfico 2 – Atendimentos 2022.....	77
Gráfico 3 – Atendimentos Anual 2006 - 2021	78
Gráfico 4 – Dados gerais 2010 – 2021	80
Gráfico 5 – Nascimentos e atendimentos PIM 2010 - 2021	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados do PIM.....	38
Tabela 2 – Totalização de crianças por faixa etária.....	55
Tabela 3 – Acompanhamentos pelo PIM 2006 -2021	76
Tabela 4 – Dados Saúde 2010 - 2021	78
Tabela 5 – Dados SisPIM 2022	81
Tabela 6 – Dados SisPIM 2022 por faixa etária.....	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AICE Associação Internacional de Cidades Educadoras
AMPLA Associação dos Municípios do Planalto
CONANDA Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CEDIPI Comitê Estadual para o desenvolvimento integral da Primeira Infância
CRS Coordenadoria Regional de Saúde
ECA Estatuto da Criança e do Adolescente
ESF Estratégia de Saúde da Família
GTE Grupo Técnico Estadual
GTM Grupo Técnico Municipal
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH Índice de Desenvolvimento Humano
LDBEN Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS Lei Orgânica da Assistência Social
MDS Ministério do Desenvolvimento Social
MEC Ministério da Educação
OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS Organização Mundial da Saúde
ONU Organização das Nações Unidas
PIAPS Programa Estadual de Incentivos para Atenção Primária à Saúde
PIM Programa Primeira Infância Melhor
PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAISC Plano Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança
PNPI Plano Nacional pela Primeira Infância
RCNEI Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil
RNPI Rede Nacional Primeira Infância
SINASC Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos
SisPIM Sistema de Informação do PIM
SUS Sistema Único de Saúde
UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 CONTEXTUALIZANDO O ESTUDO	10
2 PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR: RESGATE HISTÓRICO E LEGAL	19
2.1 A situação da primeira infância nas esferas federal e estadual.....	20
2.2 Olhar acolhedor à primeira infância: início da vida	28
3 CONHECENDO A POLÍTICA PÚBLICA PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR - PIM.....	38
3.1 Implementação da Primeira Infância Melhor	45
3.2 Sistema de Informação do PIM - SisPIM.....	53
3.3 Pressupostos teóricos do PIM.....	55
4. VIVÊNCIAS DA PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR EM CAMARGO NA RELAÇÃO COM OS PRINCÍPIOS DA CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS	59
4.1 Percorso de Camargo até fazer parte da rede de cidades educadoras.....	60
4.2 Conhecendo o PIM de Camargo pelo viés de Cidade Educadora	75
4.3 Primeira infância articulando com os princípios da Carta de Cidades Educadoras	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	107

1 CONTEXTUALIZANDO O ESTUDO

Vivencia-se, no Brasil, um cenário muito instável: uma crise política e educacional que dificulta, cada vez mais, os processos de ensino dentro das instituições. As normativas verticalizadas orientam para uma educação cada vez mais técnica, em que disciplinas que desenvolvem o pensamento crítico e a capacidade pensante são suscetíveis a retiradas dos currículos¹. Os investimentos feitos pelo setor público são cada vez mais reduzidos e não contemplam todas as necessidades dos indivíduos². As políticas de governo afetam, em especial, a escola e se constituem e são, em geral, descontinuadas a cada nova gestão. Aliado a esse contexto, enfrentou-se, a partir de março de 2020, uma pandemia de covid-19, em escala mundial e nesse sentido, os negacionismos a respeito da doença dificultaram ainda mais todo o enfrentamento aos problemas cotidianos, além do agravamento decorrente da pandemia. No âmbito educacional, esse cenário traz implicações particulares, na medida em que interfere na forma como as políticas educativas são propostas e materializadas, corroendo o direito à educação para milhares de brasileiros.

Diante da situação pandêmica durante a qual a alta taxa de infecção pelo novo corona vírus (e as dúvidas, incertezas e incapacidades de lidar com Covid-19) tornou necessário o distanciamento social, a suspensão presencial das aulas de toda a educação básica, pública e privada foram suspensas em seu formato presencial convencional e reorganizadas para um modelo remoto, com o uso de ferramentas digitais. Essa situação específica causou dilemas únicos em relação à democracia e ao acesso à educação, devido às desigualdades basilares existentes na sociedade brasileira e na cultura política historicamente excludente.

Nas últimas décadas, ocorreram mudanças sociais que vão desde novos modelos de constituição familiar, passando pelas modificações tecnológicas e culminando com a liberdade adquirida pelas mulheres no mundo do trabalho. Isso tudo refletiu de certa forma, direta ou indiretamente, no processo educacional das crianças. As mudanças nas relações de trabalho, nas relações sociais e econômicas provocaram a saída dos pais do âmbito familiar para garantir o sustento da família, a educação dos filhos e o cuidado sobre eles ficaram comprometidos.

¹ Medida Provisória nº 746 de 22 de setembro de 2016, que trata sobre a flexibilização do currículo e desobrigatoriedade de licenciatura para os professores.

² Conforme a Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2006, em que institui o novo Regime Fiscal, como uma opção equivocada para a superação da crise, limitando as despesas com educação, saúde, assistência social entre outros por aproximadamente 20 anos.

Sendo assim, alavanca-se políticas públicas com o objetivo de promover a proteção social e as garantias necessárias para a redução das situações de vulnerabilidade advindas das desigualdades de ordem social, política e econômica vividas por muitas famílias e indivíduos. Essas ações passam a ser garantidas como direito a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e demais normativas que dela derivam.

Nesse sentido, mais recentemente, foram instituídas a construção de creches, escolas de tempo integral, políticas públicas e programas educacionais que garantem às crianças o direito à educação inicial de qualidade. Investimentos na primeira infância, com um enfoque na situação de vulnerabilidade social, colocam-se como condição para um desenvolvimento saudável e de igualdade de oportunidades, buscando a melhoria da qualidade de vida das crianças e famílias. Surge, assim, a escolha da política pública Primeira Infância Melhor como eixo norteador deste trabalho, pelo fato de que eu, enquanto profissional, atuo em um município de pequeno porte com problemas e desafios para serem superados na infância, mas, também, com ações positivas desenvolvidas nessa etapa no território educador do município de Camargo/RS.

Em 2003, iniciei meus estudos na área da educação. Em seguida, vivenciei diversas experiências em ambientes escolares e, desde 2008, atuo junto à Secretaria Municipal de Educação do Município de Camargo como Pedagoga responsável pela rede municipal. Sempre estou em busca de formação para ampliar meus conhecimentos e, assim, desenvolver cada vez mais um trabalho de qualidade em prol da educação, pois acredito muito nessa alternativa de proporcionar conhecimentos aos alunos, pois eles terão de ser os protagonistas de mudanças significativas e necessárias na sociedade. Também, a pesquisa é uma possibilidade de ofertar caminhos possíveis, além de nos incentivar a buscar respostas não finalizadas, o que nos desafia a pensar de modo reflexivo e crítico sobre a prática, o “[...] estranhamento ao que lhe é familiar” (LEVINSKI, 2008, p. 24).

Ressalto que foi um processo desafiador, pois, por estar há muitos anos atuando de forma efetiva na rede, foi necessário realizar uma análise crítica das ações de outro ângulo, para analisar elementos no todo com o objetivo de validar os estudos nesta temática. Isso foi possível com uma postura ética e transparente na análise das informações, apesar de precisar alterar o rumo da minha pesquisa devido à pandemia de covid-19, que me impossibilitou de fazer um estudo a campo. Apesar disso, com o auxílio do professor orientador, a participação em diferentes espaços de estudos, bem como nos grupos de pesquisa na universidade, alicerçaram uma rede de suporte que contribuíram com o meu processo de pesquisa.

A infância é o período de crescimento que vai do nascimento à puberdade, ou seja, do zero aos doze anos de idade. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), considera-se como criança a pessoa com até doze anos incompletos, enquanto, entre os doze e dezoito anos, encontra-se a adolescência. Neste trabalho, será abordada a fase inicial: a primeira infância, referenciada pela Lei nº13.257/2016 do Marco Legal da Primeira Infância, que regulamenta como o período que vai da gestação até os seis anos de idade, no qual a criança vivencia experiências com reflexos significativos na estruturação do adulto que será no futuro. É nesse período que ocorrem diversas aprendizagens e desenvolvimentos de capacidades, sendo que, quanto mais estimulação, maiores são as chances de desenvolver potencial, o que torna fundamentais as políticas públicas com ações de promoção e um desenvolvimento infantil adequado a cada faixa etária.

É com estimulação de áreas fundamentais do cérebro relacionadas à personalidade, ao caráter e à capacidade de aprendizado, que acontece um período importante para a construção de competências emocionais e socioafetivas com a prestação de serviços por profissionais que visam uma atenção integral e qualificada aos adultos do futuro. Sendo esse processo contínuo, moldado por experiências positivas e negativas vividas e compartilhadas com cuidadores e família é ressaltado, aqui, o quanto é importante à proteção, pois problemas graves logo no início da vida, como violência familiar, negligência e desnutrição, podem interferir no desenvolvimento infantil. Dessa forma, vínculos saudáveis, estímulos adequados, ambiente seguro, afeto e atenção geram benefícios que vão desde a infância até a formação de adultos preparados para aprender a lidar com os desafios da vida. Contribui, neste processo de escrita, a educação infantil, com base no art. 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que destaca que a primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Essa fase é oferecida em creches, para crianças de zero a 3 anos, e pré-escolas, para crianças de 4 a 5 anos.

Em território municipal, desenvolvem-se diversas ações e projetos, dentre eles, a Primeira Infância Melhor, que, há 19 anos, atua na promoção do desenvolvimento integral na primeira infância. O programa iniciou oficialmente em 2003, quando o governo do estado do Rio Grande do Sul se inspirou em experiências relacionadas à infância de outros países, como o projeto “Educa a tu Hijo”, desenvolvido em Cuba, que produziu significativos benefícios para as crianças cubanas, o qual foi a base para estudos e investigações desenvolvidos de

1983 a 1992 com apoio do UNICEF³. Essa experiência foi fundamental para a implantação, no estado do Rio Grande do Sul, do Programa Primeira Infância Melhor – PIM. Por iniciativa do então Secretário Estadual da Saúde, Osmar Terra⁴, foi assinada a Portaria nº 15/2003, que instituiu e definiu as responsabilidades do Estado e dos municípios. Nessa mesma data, como um incentivo para a sociedade promover o desenvolvimento integral das crianças e valorizar a primeira infância, foram instituídos o Comitê Estadual para o Desenvolvimento Integral da Primeira Infância – CEDIPI (Decreto nº 42.199), o Dia Estadual do Bebê (23 de novembro) e a Semana Estadual do Bebê (Decreto nº 42.200), integrando o calendário oficial. Com o avanço, conquistas e os resultados exitosos do programa no estado do Rio Grande do Sul, em 03 de julho de 2006, com a lei 12.544/06, ficou instituído o Programa Primeira Infância Melhor, como política pública, integrando a Política Estadual de Promoção e Desenvolvimento da Primeira Infância, em parceria com os municípios e organizações não governamentais. Agregando esforços na esfera estadual e municipal, sendo coordenado pelas Secretarias de Saúde, Educação e Assistência Social, obriga-se o Primeira Infância Melhor a ganhar características intersetoriais, considerando o indivíduo na sua totalidade superando a fragmentação das políticas, pois a intersetorialidade é a “[...] articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas, visando o desenvolvimento social, superando a exclusão social” (JUNQUEIRA E INOJOSA, 1997, p 27). O PIM tem como intencionalidade valorizar e difundir ações que melhorem o desenvolvimento pleno na primeira infância, com modalidades de atenção voltadas às gestantes e crianças. Em meados do ano de 2016, em âmbito nacional, houve a criação do Programa Criança Feliz⁵, que tem como base a metodologia da Primeira Infância Melhor.

A Primeira Infância Melhor se baseia em pressupostos teóricos como os de Vygotsky (contemplando o desenvolvimento psicossocial da criança), Piaget (na promoção da interação do indivíduo com o meio), Winnicott (defende a relação saudável entre mãe e bebê), Bowlby (através da Teoria do Apego), Bruner (fortalecimento da autoestima e da identidade étnico-racial) e Freire (aprendizagem de forma dialógica, problematizadora, ética e amorosa). Todas

³ Fundo das Nações Unidas para a Infância, em inglês “*United Nations Children's Fund*” e é uma agência das Nações Unidas. A UNICEF tem o objetivo de promover a defesa dos direitos das crianças, suprir suas necessidades básicas e contribuir para o seu desenvolvimento. Ela está presente em 191 países e territórios de todo o mundo.

⁴ Médico Cardiologista, Deputado Federal licenciado para exercer a função de Secretário Estadual da Saúde do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (SES/RS). Sócio Fundador do Instituto Zero a Três (ONG).

⁵ Um programa que tem o objetivo de apoiar e acompanhar o desenvolvimento infantil integral na primeira infância (crianças de 0 a 6 anos de idade) e facilitar o acesso da gestante, das crianças na primeira infância e de suas famílias às políticas e aos serviços públicos que necessitam.

essas contribuições visam ajudar a análise do desenvolvimento socioemocional, a construção do intelecto e os estudos na área de Neurociência.

O PIM é desenvolvido de forma intersetorial, caracterizando-se pelo “[...] senso de responsabilidade, de compartilhamento, parceria, envolvimento, articulação, cooperativismo, interface, conexão, participação, diálogo, trabalho em rede, integração, dentre outros” (GARAIAU, 2013, p. 5), com a comunidade, a famílias e a rede de serviços socioassistenciais e proteção (programas e benefícios), de saúde (atendimento de profissionais, campanhas de prevenção) e educacionais (projetos e acesso a instituições), aprofundando questões como o desenvolvimento de capacidades físicas, intelectuais, sociais e emocionais, de modo a contribuir para o desenvolvimento pleno em dimensões como linguagem e comunicação, motricidade, maturação socioafetiva e cognitiva. A intervenção ocorre por meio de visitas domiciliares realizadas pelas visitadoras⁶ e pela promoção da ludicidade, de modo a fortalecer os vínculos familiares, melhoras no desempenho e diminuição da desigualdade com ênfase na equidade social. Surge, assim, a temática deste estudo, através da política pública: Primeira Infância Melhor: interlocuções com os princípios de uma cidade educadora.

Por tratar-se de uma política pública é possível perceber que os municípios encontram dificuldade em dar continuidade às políticas públicas de forma isolada, sendo necessário fortalecer o desenvolvimento de atividades e de programas de forma coletiva que visem à equidade social da população. Na atualidade, é essencial que se dê mais atenção às pessoas, que haja um olhar da humanidade para um mundo mais solidário e fraterno, o que justifica, assim, os investimentos na infância, uma vez que essa ideia é fortalecida com o Marco Legal da Primeira Infância (2016), que reforça a necessidade de integração dos esforços da União, estados, municípios, território, sociedade e família, visando ampliar políticas que promovam o desenvolvimento integral da primeira infância, defendendo e promovendo os direitos das crianças.

A educação é um processo social de formação humana e é um instrumento de desenvolvimento social e econômico. Dela depende o progresso das ciências, das tecnologias, da invenção do futuro, da inovação tecnológica e da ampliação das possibilidades de realização humana. Segundo Consalter e Fávero (2019, p. 14), “[...] uma sociedade de consumo, que compreende a formação como um produto de mercado, como algo que pode ser adquirido sem muito esforço proporcionando uma realização pessoal”, pois vivemos em uma

⁶ É o responsável pelo atendimento às famílias da política pública do Primeira Infância Melhor, com escolaridade mínima exigida do ensino médio completo, preferencialmente, com formação nas áreas de educação, saúde ou políticas de assistência social e com a formação inicial realizada pelo Grupo Técnico Municipal com duração de 60 horas.

sociedade marcada pela fragilidade dos laços afetivos, pelo consumismo, busca de satisfação imediata, individualismo, crise política, pandemia e avanços tecnológicos que vão além de nossas capacidades de apropriação individualizada.

Contextualizando o Município de Camargo, ele pode ser compreendido como de pequeno porte. Com área de 138,069 km², o município se limita, ao norte, com Marau, ao sul, com Nova Alvorada, ao leste com Vila Maria e a oeste com Soledade. A população (IBGE 2016) é de 2.726 habitantes e ele tem densidade demográfica de 19,7 hab./ km², além de ter o IDH-M de 0,814. Foi colonizado a partir do ano de 1915 por imigrantes italianos e tem como base econômica a agricultura diversificada de pequena propriedade.

Foi em meados de 2006 que, em Camargo, gestores e equipe intersetorial (saúde, educação e assistência social) iniciaram diálogos e reflexões sobre o PIM, ampliando ao poder legislativo e a comunidade em geral, pois, nessa época, ainda não havia, no município, escola de educação infantil. Portanto, vislumbrava-se, no PIM, o elo de ligação e de acompanhamento das famílias. Sendo assim, foi consolidada, no Município de Camargo, a adesão a essa política pública em 09 de outubro de 2006, com o objetivo de contribuir com a proteção integral da criança, fornecendo apoio a família no cuidado, educação e organização de rotinas, propondo atividades lúdicas, fortalecendo o vínculo entre cuidador e criança e promovendo o desenvolvimento infantil.

Recentemente, o município também passou a fazer parte da Associação Internacional de Cidades Educadoras – AICE⁷, onde ser cidade educadora implica estar em e com os sujeitos do lugar, pensar e recriar a cidade para viver com qualidade e de forma cidadã, remete, pois, à cidade como território educativo, que deve ser regido pelos princípios da Carta de Cidades Educadoras (1990), a qual destaca que a Cidade Educadora tem de exercitar e desenvolver a sua função com o olhar posto na formação, promoção e desenvolvimento de todas as pessoas. Freire faz a seguinte reflexão sobre Cidade Educadora:

A cidade converte-se em Cidade Educadora a partir da necessidade de educar, de aprender, de imaginar..., sendo educadora, a cidade é, por sua vez, educada. Uma boa parte da sua tarefa como educadora está ligada ao nosso posicionamento político e, obviamente, ao modo como exercemos o poder na cidade e ao sonho e utopia que impregnam a nossa política, no serviço do que e de quem servimos à política de

⁷ AICE – Associação Internacional de Cidades Educadoras, com sede em Barcelona na Espanha iniciou-se em meados de 1990 através de reunião com 63 cidades de 21 países onde atualmente possui centenas de municípios que compõe este grupo, baseados na carta de princípios de uma cidade educadora que permite a troca de experiências, projetos e ações concretas do mundo inteiro nos diferentes contextos buscando aproximar o cidadão ao seu território.

despesa pública, a política cultural e educativa, a política de saúde, transporte e lazer. (FREIRE, 1992 p. 25).

A Primeira Infância Melhor contribui no processo de desenvolvimento para Camargo fazer parte da Associação Internacional de Cidades Educadoras, pois tem conexões com muitos princípios da Carta e faz interlocuções com os três eixos: (1) o direito à cidade educadora; (2) o compromisso da cidade e (3) o serviço integral das pessoas. Cumpre esclarecer que as políticas públicas têm o objetivo de assegurar que a população tenha acesso aos direitos garantidos pela lei. Elas são medidas criadas pelos governos para garantir direitos, melhorar a sociedade e atender necessidades dos cidadãos. Visando, também, o enfrentamento da pobreza com redução de vulnerabilidades, a diminuição das desigualdades e a inclusão social, de institutos e de princípios previstos constitucionalmente. O PIM vem a contribuir com desafios e limitações que o município enfrenta em relação à Primeira Infância. Por esse motivo, sua análise enquanto política pública e sua discussão teórica ganham relevância, a fim de estabelecer e de reafirmar sua relação com as políticas educacionais.

Assim, o problema de pesquisa, nesse sentido, define-se: Qual a trajetória da Primeira Infância Melhor, como política pública, no Município de Camargo e suas interlocuções com os princípios da cidade educadora?

O objetivo geral deste trabalho está em contextualizar e analisar o Primeira Infância Melhor no Município de Camargo, enquanto política pública e suas interlocuções com os princípios da carta de uma cidade educadora. Como objetivos específicos, pretende-se mapear os principais marcos legais relativos à primeira infância no Rio Grande do Sul e no país; compreender e interpretar o Programa Primeira Infância Melhor na perspectiva do ciclo de políticas públicas, quanto a implementação e pressupostos teóricos; e identificar e apreciar as vivências do PIM de Camargo na relação com os princípios da carta das cidades educadora.

Quanto à metodologia, a pesquisa é de natureza qualitativa, com coleta de dados. Foi realizada uma análise documental do PIM desde a sua implementação no município, em 2006, bem como o banco de dados oficial: o Sistema de Informações da Primeira Infância Melhor-SisPIM, no qual estão cadastradas todas as famílias, crianças e gestantes beneficiadas, bem como, a inserção do Município na AICE e a interlocução do PIM com os princípios da Carta das Cidades Educadoras. Segundo Minayo (2001, p. 42), o método qualitativo de pesquisa é que se ocupa do nível subjetivo e relacional da realidade social e é tratado por meio da história, dos significados, do universo, das crenças, dos motivos, dos valores e das atitudes dos atores sociais.

O referencial teórico deste trabalho, além das legislações, pressupostos teóricos do PIM, conta com a contribuição de Freire (2010), Schneider e Ramires (2007), Almeida (2008) e Harvey (2012), Junqueira (1999), Garajau (2013), Levinski e Tascheto (2013), Cabezudo (2004), Marcon (2016), autores que tratam das temáticas do campo da educação, políticas educacionais, políticas públicas, primeira infância, intersetorialidade, cidadania, desenvolvimento infantil e cidades educadoras.

Sendo assim, os capítulos desta pesquisa são estruturados de forma a construir um percurso que contextualize, apresente e desenvolva a discussão sobre a Primeira Infância Melhor de acordo com os objetivos propostos aqui. O primeiro capítulo contextualiza aspectos introdutórios da temática sobre a política pública Primeira Infância Melhor, descrevendo seus elementos estruturantes, metodologia e autores de base da pesquisa. O segundo capítulo se centra na contextualização sobre a primeira infância: o resgate histórico e legal, com uma descrição cronológica dos marcos legais e das políticas públicas de Primeira Infância no estado do Rio Grande do Sul e no Brasil. O capítulo seguinte aborda a política pública Primeira Infância Melhor, descrevendo sua implementação, metodologia, pressupostos teóricos, execução e sistema do banco de dados no município de Camargo/RS. No último capítulo, apresenta-se a trajetória do PIM em Camargo/RS: o que dizem os dados oficiais ao analisar a trajetória de 15 anos da política no município, com informações do SisPIM banco de dados estadual, os informes que constituem os relatórios e que demonstram quantitativamente as atividades desenvolvidas no município, bem como servem como base de planejamento de novas ações tanto por parte da equipe municipal quanto estadual. Ainda, realiza-se a triangulação de dados da educação, saúde e assistência social, frente aos desafios e potencialidades das políticas educacionais, apreciando e avaliando as ações\serviços do PIM Camargo na relação com os princípios da Carta da Associação Internacional de Cidades Educadoras – AICE.

Por fim, nas considerações finais, apresenta-se elementos da interlocução do Primeira Infância Melhor com os princípios da Carta de Cidades Educadoras, como estratégia para a consolidação de ações de território tendo a criança como centralidade no processo de cuidar, proteger e estimular.

Contudo, o resultado da análise desta pesquisa se consolida na adesão dos municípios a políticas públicas intersetoriais efetivas como a Primeira Infância Melhor, com o envolvimento de todos como protagonistas do processo, de modo que seja possível superar desafios e consolidar potencialidades com o comprometimento de todos, visando garantir direitos aos cidadãos através da efetivação dos princípios da Carta de Cidades Educadoras.

Nesse ínterim, as políticas voltadas para a primeira infância tem como princípio o direito à dignidade e o desenvolvimento saudável, que podem ser garantidos a partir da interlocução e da articulação entre os serviços das políticas públicas, a fim de promover a proteção integral.

Contudo, para consolidar a atenção integral à criança e ao desenvolvimento dela na primeira infância, é fundamental propor ações para integrar as equipes e os serviços de saúde, a educação, a cultura, a assistência social, os direitos humanos, entre outros que estão presentes no dia a dia dela e de sua família, isto é, é necessário propor ações que visem a garantia de seus direitos. A criança também tem direito à cidade e aos seus territórios, como lugar de pertencimento, de identidade cultural, de afeto, de brincadeiras e de muitas aprendizagens. Esse processo consiste em ações intersetoriais de construção, de implementação, de operacionalização e de avaliação das políticas públicas que potencializam recursos humanos, financeiros e materiais por meio do desenvolvimento de estratégias conjuntas de gestão e de compartilhamento de informações. Parte-se da lógica de que a criança que acessa o serviço de saúde é a mesma que acessa a creche ou pré-escola da comunidade, o parque, a praça, ambientes de esporte e lazer, o serviço social e os demais espaços disponíveis no território, por conseguinte, que circula pelos mais diversos espaços e que também requer um atendimento articulado e integral.

Segundo Levinski e Tascheto (2013), a cidade se torna educadora quando decide e assume intersetorialmente o objetivo e a responsabilidade da formação, da promoção e do desenvolvimento de todos os seus munícipes. A expressão *cidade educadora* atribui, às cidades, o caráter de agente formador de cidadãos. Portanto, a cidade se torna educadora ao romper a ideia de fragmentação das ações e ao visar defender a intersetorialidade, constatando interesses coletivos com comprometimento e enfrentamento dos problemas vividos pela população, de modo a dinamizar as relações de poder entre governo e cidadão e a articular programas e projetos que objetivem a transformação social.

2 PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR: RESGATE HISTÓRICO E LEGAL

A primeira infância, nos últimos anos, vem sendo tema de discussões, de análises e de implementação de ações e de programas em âmbito nacional e internacional. Desde o final dos anos de 1980, com as manifestações por uma educação pública, gratuita e de qualidade, iniciou-se a expansão da educação infantil no Brasil, em defesa dos direitos das crianças e do acesso à educação nos primeiros anos de vida. Atualmente, o país enfrenta graves problemas de violência, falta de segurança, desrespeito aos direitos humanos e desigualdades sociais, o que torna fundamental o investimento em políticas públicas, especialmente, na primeira infância, visando superar as discriminações e violências com políticas que vão além da individualidade de cada família.

Nesse contexto, meu percurso na educação básica municipal, como pedagoga da rede e atuando junto à Secretaria de Educação, me mobiliza e me instiga a avançar no campo da pesquisa. Como educadores, somos eternos aprendizes e a gratificação pela aprendizagem e, conseqüentemente, a ânsia em desenvolver ainda mais meu trabalho em prol da primeira infância, mobilizando o desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, desafiam este estudo. Além disso, a importância desse período da vida (de 0 a 6 anos) como o alicerce para o desenvolvimento futuro e também o contexto atual vivenciado fortalecem minha opinião de que é preciso unir forças entre os diferentes segmentos existentes em um município para romper as barreiras e fortalecer as políticas frente às dificuldades vivenciadas, especialmente em contextos críticos como o da pandemia gerada pela covid-19, que altera a rotina de uma sociedade de forma geral, implicando diretamente no contexto da primeira infância.

Para um entendimento do objeto específico da pesquisa, faz-se necessário uma retrospectiva dos principais movimentos e legislações que reconhecem a criança em desenvolvimento como sujeito de direitos. Destacam-se a Constituição Brasileira (1988), a Convenção sobre os Direitos da Criança (UNICEF, 1989), a Declaração de Jomtien (1990) e a Declaração de Dakar (UNESCO, 2001a), que têm como objetivos principais a garantia dos direitos e a proteção às crianças contra a violência, a exploração, a discriminação e o abuso, atuando de forma prioritária com aquelas que se encontram em vulnerabilidade.

A importância de experiências precoces e de qualidade para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança e, em longo prazo, para seu sucesso na escola e na vida. Além disso, a preocupação com a equidade levou os quadros de decisão a concentrar a atenção no fato de que o acesso das crianças a serviços de qualidade poderá atenuar alguns efeitos negativos decorrentes de condições de trabalho desfavoráveis e contribuir para a integração social. (UNESCO, 2002, p. 21).

A primeira infância é compreendida como etapa essencial no desenvolvimento humano e se estende do nascimento até os seis anos de idade, período em que ocorrem muitas e rápidas conexões com o cuidado, interações com o adulto, nutrição, afeto, brincadeiras, enfim, o estímulo fortalece um desenvolvimento infantil saudável e desejável como um alicerce para a vida. Existem fatores diversos, riscos, que podem prejudicar essa etapa, como negligência, violência, desnutrição e falta de acesso à educação de qualidade, que comprometem, portanto, o desenvolvimento infantil.

O Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257, de 2016) apresenta as principais diretrizes e áreas que devem ser tratadas como primordiais na formulação de política da primeira infância no Brasil. O Plano Nacional pela Primeira Infância destaca a necessidade de que todas as esferas da federação (união, estados e municípios) tenham essa etapa como prioridade absoluta, como já previsto na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990. Algumas das prioridades que o Marco Legal (2016) sugere que sejam observadas pelos entes federados são: as políticas de saúde, alimentação, nutrição, educação infantil, convivência familiar e comunitária, assistência social, meio ambiente, cultura, esporte e lazer, que podem, assim, fazer a diferença ao longo da vida das crianças.

A primeira infância é uma etapa instigante para a ciência e fascinante para o ser humano, passando da necessidade de cuidados para a autonomia, estamos olhando no presente, pensando no futuro, quando cuidamos das crianças e suas famílias. Dessa forma, uma cidade educadora que não cuida de suas crianças não terá um futuro melhor que o presente. Contudo, não é preciso projetar nas crianças a perspectiva do adulto que gostaríamos que elas fossem no futuro, mas, sim, olhá-las como crianças, com direito de viver a infância, para avançar para adolescência, juventude, vida adulta e velhice. A base é construída na primeira infância para se constituírem ao longo da vida como adultos bem-sucedidos, criativos, emancipados.

2.1 A situação da primeira infância nas esferas federal e estadual

O Brasil se constitui como uma república federativa organizada em três esferas, com gestão e estrutura organizacional própria: federal (correspondente a todo país), estadual (os estados) e municipal (divisão dos municípios dentro de cada estado). Localizado no extremo sul do país, correspondendo a 3% do território nacional, encontra-se o estado do Rio Grande do Sul, que possui uma área de 281.707,149 km² (IBGE, 2020), abrange 497 municípios com

aproximadamente 11.466.630 pessoas (IBGE, 2021), o que equivale a 6% da população nacional.

Em retrospectiva da questão da infância, constata-se um grande caminho percorrido no desenvolvimento teórico e social. Segundo Ariès, até por volta do século XII, a criança era vista como um adulto em miniatura “[...] não existem crianças caracterizadas por expressão particular, e sim homens de tamanho reduzidos” (2011, p. 18). Segundo o autor, na sociedade medieval não havia um sentimento da infância como nos dias atuais, então, não se reconhecia a criança como sujeito diferente do adulto, com características e necessidades próprias, ou seja, a singularidade da infância, o que as faziam serem tratadas como adultos em miniatura. Por volta do século XVIII, ocorreram expressivos movimentos religiosos e, nesse período, foram elaboradas as primeiras políticas públicas sociais, mas, ainda assim, bastante limitadas. As crianças ainda ficaram expostas, e até certo ponto abandonadas, por um longo tempo, sendo que “[...] no final do século XVIII, a filantropia foi assumindo caráter cada vez mais de ação social estendendo-se até a Segunda Guerra Mundial, e o século XIX caracterizou-se pela luta contra a mortalidade infantil” (BRAGAGNOLO, 2004, p. 20).

Assim, considera-se um percurso sinuoso no decorrer da história da infância, onde se percebe a importância da educação para o desenvolvimento social, momento que a infância começa a ser analisada de diversos ângulos, com caráter educativo e pedagógico, não somente assistencial. Segundo Sarmiento “[...] a criança ‘brinca com a história’, mas é a história que define as condições e as possibilidades em cada formação social e em cada momento concreto desse brincar, onde ocorre a reconfiguração de valores, dos ideais e da experiência acumulada” (SARMENTO, 2011, p. 583).

Em 1959, a Declaração Universal dos Direitos da Criança ressaltava em seu segundo princípio, que:

A criança gozará de proteção especial e disporá de oportunidade e serviços, a serem estabelecidos em lei ou por outros meios, de modo que possa desenvolver-se física, mental, moral, espiritual e socialmente de forma saudável e normal, assim como em condições de liberdade e dignidade. Ao promulgar leis com este fim, a consideração fundamental a que se atenderá será o interesse superior da criança (UNICEF, 1959).

Nessa retrospectiva da infância, destacam-se também as legislações: o Código de Menores de 1927 e 1979, que serviram como bases fundamentais para a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. Analisando o período das legislações, constata-se uma demora entre o Código de Menores 1979, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e Adolescente, em 1990, mas isso demonstra o tempo que foi preciso para

uma mudança significativa do conceito de infância e especialmente das práticas e serviços como direito e não mais tutela do estado. Segundo Bragagnolo (2004, p. 15) “A educação da infância tem sido marcada por uma história de avanços e contradições, decorrentes de um processo onde, no qual, geralmente, os problemas referentes a esta fase da vida foram individualizados ao invés de serem vistos no âmbito social”.

A desigualdade social e a pobreza aliadas a um maior índice de violência no cotidiano das famílias com dificuldade de acesso à escola e aos serviços básicos de saúde, portanto, mais vulneráveis às discriminações de gênero, etnia ou classe social, crianças desnutridas, que vivem em habitações precárias, muitas vezes, sem saneamento básico, impulsiona a pensar em um novo posicionamento de gestão pública, com a necessidade de investimentos em políticas públicas com um olhar especial que incorpore a Primeira Infância como prioridade.

É possível analisar, na Figura 1 – Linha do tempo, como ocorreram os programas, ações e legislações que ancoram e fortalecem as políticas públicas da infância.

Figura 1 – Linha do tempo



Fonte: VERCH, Karine. Primeira Infância Melhor. Transformando a atenção aos primeiros anos de vida na América Latina: desafios e conquistas de uma política pública no sul do Brasil, 2017.

Analisando o recorte de 1988, com a Constituição Brasileira até 2016, no Marco Legal da Primeira Infância, é notória a ênfase na prevenção e na promoção do desenvolvimento integral da infância com a alteração do rumo da legislação brasileira, em que antes havia a repressão, exclusão da família, do Estado e do Poder judiciário, passando a ser um dever social, reconhecida como um sujeito de direitos.

O artigo 227, da Constituição Federal de 1988, ressalta, em relação à criança, que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, p. 356).

Dando seguimento à linha do tempo da legislação brasileira que embasa a primeira infância, destaca-se a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), criado pela Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e prevenção da saúde, além de ressaltar o cuidado materno-infantil.

A Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho 1990, institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), englobando os direitos do desenvolvimento integral da criança, garantindo o dever do Estado, da família e da sociedade, conforme destaca os artigos 4º, 5º e 7º:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão punida na forma da lei, qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 7º A criança e o adolescente têm direito à proteção, à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. (BRASIL, 1990a).

Analisando o contexto brasileiro, é possível destacar que o atendimento às crianças com menos de sete anos era de caráter assistencial, isto é, de saúde pública, em um viés não educacional e com pouco comprometimento das esferas com a primeira infância.

Com a Constituição Brasileira, destaca-se o compromisso com essa etapa do desenvolvimento infantil, conforme artigo 6º da lei, que diz: “[...] são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1998). E, fortalecendo-se com o Estatuto da Criança e Adolescente (1990), eles ressaltam as metas que envolvem crianças e adolescentes em âmbito judicial e governamental, passando de uma conduta punitiva e assistencialista para ações direcionadas a educar, cuidar e proteger.

Dando sequência, destaca-se a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei Federal nº 8.742, de 1993, com suas inúmeras modificações e adequações na lei, que visa à proteção à família, à maternidade e à infância, enfatiza na Lei nº 12.345 de 2011:

Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
- c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e
- e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais. (BRASIL, 2011).

A necessidade de garantias legais e normativas em relação à proteção social das famílias traz consigo um conjunto de elementos, de serviços e de programas que precisam manter ações articuladas em um trabalho em rede, para, assim, prover e garantir o atendimento digno e equitativo à primeira infância. Tais pressupostos garantem as bases para que a desigualdade social e as situações de vulnerabilidades possam ser pensadas para além das questões pontuais dos indivíduos, ou seja, em uma análise conjuntural.

Realizando uma retomada da legislação no que tange a educação desde a Lei 4024/61, de 20 de dezembro de 1961, com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases, em que se deu mais autonomia aos órgãos estaduais de educação e regulamentou a existência dos Conselhos Estaduais e Federal de Educação, visando garantir o empenho obrigatório de recursos do Orçamento da União e de Municípios para investimentos na área. Com a Constituição de 1988, ressalta o artigo 208, inciso IV, quando trata do “[...] atendimento em creches e pré-escolas”, explicitando o direito da criança à educação em instituições próprias que atendam as suas especificidades, mesmo que nesse período ainda não fosse obrigatória por lei. Em 1989, ocorre a Assembleia Geral da Organizações nas Nações Unidas (ONU) que realiza a Convenção sobre os direitos das crianças. Na sequência, em 1990, o documento considerado um dos marcos da legislação referentes à infância o Estatuto da Criança e do adolescente – ECA (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) – documento, esse, que é um dos

marcos da legislação referente à infância. Em 1994, o Ministério da Educação (MEC) organiza uma comissão para organizar e pensar propostas e diretrizes para uma Política Nacional de Educação Infantil (1994), em que concebe a criança como:

Um ser humano completo que, embora em processo de desenvolvimento e, portanto, dependente do adulto para sua sobrevivência e crescimento, não é apenas um "vir a ser". Ela é um ser ativo e capaz, motivado pela necessidade de ampliar seus conhecimentos e experiências e de alcançar progressivos graus de autonomia frente às condições de seu meio. (BRASIL, MEC, 1994, p. 15).

Foi com a aprovação da Lei nº 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica – LDB, que se torna o marco para a educação nacional, de forma especial com a inclusão da educação infantil como primeira etapa da educação básica escolar:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

- a) pré-escola;
- b) ensino fundamental;
- c) ensino médio;

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1996, p. 4).

Em 1998, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI). Com a Resolução do CEB de 01 de abril de 1999, foi homologada a versão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Esse é o documento que alinha as propostas pedagógicas referentes à educação infantil, os princípios éticos, políticos e estéticos, além de reconhecer as crianças como:

Seres íntegros, que aprendem a ser e conviver consigo próprios, com os demais e o próprio ambiente de maneira articulada e gradual, devem buscar a partir de atividades intencionais, em momentos de ações, ora estruturadas, ora espontâneas e livres, a interação entre as diversas áreas de conhecimento e aspectos da vida cidadã, contribuindo assim com o provimento de conteúdos básicos para a constituição de conhecimentos e valores. (BRASIL/CEB 1999, p. 12).

Seguindo, em 2001, a Lei Nº 010172, de 9 de janeiro, institui o Plano Nacional de Educação – PNE – que, pela primeira vez, apresentou diretrizes e objetivos específicos para a faixa etária dos zero aos seis de idade:

1.2 Diretrizes: A educação infantil é a primeira etapa da Educação Básica. Ela estabelece as bases da personalidade humana, da inteligência, da vida emocional, da socialização. As primeiras experiências da vida são as que marcam mais profundamente a pessoa. Quando positivas, tendem a reforçar, ao longo da vida, as atitudes de autoconfiança, de cooperação, solidariedade, responsabilidade. As ciências que se debruçaram sobre a criança nos últimos cinquenta anos, investigando como se processa o seu desenvolvimento, coincidem em afirmar a importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento e aprendizagem posteriores. E têm oferecido grande suporte para a educação formular seus propósitos e atuação a partir do nascimento. A pedagogia mesma vem acumulando considerável experiência e reflexão sobre sua prática nesse campo e definindo os procedimentos mais adequados para oferecer às crianças interessantes, desafiantes e enriquecedoras oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem. A educação infantil inaugura a educação da pessoa. (BRASIL, 2001).

As legislações consolidadas que destacavam atenção à infância serviram de base para a implantação do Programa Primeira Infância Melhor no estado do Rio Grande do Sul – RS, dando ênfase às legislações existentes que destacavam a atenção à primeira infância. Em 2006, o programa passa a ser uma Política estadual de Promoção e Desenvolvimento da Primeira Infância por meio da Lei Estadual nº 12.544:

Art. 1º - Fica instituído o Programa Primeira Infância Melhor - PIM -, como parte integrante da Política Estadual de Promoção e Desenvolvimento da Primeira Infância, a ser implementado pelo Estado em parceria com os Municípios ou organizações não-governamentais.

§ 1.º O PIM tem por finalidade a promoção do desenvolvimento integral da criança, da gestação aos 5 (cinco) anos de idade, com ênfase no período gestacional e na faixa etária de 0 (zero) a 3 (três) anos, complementando a ação da família e da comunidade.

§ 2º - O desenvolvimento integral da criança de que trata este artigo deverá abranger os aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

§ 3.º O PIM será implementado em todos os municípios do Estado com a colaboração dos setores responsáveis pelas áreas da educação, saúde e assistência social e de organizações não governamentais, de programas de orientação e apoio aos pais com filhos entre 0 (zero) e 5 (cinco) anos. (BRASIL, 2006).

Em 2006, ocorre o lançamento do documento Parâmetros básicos de infraestrutura para as instituições de educação infantil que ressalta a importância do espaço, do ambiente para a educação infantil, bem como o importante papel do professor nesta mediação. No mesmo ano, com o objetivo de uma organização padrão e funcionamento das instituições de educação infantil, surgem os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil.

Em 2007, ocorre a criação da Rede Nacional Primeira Infância⁸ – RNPI, uma articulação nacional que reúne organizações da sociedade civil, governo, setor privado e

⁸ É uma articulação nacional de organizações da sociedade civil, do governo, do setor privado, de outras redes e de organizações multilaterais que atuam, direta ou indiretamente, pela promoção e garantia dos direitos da

outras redes. Em 2010, a RNPI teve aprovado, no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, o Plano Nacional pela Primeira Infância – PNPI. Em 2014, a Lei Federal nº 13.005, institui o Plano Nacional de Educação – PNE, com a meta 1 referente à educação infantil, sendo que, no Município de Camargo, através da Lei 1.697/2015, aprova-se o Plano Municipal de Educação⁹ que também contempla esta meta: “[...] universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE”.

Cronologicamente, em 2009, foram homologadas as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, através do Parecer CNE/CEB, 20/2009, englobando aspectos fundamentais para a elaboração do currículo para a educação infantil, orientando o planejamento curricular das escolas de educação infantil e fortalecendo a interação e as brincadeiras, de modo a destacar de forma indissociáveis o educar e o cuidar.

Em 2013, com a Lei 12.796, no artigo 6º, legaliza-se a obrigatoriedade da família como responsável em matricular a criança ao completar quatro anos de idade na escola de educação infantil, o que fixa legalmente a obrigatoriedade da matrícula para a etapa da pré-escola.

Em 2015, instituiu-se a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança – PNAISC – através da Portaria Nacional nº 1.130, que prevê o desenvolvimento integral da primeira infância no Art. 3º considerando criança: pessoa na faixa etária de 0 (zero) a 9 (nove) anos¹⁰, ou seja, de 0 (zero) a 120 (cento e vinte) meses; e primeira infância: pessoa na faixa etária de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, ou seja, de 0 (zero) a 72 (setenta e dois) meses.

Em 2016, entra em vigor a Lei Federal nº 13.257/16, que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância, aprovando o Marco Legal e garantindo direitos e promoção do desenvolvimento integral:

Art. 4º As políticas públicas voltadas ao atendimento dos direitos da criança na primeira infância serão elaboradas e executadas de forma a:
I - atender ao interesse superior da criança e à sua condição de sujeito de direitos e de cidadã;

Primeira Infância – sem discriminação étnico-racial, de gênero, regional, religiosa, ideológica, partidária, econômica, de orientação sexual ou de qualquer outra natureza. Disponível em <http://primeirainfancia.org.br/>

⁹ Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/camargo/lei-ordinaria/2015/169/1697/lei-ordinaria-n-1697-2015-aprova-o-plano-municipal-de-educacao-pme-e-da-outras-providencias>

¹⁰ Outras legislações consideram este período do 0 a 12 anos, sendo possível compreender que ocorre uma disparidade nas leis quanto às idades. Essa descontinuidade nos documentos mostram a fragilidade e falta de adequação e unificação das legislações, comprometendo por vez o atendimento das políticas públicas.

- II - incluir a participação da criança na definição das ações que lhe digam respeito, em conformidade com suas características etárias e de desenvolvimento;
- III - respeitar a individualidade e os ritmos de desenvolvimento das crianças e valorizar a diversidade da infância brasileira, assim como as diferenças entre as crianças em seus contextos sociais e culturais;
- IV - reduzir as desigualdades no acesso aos bens e serviços que atendam aos direitos da criança na primeira infância, priorizando o investimento público na promoção da justiça social, da equidade e da inclusão sem discriminação da criança;
- V - articular as dimensões ética, humanista e política da criança cidadã com as evidências científicas e a prática profissional no atendimento da primeira infância;
- VI - adotar abordagem participativa, envolvendo a sociedade, por meio de suas organizações representativas, os profissionais, os pais e as crianças, no aprimoramento da qualidade das ações e na garantia da oferta dos serviços;
- VII - articular as ações setoriais com vistas ao atendimento integral e integrado;
- VIII - descentralizar as ações entre os entes da Federação;
- IX - promover a formação da cultura de proteção e promoção da criança, com apoio dos meios de comunicação social. (BRASIL, 2016)

Refletindo de forma breve sobre as políticas educacionais para a infância, percebe-se a organização curricular em nível nacional, o que faz com que ocorra, assim, em 2017, a homologação da Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil – BNCC, que apresenta propostas de uma padronização nacional para a educação infantil.

Com a aprovação do Marco Legal se consolida direitos e promoção do desenvolvimento, dentre os quais se destaca o art. 4, que aborda a forma e a execução das políticas públicas voltadas ao atendimento dos direitos da criança na primeira infância. Legislação, essa, que valida o Programa Primeira Infância Melhor como uma política pública, com o objetivo de garantir os direitos das crianças, que proporcionam uma infância que promova o desenvolvimento de forma integral, o que promove o protagonismo das famílias no cuidado e educação de suas crianças.

2.2 Olhar acolhedor à primeira infância: início da vida

Com a infância de tantas crianças ameaçada, nosso futuro coletivo está comprometido. Os países somente chegarão mais perto de suas metas de paz e desenvolvimento se chegarem mais perto da realização dos direitos de todas as crianças.

Kofi A. Annan (2005, p. vii)

Desde a concepção, o ser humano vive em processo de desenvolvimento e em constantes mudanças. Os primeiros anos de vida são essenciais para o desenvolvimento físico, emocional e cognitivo. Sendo assim, percebe-se o quanto o ambiente e o contexto cultural e histórico influenciam nesse processo de desenvolvimento, em que as primeiras experiências de vida ocorrem no âmbito familiar.

É na primeira infância que acontece o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança. É o período que o cérebro faz mais de um milhão de conexões por segundo, assim, aos 6 anos de idade, 90% das conexões cerebrais estão formadas, o que possibilita que a criança atinja o seu potencial máximo que se solidifica nas demais fases de sua vida (UNICEF, 2006). O sucesso escolar, no trabalho e na sociedade, em geral, muito resulta da estimulação nos primeiros anos de vida: saúde emocional e física, habilidades cognitivas e sociais.

No contexto atual, os dados apontam que as escolas não comportam todas as crianças da faixa etária de educação infantil, sendo que a maioria dos municípios que são os responsáveis legalmente por essa faixa etária estão com estruturas físicas limitadas e não conseguem atender toda a demanda de atendimento às crianças de 0 a 5 anos. Por isso, destaca-se a importância de investimentos, como a oferta de financiamento para construção de creches, programas e políticas públicas para a Primeira Infância, buscando, assim, reduzir as desigualdades sociais, de maneira articulada e intersetorial com as demais políticas públicas. Estima-se que, devido à exposição das crianças a inúmeros fatores vulneráveis, mais de 200 milhões de crianças em países de baixa renda e com faixa etária menor que 5 anos não atinjam o desenvolvimento adequado. O Brasil considerado um dos países mais desiguais do mundo, segundo estudos da OCDE¹¹ - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, a estimativa é que se leve, em média, nove gerações para que uma criança de renda baixa alcance a renda média¹².

Refletindo sobre o contexto da Primeira Infância no Brasil, segundo dados estatísticos, em 2020, havia, aproximadamente, 19 milhões de crianças com até 6 anos de idade, o que é equivalente a 8,91% da população total do país. Nessa faixa etária, uma a cada três crianças é beneficiária do Bolsa Família¹³ (MDS, 2018), o que reforça, assim, que muito ainda se têm que desenvolver projetos e programas que visem à proteção, o cuidado, saúde e desenvolvimento saudável das crianças. São ações que também promovem a saúde e previnem o óbito infantil: a atenção à mulher na gestação, durante o parto, cuidados com o recém-nascido, diagnósticos e tratamentos adequados. Esse processo é muito importante, pois a mortalidade infantil ainda é um problema social, inclusive em países desenvolvidos, em que a taxa de mortalidade materna é de 12 por 100 mil nascidos vivos, portanto, cinco vezes

11 Disponível em <https://www.gov.br/cade/pt-br/assuntos/internacional/cooperacao-multilateral/organizacao-para-a-cooperacao-e-desenvolvimento-economico-ocde-1>

12 Informações segundo o site <https://g1.globo.com/politica> Acesso em 2018

13 Programa de transferência de renda direta destinado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Que atualmente deixou de existir sendo substituído pelo Programa Auxílio Brasil.

menor do que a brasileira, que de 1990 a 2015, reduziu de 143 para 62 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos (Taxa de Mortalidade Materna, IBGE¹⁴). Em relação ao mínimo de consultas de pré-natal recomendadas pelo Ministério da Saúde, cerca de 29% das mulheres com filhos nascidos vivos não realizaram o mínimo delas. A maior parte delas são mães entre 10 e 17 anos (DATASUS/Sinasc – 2018). Várias são as causas dessa ausência, algumas mães não se conscientizam da importância desse acompanhamento, por vezes, falta também uma busca, uma chamada, um acolhimento por parte dos setores públicos, bem como em determinados lugares do país e, até mesmo, a ausência de profissionais para esse atendimento.

Uma análise da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) constata que o atendimento de crianças de 0 a 3 anos em creches evoluiu nos últimos 13 anos, passando de 16% em 2005 para 35,7% em 2018. Apesar disso, predomina uma forte iniquidade. Dentre os 25% mais pobres da população, apenas 29,2% das crianças frequentam creche, enquanto, dentre os 25% mais ricos da população, 51%, fazem uso desse serviço. O acesso à escola aumentou, mas ainda está bem abaixo em relação à universalização conforme determina a meta 1 do Plano Nacional de Educação. Outra questão que afeta a vida de milhares de crianças é a violência, já que de 2011 a 2017 foram registrados – segundo o Ministério dos Direitos Humanos (2017) –, 219.717 atos de violência contra crianças; 58.037 atos de abuso sexual (Sistema Nacional de Agravos de Notificação, Ministério da Saúde); 64,6% de aumento nas notificações de violência contra a criança (Boletim Epidemiológico nº 27). Desse número, 70% das crianças que sofrem abuso sexual são do sexo feminino, sendo que mais da metade são crianças de 1 a 5 anos de idade, além disso, 45% delas são da cor preta; ainda, ressalta-se que 39% dos casos de violência contra crianças e jovens ocorrem na faixa etária de 0 a 7 anos. Cerca de 25% da população do Brasil não está coberta por equipes da Estratégia de Saúde da Família e por equipes de Atenção Primária (SAPS/MS - 2018).

As políticas intersetoriais na primeira infância vêm avançando mundialmente, mas ainda em ritmo lento, principalmente em países de média e baixa renda. Em 2000 eram apenas 7 países e em 2014 eram 68 países que aderiram, verificando-se, assim, a expansão dessa ação, um maior engajamento e preocupação dos gestores federais, estaduais e municipais, bem como da sociedade civil com tal contexto.

Em síntese, analisando os dados da ONU (2004) e do IBGE (2005), constata-se que, em 2003, o cenário no Brasil era de apenas 21,8% da população de zero a seis anos com atendimento na rede de educação infantil. No Rio Grande do Sul, o percentual era ainda

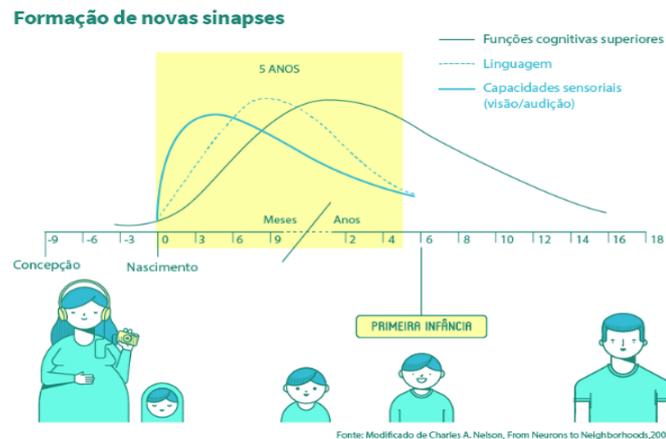
¹⁴ Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73097>

menor, 17,9%, o que representa 218.976 de uma população de 1.220.351 crianças (IBGE, 2005). A proporção de crianças com baixo peso nas áreas atendidas pela Estratégia de Saúde da Família (ESF) no país era de 4,8% até o primeiro ano e chegava a 10,1% aos dois anos de idade (UNICEF, 2006). O percentual de crianças pobres, com renda familiar *per capita* de até ½ salário mínimo, era de 45% no Brasil e 28,8% no Rio Grande do Sul (IBGE, 2004). A taxa de mortalidade infantil, em 2003, era de 24,6 óbitos para cada mil nascidos vivos no Brasil e de 15,9 óbitos para cada mil nascidos vivos no Rio Grande do Sul. Dados, esses, que contribuíram para que houvesse ainda mais desenvolvimento de políticas públicas referentes à infância. Sendo o Brasil considerado um dos países mais desiguais do mundo, desenvolvendo altos índices de pobreza, essa desigualdade se reflete em todas as extensões da vida das crianças: moradia, saneamento, alimentação, saúde, educação, acesso às manifestações das artes, a praças, parques enfim, todo território educativo. Porém, o começo da vida dessas crianças já vem marcado pela diferença nas chances de viver e de desenvolver seu potencial humano.

Segundo dados da ONU (2004) e do IBGE (2005), dentre 177 países, o Brasil, em 2003, apresentou um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,79, ocupando o 63º lugar no *ranking* mundial. Em 2016, o país passou para o 75º lugar no *ranking* mundial no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o país avançou em relação à redução da mortalidade infantil, cuja taxa caiu de 62 óbitos por mil nascidos vivos, em 1990, para 13,8 em cada mil nascidos vivos (BERLINSKI; SCHADY, 2015), representando uma queda de percentual a partir da implantação do Primeira Infância Melhor. No Rio Grande do Sul, a taxa de mortalidade infantil, em 2016, foi de 10,1 óbitos por mil nascidos vivos (Portal Saúde, 2016), resultando em uma queda de 5,8 pontos percentuais com relação ao ano de 2003.

Assim, a Figura 2, a seguir, ilustra o desenvolvimento da aprendizagem, em relação ao desenvolvimento das funções cognitivas, linguagens e capacidades sensoriais. Estudos e pesquisas destacam o ápice de desenvolvimento na primeira infância, devido a uma melhor maleabilidade cerebral favorece a aprendizagem, prevenção de dados precoces, evitando perda de potencial, reforçando, assim, a importância do cuidado, da proteção e do estímulo.

Figura 2 – Desenvolvimento da aprendizagem



Fonte: FUNDAÇÃO, 2000

As pesquisas realizadas por Carla Shatz¹⁵ (2001) revelam que o cérebro de um bebê nasce com um circuito, que é a sua adivinhação sobre a visão, a linguagem ou qualquer outra função. A partir disso, tudo depende da atividade, não mais espontânea, mas criada pelas experiências sensoriais, que são capazes de transformar o esboço inicial do cérebro. A modulação cerebral ocorre, especialmente, do nascimento aos três anos de idade, quando o número de conexões neurais (sinapses) realizadas pelo cérebro infantil encontra seu ápice, consumindo o dobro de energia que o cérebro de um adulto. Essas conexões continuam ocorrendo ao longo de toda a vida, mas, por volta dos 12 anos, o cérebro deixa para trás uma capacidade de desenvolvimento única, pois o equilíbrio entre a criação e a eliminação de sinapses se inverte abruptamente, logo, ele elimina aquelas que foram menos estimuladas e preserva as que foram fortalecidas pela experiência¹⁶.

Verificando esses dados, constata-se, cada vez mais, a importância dos investimentos na infância em prol das condições dignas para os primeiros anos de vida com a implantação de ações e políticas que amparem essa faixa etária. Caso contrário, as crianças poderão ter seu desenvolvimento futuro comprometido.

A primeira infância é um período altamente sensível, marcado por rápidas transformações no desenvolvimento físico, cognitivo, social e emocional. A subnutrição, carência de cuidados e tratamento inadequado são profundamente prejudiciais às crianças pequenas, com repercussões frequentemente sentidas nos futuros anos de vida adulta. Uma criança que recebe cuidados extremamente insuficientes [...] provavelmente sofrerá atrasos em seu desenvolvimento, os quais dificilmente serão recobrados mais tarde. Programas adequados podem incrementar significativamente o bem-estar das crianças pequenas durante os anos de formação, além de complementar o cuidado recebido no lar. (UNESCO, 2007, p. 23).

¹⁵ Neurologista da Universidade de Berkeley, na Califórnia, Estados Unidos.

¹⁶ Revista Veja. São Paulo: Editora Abril, n.1964, mar. 1996. Disponível em <https://vejasp.abril.com.br/edicoes/>

É necessário, no contexto atual, com o agravamento das questões sociais devido à pandemia e às questões político-administrativas, que o poder público promova políticas públicas para os primeiros anos de vida, já que se torna um investimento, nas pessoas, com retorno social, fortalecendo o começo da vida, que é o que alicerça o futuro. Para uma política pública efetiva, é essencial a implementação de um conjunto de ações, incentivos, investimentos articulados e estruturados para orientar a transformação da realidade, de modo a refletir uma série de definições sobre o que fazer, como fazer, aonde se quer chegar com essas ações, os objetivos que cada segmento quer alcançar, alternativas pactuadas para mobilizar ações e serviços para atender segmentos social, da saúde, de saúde das gestantes, de saúde das mães, dos bebês, vacinação, saúde da família, ofertas de creches, educação infantil, entre outros. Como ressalta James Heckman, Prêmio Nobel¹⁷ de Economia:

O investimento em políticas públicas para a primeira infância desde as idades mais precoces previne e melhora o estado de bem-estar e a abordagem das potencialidades do ser humano, tem impacto na redução das enfermidades crônicas das crianças pequenas, em suas habilidades sociais, cognitivas, emocionais e no rendimento e produtividade por toda sua vida. (BRASIL, 2016, p. 29).

A política da primeira infância não se restringe à educação escolar, ela é intersetorial e envolve diversas esferas de atuação do Estado: educação, saúde e assistência social. Torna-se fundamental que, no âmbito de gestão municipal, a interação entre os segmentos ocorra por meio do diálogo e do alinhamento de objetivos em comum e de ações voltadas à promoção e à proteção dos direitos da criança. Esse esforço conjunto para compreender a concepção de proteção integral, da faixa etária que compreende a gestação até os dois anos de idade considerado os primeiros mil (1000) dias de vida, período em que mais a criança precisa de estímulos e no qual as negligências podem comprometer seu desenvolvimento saudável.

Visando resolver problemas em uma sociedade, o governo desenvolve ações, a esse processo, surgem as políticas públicas. Segundo Secchi (2016, p. 12), “[...] o ciclo de políticas públicas é uma forma de visualizar e interpretar a vida de uma política pública”. Por meio do ciclo, é possível observar que as políticas públicas se desenvolvem em fases sequenciais e interdependentes.

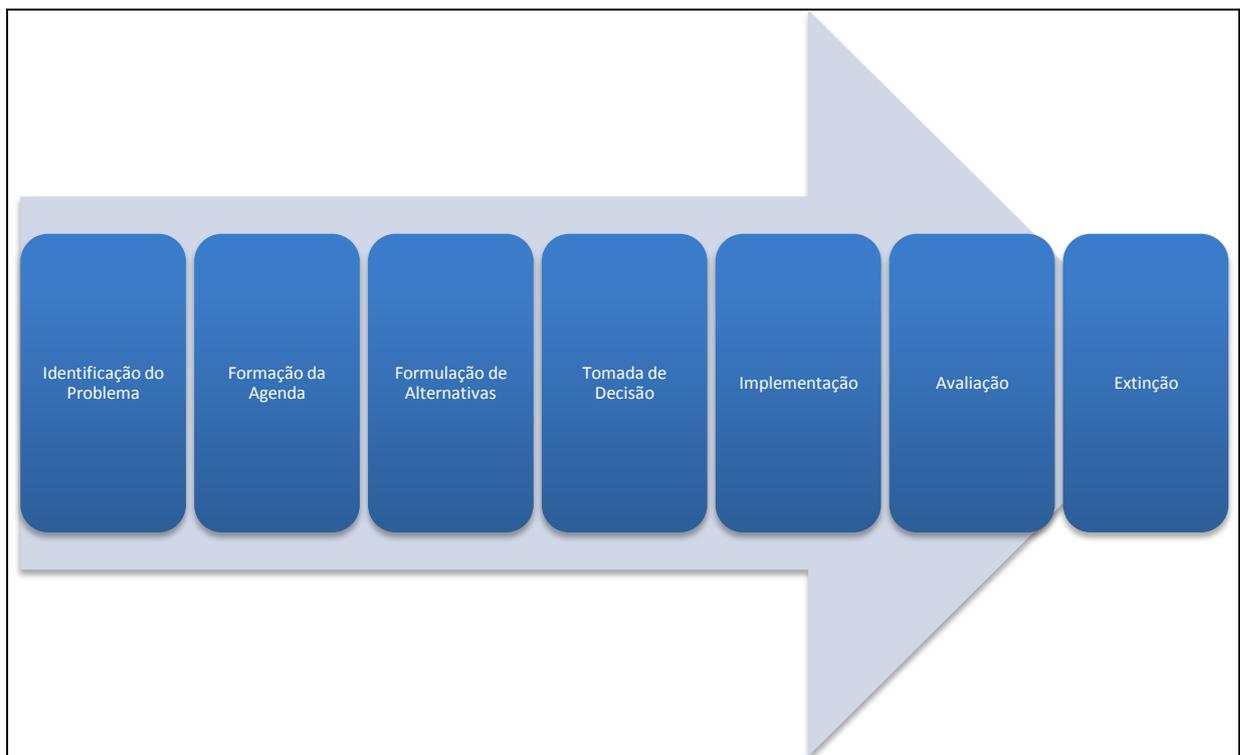
O problema público está para a doença, assim como a política pública está para o tratamento. Metaforicamente, a doença (problema público) precisa ser

¹⁷ É uma das principais condecorações mundiais para reconhecimento de pessoas que desenvolvem trabalhos, ações e pesquisas em benefício da humanidade.

diagnosticada, para então ser dada uma prescrição médica de tratamento (política pública), que pode ser um remédio, uma dieta, exercícios físicos, cirurgias, tratamento psicológico, entre outros (instrumentos de política pública). (SECCHI, 2016, p. 5).

Analisando a Figura 3, que contempla o esquema das etapas do ciclo de políticas públicas, é possível fazer uma compreensão do desenvolvimento de cada fase.

Figura 3 – Ciclo de políticas públicas



Fonte: SECCHI, 2016

Para o entendimento da estruturação da política pública da Primeira Infância Melhor, é fundamental analisar o ciclo com as etapas de desenvolvimento:

- Identificação do problema: falta de proteção e estímulo identificados na primeira infância.
- Formação da agenda: estruturação e planejamento das ações do PIM, pressupostos teóricos, metodologia, recursos disponíveis.
- Formulação de alternativas: estruturação das equipes e implantação do PIM nos municípios, estabelecimento de metas e estratégias.

- Tomada de decisão: análise da formulação e um planejamento de todos os envolvidos, gestores, equipe técnica, visitadoras visando à implementação de forma eficaz visando combater o problema identificado no início do ciclo.
- Implementação: é o desenvolvimento, a execução do PIM no município, desenvolvimento das ações e atividades domiciliares, momentos de ajustes e identificar alterações necessárias.
- Avaliação: é contínua, sendo necessário avaliar o antes, durante e o depois da implementação da política pública, com ênfase em se está ocorrendo a resolução do problema inicial detectado. Avaliar o PIM no contexto geral, de forma especial sobre se está amenizando a violência e promovendo a articulação entre as políticas desenvolvidas nos municípios e territórios, fortalecendo as ações da atenção básica em saúde, proteção social básica e educação;
- Extinção: possibilidade de as políticas públicas serem extintas, quando não está sendo possível desenvolver, obter resultado esperado ou quando os objetivos já foram atingidos. A extinção pode ocorrer quando o PIM não está sendo bem desenvolvido nos municípios e sem contribuir para a resolução do problema identificado em relação à primeira infância.

Segundo o Tribunal de Contas da União (2013, p. 32), “[...] a boa governança em políticas públicas dependerá justamente da caracterização do ambiente de ação que envolve o ciclo de políticas públicas e do modo pelo qual, e em benefício de quem, esse ciclo é operacionalizado”. Ou seja, o ciclo de políticas públicas acontece em um ambiente articulado de estruturas, processos, mecanismos, princípios, regras e normas em que se desenvolvem as pactuações das políticas.

A primeira infância precisa ser tratada de modo intersetorial na gestão, a fim de otimizar a consecução de esforços e resultados. Considerando a intersetorialidade, de modo geral, refere-se à “[...] lógica de gestão na administração pública para a superação da forma fragmentada com que são executadas as políticas sociais no país” (CARMO; GUIZARDI, 2017, p. 1273). É pautada em iniciativas como a elaboração de diagnósticos sobre problemas, compartilhamento de informações, pactuação comum de metas, comprometimento e envolvimento de diversos setores que integram políticas da infância que valorizem a criança no todo, sem fragmentos, englobando os aspectos cognitivo, social, afetivo e físico. Ao articular segmentos da gestão pública, refletir e elencar ações centradas na criança, parte-se de questionamentos como: que criança é essa? Onde ela está? Como ela está? Como ela vive? Como a atendemos? Como podemos atender melhor?

Em um país com problemas tão graves como o Brasil, de desigualdades sociais extremas, violência, falta de segurança e desrespeito aos direitos humanos mais elementares, investir na primeira infância constitui-se em uma estratégia política da mais alta relevância. Seus resultados, em curto, médio e longo prazo, para além da história individual de cada criança, contribuem para mudar os rumos do país. (SCHNEIDER; RAMIRES, 2007, p. 15).

No Brasil muitas crianças ainda vivem privadas de cuidados e educação essenciais para o alicerce futuro, com sérios prejuízos para si mesmas, para seus familiares e para a sociedade como um todo. Investir na primeira infância ajuda a quebrar o ciclo intergeracional da pobreza (HECKMAN, 2016), gerando, assim, uma sociedade com mais equidade e oportunidades. Cuidar da criança é urgente, necessário e prioritário!

Um caminho para promover de forma mais efetiva a intersetorialidade é seguir o artigo 7º do Marco Legal da Primeira Infância (2016), que recomenda a criação dos comitês intersetoriais de Políticas Públicas para a Primeira Infância, nas suas diferentes esferas: União, Estado e Municípios, visando assegurar a articulação das ações voltadas à proteção e à promoção dos direitos da criança, que deve estar no centro das iniciativas e ser olhada em todas as suas dimensões, garantindo um desenvolvimento integral e integrado. Sendo que o PIM instituído pela lei nº 12.544, de 03 de julho de 2006, e atualizada pela lei nº 14.594, de 28 de agosto de 2014, reforçada no art. 1 § 3º. O PIM será implementado em todos os municípios do Estado com a colaboração dos setores responsáveis pelas áreas da educação, saúde e assistência social e de organizações não governamentais, de programas de orientação e apoio aos pais com filhos entre 0 (zero) e 5 (cinco) anos.

Boas experiências são identificadas e servem de referência para políticas públicas de acesso universal a serviços de qualidade e cuidados nos primeiros anos de vida, como, por exemplo, nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), constituído de doze países-membros, que são Austrália, Bélgica, Dinamarca, Estados Unidos da América, Finlândia, Holanda, Itália, Noruega, Portugal, República Tcheca, Reino Unido e Suécia. Destaca-se o programa *Head Start*¹⁸, dos Estados Unidos, criado em 1965, que visa à educação abrangente, saúde, nutrição e serviços de envolvimento de crianças de rendimento baixo e de suas famílias. Ele atua buscando respeitar e proteger a criança por meio do desenvolvimento de ações que ajudem a erradicar a pobreza e a fortalecer a herança cultural de cada família. Segundo a opinião de Kimberly Boller (2008), dados atuais do programa *Head Start* apresentam redução de atendimentos em salas de emergência, diminuição do comportamento agressivo dos atendidos e maior participação dos pais na

¹⁸ Maiores informações sobre o programa podem ser encontradas no site: <https://www.acf.hhs.gov/ohs/about/head-start/>. Acesso em set. 2021.

educação de seus filhos, além da melhoria do desenvolvimento cognitivo e linguístico das crianças e do aumento do número de imunizações.

Em 1992, em Cuba, também foi criado um Programa baseado em uma proposta inspiradora para os primeiros anos de vida: *Educa a tu Hijo*, com o objetivo de promover o desenvolvimento integral das crianças de zero a cinco anos, do bem-estar infantil, bem como de níveis apropriados da saúde, nutrição e instrução¹⁹.

Foi por meio da análise de experiências, dados e legislações apresentadas que surgiu a iniciativa de um programa direcionado à primeira infância, sendo concebido em 2003: o PIM – Primeira Infância Melhor. O PIM foi articulado pela Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, sob responsabilidade do secretário Osmar Gasparini Terra e foi implantado em 7 de abril de 2003, na gestão do então Governador Germano Rigotto (gestão 2003-2006). Esse programa respeita as diferenças e a cultura das famílias, busca potencializar o cuidado e a educação, visando amenizar o ciclo de pobreza nas famílias atendidas, através de visitas domiciliares de orientação, de estimulação e validando as legislações que amparam os direitos das crianças.

Portanto, cada município não deve deliberar a infância como uma ação de forma isolada, mas do conjunto da sociedade que necessita estar atenta e atuante no desenvolvimento da política para a primeira infância, com ações intersetoriais, conselhos, programas, projetos de forma democrática e participativa e grupos técnicos que visem diagnosticar as demandas e as necessidades relacionadas à primeira infância e desenvolver políticas públicas que poderão garantir um melhor desenvolvimento infantil para os pequenos municípios e um futuro melhor para toda a sociedade. Partindo desse pressuposto, no próximo capítulo, será abordada essa política pública no estado do Rio Grande do Sul: Primeira Infância Melhor - PIM, visando uma melhor compreensão do desenvolvimento dessa iniciativa, qual a sua abrangência em âmbito estadual e regional, a adesão, as legislações, a metodologia, pressupostos teóricos, execução e desenvolvimento das ações, na busca por identificar a capacidade da política em produzir equidade na atenção básica à criança, levando em consideração a necessidade urgente de investimento na primeira infância, uma vez que ainda é bem significativo o quantitativo de crianças que não estão incorporadas ao sistema de ensino educacional.

¹⁹ Maiores informações do programa no site: <https://siteal.iiep.unesco.org/bdnp/4008/programa-educa-tu-hijo>

3 CONHECENDO A POLÍTICA PÚBLICA PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR - PIM

Analisando o avanço, conquistas e os resultados exitosos do programa no estado do Rio Grande do Sul, em 03 de junho de 2006, com a lei 12.544/06²⁰, foi instituído o Programa Primeira Infância Melhor como política pública, integrando a Política Estadual de Promoção e Desenvolvimento da Primeira Infância, em parceria com os municípios e organizações não governamentais.

O PIM, com trajetória de 18 anos no estado, tem muitas histórias e experiências para serem destacadas. Atualmente, com base nas informações contidas no site, como referência agosto de 2021, a estimativa de atendimento atual dessa política pública, no estado, é de 228 municípios habilitados, com 2.608 visitantes, 52.160 famílias atendidas, 7.824 gestantes atendidas e 57.376 crianças atendidas²¹.

Tabela 1 – Dados PIM de agosto de 2021

Municípios Habilitados	228
Visitadores Habilitados	2.608
Famílias Atendidas	52.160
Gestantes Atendidas	7.824
Crianças Atendidas	57.376

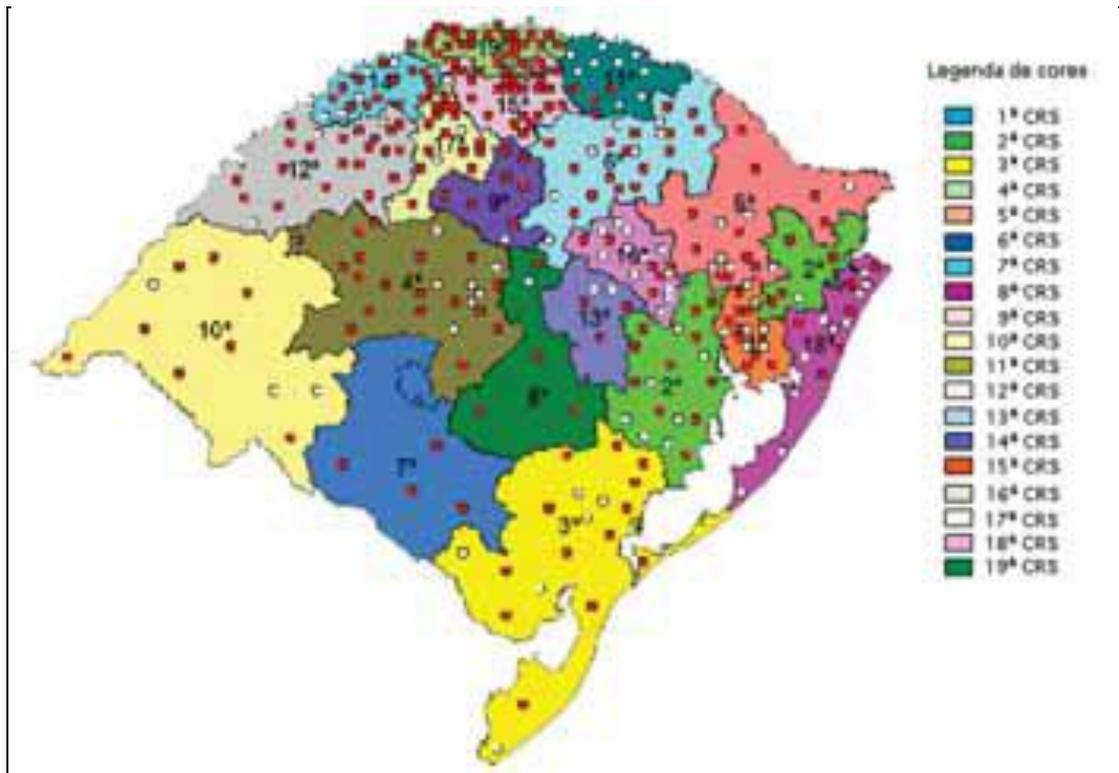
Fonte: www.saude.rs.gov.br. Acesso em set.2021.

Levando em consideração os 497 municípios do estado, constata-se que 46% têm adesão à política pública da Primeira Infância Melhor, demonstrando a abrangência em âmbito estadual de acordo com as Coordenadorias Regionais de Saúde – CRS.

²⁰ Lei n.º. 12.544 de 03 de julho de 2006, que instituiu o Programa e definiu as responsabilidades e atribuições do Estado e Municípios.

²¹ Dados de agosto de 2021, retirados do site oficial do Programa: www.pim.saude.rs.gov.br. Acesso em ago. 2021.

Figura 4 – Abrangência Estadual



Fonte: SCHNEIDER, Alessandra; RAMIRES, Vera. Primeira Infância Melhor: uma inovação em política pública. Brasília: UNESCO, Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul.

O objetivo do programa é apoiar as famílias a partir de sua cultura e de experiências, na promoção do desenvolvimento integral das crianças, desde a gestação até os 5 anos de idade. A atuação ocorre por meio de intervenções profissionais, mediadas pelas visitas domiciliares e atividades grupais periódicas de viés lúdico, de estimulação e orientação, realizadas a partir de planos singulares de atendimento e da articulação de ações em rede, visando à vigilância e promoção do desenvolvimento integral infantil. Em algumas situações, como, por exemplo, o período de pandemia, possibilita-se a alternativa dos atendimentos às famílias de forma híbrida, com visitas presenciais e atendimentos remotos.

A adesão ao Primeira Infância Melhor se dá por livre iniciativa dos municípios e da apresentação da necessidade da implementação da política aos Gestores Municipais através da Secretaria Estadual da Saúde. O Programa é implantado e oficializado com um *Termo de Adesão*, especificado na *Portaria n° 206/2008*, através de uma parceria entre estado e os municípios. O município tem a responsabilidade de contratação e de pagamento dos profissionais, porém, o estado repassa um incentivo financeiro de R\$65,00/mês por indivíduo, que pode ser usado nas ações do programa ou como complementação salarial dos profissionais, conforme a Portaria n°. 206/2008 e a Portaria Secretaria Estadual Saúde n°

843/2021, que define os critérios de habilitação e a forma de distribuição do recurso financeiro do Programa Estadual de Incentivos para a Atenção Primária à Saúde (PIAPS).

A base do Programa Primeira Infância Melhor está no reconhecimento da importância da família como agente de seu próprio desenvolvimento, cuja influência é decisiva por sua atuação na educação dos filhos, perpetuando a herança cultural. É no cotidiano e na convivência familiar de cada criança que o PIM apoia e fortalece as famílias [...]. O convívio com adultos responsáveis faz da criança um aprendiz nato, pois palavras, ações e atitudes representam estímulos constantes para a construção e organização de inúmeras capacidades, como autoconfiança, autonomia, segurança e sociabilidade. [...] Quando o meio ambiente da criança é constituído por relações culturais/familiares saudáveis, estas se tornam requisitos indispensáveis ao desenvolvimento integral das potencialidades do indivíduo. (ALMEIDA, 2008, p.2).

O público alvo para atendimento da Primeira Infância Melhor são famílias com crianças menores de cinco anos de idade e/ou gestantes. Nomeia-se como prioridade, também, as famílias em situação de vulnerabilidade, violência, entre outros fatores que apresentam risco à integridade, com ênfase às famílias com crianças de até 3 anos.

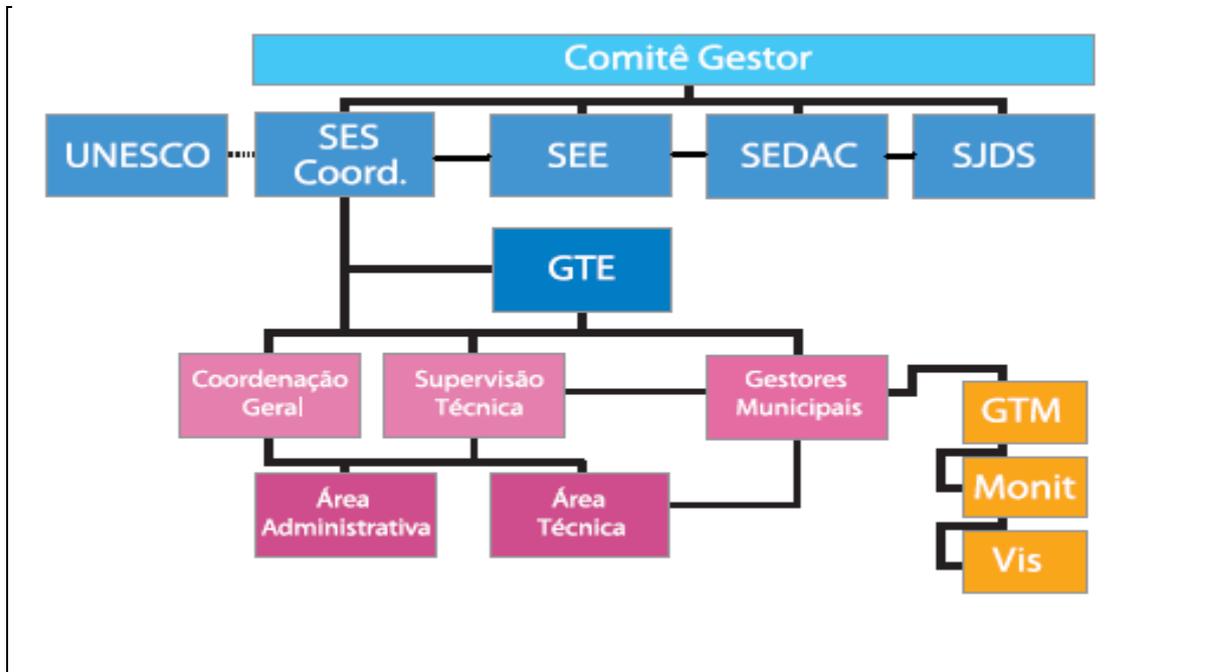
A metodologia utilizada para cada etapa de atendimento inclui:

- Gestantes: por meio de visita domiciliar semanal, sendo que uma visita mensal pode ser substituída pela participação no curso de gestantes organizado pela equipe da Secretaria Municipal de Saúde.
- Famílias com crianças menores de 4 anos: por meio de visita domiciliar semanal, sendo que uma visita mensal pode ser substituída pela participação no atendimento grupal.
- Famílias com crianças maiores de 4 anos: por meio de visita domiciliar quinzenal ou de atividades grupais, sendo que as crianças com deficiências são atendidas semanalmente.

Em consequência do contexto vivenciado em função do período pandêmico, que acabou engendrando situações que dificultavam a realização de visitas domiciliares ou das atividades grupais, surgiu a possibilidade dos atendimentos às famílias serem realizados de forma híbrida, alternando visitas presenciais e contatos remotos através de chamadas de vídeo, ligações telefônicas ou outras ferramentas disponíveis para o visitador e as famílias como visita remota. Para orientar a atividade, considera-se o contexto inserido, bem como o objetivo de aprendizagem da criança e o desenvolvimento de forma integral, com o enfoque de atividades lúdicas, de modo a incentivar o brincar como eixo central e estimular o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e de valores culturais significativos no convívio familiar, bem como na socialização com os demais.

A Primeira Infância Melhor é estruturada conforme o cronograma abaixo. Inicia-se no Comitê Gestor e perpassa os demais segmentos até o visitador:

Figura 5 - Organograma da Estrutura do PIM



Fonte: SCHNEIDER, Alessandra; RAMIRES, Vera. Primeira Infância Melhor: uma inovação em política pública. Brasília: UNESCO, Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, 2007.

A equipe articuladora e gerencial da Primeira Infância Melhor é normatizada pelo caderno do PIM: adesão, implantação e implementação (2021). Além disso, ela é constituída intersetorialmente pelo:

Grupo Técnico Estadual - GTE: composto por uma equipe que desenvolve suas ações na Secretaria Estadual de Saúde e outra que atua nas Coordenadorias Regionais de Saúde com a função de formular a política, implementar, executar programa, avaliar e monitorar os resultados alcançados pelos municípios.

Grupo Técnico Municipal - GTM: composto por representantes das secretarias municipais de educação, saúde e assistência social, sendo que os membros precisam ter o ensino superior completo nas áreas afins como a escolaridade mínima, além de realizar o curso de formação inicial oferecido pelo GTE, dedicação de 10h semanais para o programa e ser nomeados com decreto municipal. Sendo que as principais atribuições do GTM no município é implementar, implantar, avaliar e monitorar o PIM, coordenar as ações de forma compartilhada, ter conhecimento do público e território de atuação, articulando e deliberando as políticas sociais existentes, realizar o acompanhamento das atividades e com base nas

demandas identificadas organizar formação continuada a equipe, atuar de forma eficaz na adesão de famílias ao PIM e demais ações sociais, implantar e monitorar o SisPIM – Sistema de Informações do PIM, visando regular atualização e articular trabalho em rede, para sensibilizar os profissionais do território e integrar o PIM aos serviços de atenção às famílias, de modo a fortalecer a Educação Básica da Atenção Primária à Saúde e da proteção social básica.

O GTM administra a memória do Programa, diagnosticando a situação da primeira infância no município, organizando o mapeamento das áreas, o plano de ação, os informes trimestrais, o cronograma de atividades da equipe. Além disso, acompanha visitas às famílias, organiza eventos, proporciona atividades comunitárias, divulga as ações do Programa à sociedade, informa ao Comitê Municipal sobre o andamento das atividades, relata aos Gestores informações sobre questões que os envolvem e propõe soluções às demandas, através dos serviços existentes no município, articulando a rede intersetorial de atenção à primeira infância. Os integrantes do GTM reúnem-se periodicamente para trabalhar questões de natureza técnico-administrativa sobre capacitação de monitores, contratação de visitantes, articulação com a rede de serviços e sensibilização de Gestores e de segmentos da sociedade para o Programa e seus objetivos. Nessas reuniões também são realizados o planejamento didático-pedagógico e o assessoramento aos monitores e visitantes quanto às atividades junto às famílias, além do acompanhamento e avaliação das ações do PIM. (SCHINEIDER e RAMIRES, 2007, p. 66).

Monitor/Supervisor: responsável pela supervisão do trabalho, isto é, acompanhar, orientar e monitorar as atividades do visitador no planejamento das visitas domiciliares e realizar a interlocução deles com a rede de serviços e grupo técnico municipal. A carga horária de trabalho semanal varia de acordo com o número de visitantes, assim, são 10 horas semanais para até 4 visitantes, 20 horas semanais para até 8 visitantes, 30 horas semanais para até 12 visitantes e 40 horas semanais para até 15 visitantes. A escolaridade mínima exigida é ter o ensino superior completo nas áreas afins e, também, ter o curso de formação inicial realizado pelo GTM, com duração mínima de 32 horas. As principais atribuições do Monitor/Supervisor estão ligadas à atuação nos processos voltados à sensibilização das famílias na adesão, visando à garantia da manutenção das informações no SisPIM, para que estejam permanentemente atualizadas, de modo a auxiliar os visitantes no planejamento do atendimento as famílias, visando, de forma qualificada, a execução da metodologia. É, também, sua atribuição o planejamento de forma coletiva das estratégias para qualificação da política e atenção para com as famílias, para identificar as demandas prioritárias e realizar a interlocução entre visitador, GTM e rede de atenção básica no planejamento de ações necessárias, bem como com base no acompanhamento das atividades e situações identificadas promover a formação inicial e continuada as visitantes.

O *Visitador* é o responsável pelo atendimento domiciliar às famílias. Sendo que a escolaridade mínima exigida é o ensino médio completo, preferencialmente, com formação nas áreas de educação, saúde ou políticas de assistência social e, também, exige-se a formação inicial realizada pelo GTM, com duração de 60 horas. Em conformidade com a metodologia do PIM, é fundamental planejar e executar os atendimentos, considerando a realidade e o contexto familiar, cultural e comunitário, repassar informações e fortalecer as competências familiares com orientações e ações para o desenvolvimento integral da criança e para a efetivação dos vínculos afetivos.

O número de atendimento por visitador era determinado por número de famílias, mas, a partir de dezembro, passou a vigorar a portaria SES nº 843/2021, que considera o número de indivíduos, sob o qual é repassado o recurso de 65,00 mensais para cada um, sendo que o número de atendimentos também varia de acordo com a carga horária: 20 horas semanais acompanha 12 crianças; 30 horas semanais acompanha 16 crianças e 40 horas semanais acompanha 20 crianças.

Na carga horária semanal, estão incluídos, além dos atendimentos, a participação em reuniões de equipe com Monitor/Supervisor e GTM, o planejamento das ações e projetos, elaboração e execução das Modalidades de Atenção²², bem como o preenchimento de cadastros, diagnóstico inicial e monitoramento das famílias através dos instrumentos do programa, o diálogo e compartilhamento, com a equipe, de situações identificadas nas visitas, buscando construir intervenções que vão ao encontro das necessidades das famílias e visando o cuidado coletivo por todos os profissionais dos serviços da rede, participar das formações organizadas pela equipe de Monitor/Supervisor e GTM e outros setores sobre temas afins ofertadas no município, bem como participar de ações integradas, de modo a proporcionar acesso e qualificação da atenção às famílias.

Ao analisar a estrutura organizacional do PIM, destaca-se o importante papel de cada segmento dentro das suas atribuições que triangula desde o planejamento da ação, até a execução, reflexão e avaliação do resultado. É papel do GTM planejar ações e deliberar questões mais administrativas, como realizar o convite de adesão, avaliação e desligamento das famílias, planejar de ações sociais e coletivas entre as famílias, eventos de integrações, reuniões semanais com as visitadoras, providenciar materiais necessários para o desenvolvimento das atividades domiciliares, entre outras. Contribui, também nessa equipe, o papel do monitor, que se reúne semanalmente com as visitadoras para realizar a parte

²² Metodologia de atendimento às famílias através de atividades lúdicas com orientação e estimulação.

pedagógica, o planejamento das próximas visitas, a avaliação das visitas que já ocorreram, de forma a realizar possíveis alterações, bem como auxiliar no preenchimento das fichas de avaliações do desenvolvimento infantil das crianças através do relato das visitadoras e das visitas domiciliares. Dando continuidade, chega-se ao importante papel da digitadora, que é responsável pela digitação, pelo lançamento no banco de dados estadual, o SisPIM, no qual se insere os dados das fichas que contêm as informações da evolução, as dificuldades, negligências e o acompanhamento de forma geral das gestantes e crianças acompanhadas pelo PIM, e é fundamental a atenção e o comprometimento no lançamento desses dados. E, como articulador principal, tem-se o visitador, que atua diretamente nas famílias, mantendo o vínculo e contribuindo para a estimulação, proteção e cuidado das crianças.

É essencial a formação continuada de toda equipe desta política pública, sempre retomando conceitos e vivências, para qualificar de forma intensa as visitadoras, as quais, através das visitas domiciliares, precisam proporcionar um espaço de acolhimento, de escuta na sua postura profissional em um movimento dialógico que articula os conhecimentos teóricos e metodológicos as situações que surgem no cotidiano do trabalho.

Como um protagonista social, o Visitador se constitui em um agente de transformação e é uma referência para as famílias e comunidades. Seu cotidiano profissional é ancorado nas políticas públicas direcionadas à infância, com o propósito de garantir qualidade de vivências significativas às crianças, contribuindo, apoiando e orientando as inúmeras demandas das famílias, contando, sempre, com os demais profissionais da rede intersetorial de apoio e serviços municipais.

Ao ir conhecendo as famílias no decorrer das visitas, o visitador obtém informações para planejamento individualizado de acordo com a necessidade da criança, bem como do seio familiar que é responsável pelo suporte estrutural e emocional. O trabalho do visitador é fomentado na cultura do cuidado, no vínculo afetivo, na proteção, no valor do brincar e da vida em família. O visitador é a referência e o canal direto de informações para a equipe de apoio e de suporte familiar que os municípios disponibilizam na educação, saúde e assistência social, o qual precisa saber sustentar as necessidades e saberes das famílias, investindo em um trabalho permeado por valores humanos e pelo resgate da autoestima familiar, em que sejam traçadas novas alternativas de convivência entre pais, filhos, cidade e crianças.

3.1 Implementação da Primeira Infância Melhor

Quando é oficializado o PIM em um município, bem como a portaria que nomeia as equipes responsáveis para a execução, inicia-se um processo de estruturação, implementação, sensibilização e execução das ações. Em um primeiro momento, o GTM produz três documentos essenciais: Plano de ação, Situação da Primeira Infância no Município e o mapeamento.

O *Plano de Ação* é o instrumento norteador das ações do PIM, elaborado, acompanhado e avaliado pelo GTM, visando sistematizar o planejamento de forma geral: local, data, prazos, duração, recursos humanos (responsáveis, público-alvo), recursos físicos, características do Município e a Metodologia do Programa.

A *Situação da Primeira Infância* é o instrumento referência para Gestores e Grupos Técnicos Municipais definirem as áreas prioritárias para implantação e posterior ampliação da política, ele visa contextualizar as ações em relação à primeira infância no município e a realidade social das famílias, indicando os serviços e as carências existentes na atenção voltada à infância. Ele contempla os dados da realidade de fontes oficiais referentes às crianças e famílias, atendimentos institucionais de Saúde, Assistência Social, Educação e Cultura, bem como os recursos direta ou indiretamente relacionados a elas. Com o preenchimento, o município tem a possibilidade de identificar a realidade social das diferentes comunidades, mapear os serviços e identificar as necessidades a partir da organização e articulação com a rede de serviços.

Com essas informações, o processo segue para o próximo passo, que é o *mapeamento*, para definir a área e as famílias que inicialmente receberão o atendimento do PIM. Para a definição das áreas, consideram-se os critérios de baixa cobertura de Educação Infantil e a existência de rede de serviços e/ou programas para atendimento às famílias, alto número de gestantes e crianças de zero até seis anos de idade; grande número de famílias em situação de vulnerabilidade social e alta taxa de mortalidade infantil. Assim que for definida a área, é fundamental identificar as famílias às quais será realizado o convite inicial, considerando os seguintes critérios: priorizar famílias com gestantes e/ou crianças de zero até três anos de idade, famílias com crianças que não estejam recebendo atendimento de Educação Infantil pelas vias institucionais e famílias interessadas em participar do Programa.

Ao finalizar a etapa inicial, o Grupo Técnico Municipal irá planejar e organizar a distribuição das famílias aos visitantes, os quais, nessa etapa, já estão

selecionados/concursados e capacitados com a formação inicial de 60h. Sendo assim, realiza-se a primeira visita domiciliar e a abordagem à família a ser atendida.

São disponibilizados aos municípios, através do Grupo Técnico Estadual, os guias de orientação para o bom andamento do Primeira Infância Melhor:

Guia da família: o material oferece aos pais, cuidadores e familiares orientações que ajudam a garantir e promover a sobrevivência, o crescimento e o desenvolvimento das crianças em ambientes saudáveis e seguros, com sugestões para realizar atividades de acordo com as características de cada faixa etária, brincadeiras, resgate, preservação e promoção da cultura, tradições e experiências contemplando as necessidades e o desenvolvimento integral da criança de 0 até os 6 anos de idade.

Figura 6 – Guia da Família.



Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 2016.

Guia da Gestante: esse material trata do momento especial e natural da vida da mulher, a gravidez. Esse é um período que exige cuidados e atenção, tendo em vista as transformações físicas e emocionais pelas quais a mulher passa. O material traz dicas e orientações que podem auxiliar, fazendo com que esse processo seja vivido de modo saudável. Ele visa orientar as famílias sobre como proceder e integrar em seu dia a dia, um jeito prático de como cuidar, educar, proteger e promover o desenvolvimento das crianças desde a gestação. O guia aborda assuntos como: alterações corporais, períodos gestacionais, pré-natal, alimentação saudável, saúde bucal, cuidados durante a gestação, parto, pós-parto, amamentação, triagem neonatal e direitos trabalhistas, sociais e garantia de acesso às políticas de Saúde, com resultados positivos para a mãe e o bebê.

Figura 7 – Guia da Gestante.



Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 2013a.

Guia da Gestante para o visitante: esse material serve para orientação ao visitante, para o planejamento e para a formação que prepara para o acolhimento humanizado, para o apoio e para as informações qualificadas. Ele também contribui para o comprometimento do visitante, de modo a ressaltar a importância da presença atenciosa e habilitada dele no acompanhamento de cada fase da gestação. Nesse período, ocorre os cursos promovidos pela maioria das redes de saúde, visando preparar os futuros *papais*, através de explanação de temáticas importantes sobre gestação, nascimento e estimulação. Além disso, os visitantes do PIM são engajados nessas atividades, de modo a convidar e acompanhar a família nessas atividades.

Figura 8 – Guia da Gestante para o Visitador.



Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 2013b.

Em síntese, todas essas ações visam à integralidade do cuidado, têm como foco a promoção do desenvolvimento integral infantil, da parentalidade, bem como a identificação de potencialidades e de necessidades das famílias que devem ser articuladas em rede.

Refletindo sobre as ações, é fundamental a forma com que o GTM, monitor e visitante se apresentam a família. A abordagem inicial, em que são expostas as informações da política, é fundamental para o sucesso de sua implantação e desenvolvimento. A participação das

famílias é voluntária e ocorre a partir do convite e da ciência dos objetivos e das ações que serão desenvolvidas. Caso a família queira desligar-se do PIM antes de finalizar o ciclo, ela deve formalizar a solicitação de desligamento e, assim, não sofrerá nenhum prejuízo no recebimento de benefícios socioassistenciais.

Logo no início do atendimento, a visitadora combina com a família a data e horário do atendimento que melhor se encaixa com a rotina familiar. Ela elabora o *Plano Singular de Atendimento*²³ (PSA) em diálogo com a família e com a rede de serviços, sendo possível traçar ações a serem desenvolvidas com base nas especificidades de cada família. Utiliza-se a ludicidade que incorpora brincadeiras e jogos, de modo a estimular o processo de ensino e de aprendizagem e a valorizar o potencial das crianças e das famílias, visando desenvolver conhecimentos intersetoriais, como educação, saúde, cultura e desenvolvimento social. Durante a visita domiciliar, a família recebe orientações de estimulação precoce, sobre como realizar as atividades, qual o objetivo e finalidade delas, para trabalhar de acordo com o contexto da sua família, e, também sobre como utilizar objetos da vida cotidiana para brincar com a criança; como elaborar alguns materiais didáticos, bem como identificar o nível de satisfação das crianças, de seus familiares e gestante.

O PIM tem por finalidade a estimulação, além de que, com os guias, é possível acompanhar o avanço e o desenvolvimento das crianças, o qual é registrado nos instrumentos de avaliação que posteriormente são lançados no sistema. Assim, é possível a organização de um banco de dados para estudos e levantamento estatístico e diagnóstico.

O visitador inicia com a aplicação do instrumento *Censo, Caracterização e Diagnóstico*²⁴, que é formado por cinco formulários de coleta de dados acerca das famílias, da população infantil e da comunidade. O instrumento permite realizar uma leitura dos contextos familiares, no sentido de tornar as intervenções adequadas ao cotidiano das famílias, promovendo o respeito à cultura, aos hábitos e às experiências locais, e é um momento em que se dá o início ao vínculo de confiança e afeto com as famílias. Após finalizar essa coleta de informações, o visitador, a partir de um planejamento prévio voltado às especificidades de cada família e à promoção de desenvolvimento, inicia as *Modalidades de Atenção*:

²³ O Plano Singular de Atendimento (PSA) é uma estratégia de planejamento na qual, a partir do contexto de cada família, são traçados os objetivos e as ações que serão desenvolvidas durante o atendimento pelo PIM. Todos os aspectos relatados devem partir do diálogo permanente com a família e com a rede de serviços e da observação das potencialidades, necessidades, fatores de risco e proteção. Disponível em https://www.pim.saude.rs.gov.br/pim_a/instrumentosPIM/Plano-Singular-de-Atendimento.pdf

²⁴ Disponível em https://www.pim.saude.rs.gov.br/pim_a/php/pagina-documentos-e-formularios.php

A atenção dedicada às famílias participantes do PIM é realizada por meio das *Modalidades de Atenção Individual e Grupal*, complementadas pela abordagem comunitária. Todo o trabalho de orientação às famílias e estímulo a seus filhos é planejado e realizado de forma lúdica, levando em conta a faixa etária das crianças ou o período gestacional da mãe, as dimensões do desenvolvimento integral consideradas pelo Programa, seus pressupostos teóricos, o contexto e seus aspectos culturais. Além disso, o trabalho sempre é baseado no Acompanhamento dos Ganhos de Desenvolvimento, o que compreende o Diagnóstico Inicial do Desenvolvimento Infantil e avaliações subsequentes. Tanto o Diagnóstico Inicial quanto as avaliações posteriores utilizam indicadores de desenvolvimento que tomam como referência as dimensões a serem acompanhadas: cognitiva, motora, socioafetiva e linguagem. Eles orientam todo o planejamento do trabalho a ser realizado, que deve ir ao encontro das características e necessidades de cada criança/família. (SCHNEIDER e RAMIRES, 2007, p. 66).

Outra questão relevante é a possibilidade de acompanhar os chamados *ganhos* do desenvolvimento infantil através do registro das observações cotidianas sobre a evolução e as dificuldades apresentadas por cada criança ao longo do processo de desenvolvimento das atividades. Ao término de cada faixa etária, através do instrumento *Acompanhamento dos Ganhos de Desenvolvimento Infantil*²⁵, é organizado os *Indicadores de Desenvolvimento*²⁶, disponibilizados no *Guia da Família*. Eles são ações ou habilidades esperadas das crianças ao final de cada faixa etária, como, por exemplo, de um a dois anos, espera-se que a criança: caminhe sem ajuda e com equilíbrio; consiga subir e descer degraus; consiga chutar uma bola; saiba montar pirâmides com argola ou caixas; consiga tampar e destampar caixas; entenda ordens simples e cumpra até três ordens simultâneas; pronuncie frases com três palavras; segure o talher para se alimentar. Portanto, é fundamental que toda equipe, especialmente os visitantes, domine esses conhecimentos, visando maior qualidade na execução do cuidado.

A metodologia do PIM com iniciativas visa o amparo familiar, o cuidar e o educar das crianças, bem como a socialização com a comunidade de forma geral e o acesso a todos os serviços da rede municipal de forma intersetorial. Para isso, consta, no plano de ação, *visitas de acompanhamento* da equipe que articula o PIM, bem como de demais profissionais que se achar necessário, para melhor cuidado com a demanda da família, de forma essencial com gestantes e crianças de zero até cinco anos, visando evitar possíveis *déficits* apresentados pela criança.

Outra iniciativa voltada ao fortalecimento do protagonismo familiar são as *Reuniões Comunitárias com as Gestantes*, também chamadas de Curso de Gestante e, atualmente, Formação para futuros papais, coordenado pela secretaria de saúde em parceria com os demais profissionais da rede em que são realizadas palestras e/ou oficinas ao grupo sobre

²⁵ Disponível em https://www.pim.saude.rs.gov.br/pim_a/php/pagina-documentos-e-formularios.php

²⁶ Disponível em <http://www.pim.saude.rs.gov.br/site/wp-content/uploads/2017/01/Guia-da-Fam%20adlia-PIM-7a-Edi%20a7%20a3o.pdf>

temas relativos à gestação, à amamentação, parto, ao puerpério, alimentação e cuidados infantis dentre outros, sob um enfoque fisiológico e interdisciplinar. A Primeira Infância Melhor participa dessas ações, bem como na divulgação das datas, reforçando a importância da participação da família, não somente da gestante. Durante os encontros, participam, junto à equipe da saúde representante do GTM, Monitor e os Visitadores.

Essa política pública visa a qualidade de vida das pessoas, fortalecendo laços familiares, motivando para evolução e socialização, incentivando a participação na comunidade com eventos, campanhas de vacinas, palestras informativas, enfim, ações preventivas que solidifiquem a autonomia da família e o desenvolvimento infantil satisfatório. Assim, enfatiza-se a garantia dos direitos sociais das crianças e dos membros familiares com enfoque nas demandas de cuidado e proteção, de modo a intervir no contexto de vulnerabilidade e a fortalecer, através de ações e estratégias, vínculos e protagonismos, visando diminuir os riscos e violação de direitos.

Com a parceria do GTM, direção e professor da escola, realiza-se, também, o *Acompanhamento dos Egressos do PIM*, no qual, após o aluno se desligar do PIM e iniciar na escola, é desenvolvido encontros nos meses de agosto e dezembro com a equipe das escolas para realizar uma avaliação desse aluno através de diálogo e de preenchimento de um questionário sobre o andamento educacional. O objetivo disso é avaliar as contribuições dessa política no processo de aprendizagem em relação aos demais alunos que não participaram do PIM.

A visita domiciliar, o contato semanal que o PIM estabelece nessa relação pela visitadora, cria vínculos com a família e possibilita um olhar, isto é, um atendimento, pontual intersetorial, o que torna possível o acompanhamento do contexto familiar social e emocional. A dinâmica do atendimento semanal é retomar com a família ou gestante as orientações da atividade deixada para a semana, com perguntas previamente elaboradas. Essa retomada permite ao Visitador verificar o comprometimento da família com a proposta do PIM e, também, seu entendimento sobre os benefícios da atividade, bem como permite observar os avanços no desenvolvimento infantil obtidos pelas crianças. Em seguida, o Visitador orienta sobre as atividades que serão realizadas no dia, explicitando seus objetivos, sua forma de execução, os materiais utilizados e como acontecerá a participação da família. A família necessita de esclarecimento sobre quais aspectos do desenvolvimento serão favorecidos ou quais os benefícios da atividade para o período gestacional e estimulação infantil.

Para garantir a compreensão plena da proposta, o Visitador pode demonstrar à família como se realiza a atividade, assim como pode ilustrar como preparou o material. Em um

segundo momento, ocorre a execução da atividade pela família, quando o Visitador se posiciona como mediador da relação estabelecida entre a família e sua criança, de modo a incentivá-las para a realização da proposta, aproveitando a oportunidade de observar o modo como a criança realiza a atividade, como se expressa, como se relaciona e se apresenta alguma dificuldade na execução, bem como a relação da família com a criança e se ela dá continuidade às atividades de estímulo propostas pelo visitador. No caso do atendimento à gestante, é fundamental o visitador assumir uma posição de apoio e motivação, envolvendo, sempre que possível, os familiares presentes. O terceiro e último momento presencial é quando o visitador avalia, com a família, o desempenho da criança durante a atividade e, então, a família é estimulada a expressar suas opiniões e dúvidas. O Visitador, com a ajuda do Guia da Família, orienta uma atividade para ser realizada durante a semana. Essa atividade pode ser uma continuidade do que foi trabalhado na visita, acrescida de novos desafios de aprendizagem. No atendimento à gestante, também é realizada uma avaliação do que foi desenvolvido e uma atividade é orientada para a mãe e seus familiares, com base no Guia da Gestante.

Intensificando a pesquisa em relação às ações do Pim no contexto de cidade educadora, é possível destacar que, durante as visitas domiciliares, o visitador procura reconhecer o potencial de desenvolvimento de cada família, a fim de apoiá-las na identificação de suas próprias capacidades e no estudo de formas alternativas de atingir seus objetivos. O Visitador revela sua intenção e o significado de sua presença, para que o vínculo elaborado nessa relação dialógica se fortaleça a cada visita, na medida em que a família elabora suas aprendizagens e apresenta novas interpretações de sua própria realidade e da realidade de suas crianças. Buscando, sempre, além da estimulação da criança, o estabelecimento de vínculo também com a família, de modo a estabelecer uma relação semanal de compreensão e respeito, mantendo a motivação quanto ao PIM, bem como se busca repassar as orientações dos guias e envolver as famílias e os cuidadores na atividade, compreendendo o sentido e a importância para aquela faixa etária e quais os benefícios futuros para a criança.

Refletindo sobre os guias e as fichas de acompanhamento da Primeira Infância Melhor, ele se consolida como um material referência no que tange ao cuidado desde a gestação até os cinco anos de idade, pois engloba a evolução e desenvolvimento infantil de modo amplo: motor, cognitivo, social, contexto familiar, vulnerabilidades, negligências, riscos à vida de modo geral, estimulações nas mais diversas áreas, considerada uma política pública que articula com um território educador.

3.2 Sistema de Informação do PIM - SisPIM

O SisPIM é um sistema de informação própria do Primeira Infância Melhor. Nele, são cadastradas todas as informações, como usuários, membros das equipes e local onde é registrado o monitoramento do desenvolvimento integral infantil. O sistema registra os arquivos desde o momento inicial de adesão do programa no município, assim, é possível, posteriormente, a análise e tabulação das informações, o que permite o monitoramento e avaliação do desempenho do PIM em diferentes cidades, assim como a geração dos relatórios para pagamento do incentivo financeiro.

As equipes municipais contam com o digitador, o qual é incluído no SisPIM e é a pessoa responsável, no município, para fazer a inserção de dados e a atualização do sistema. Na ausência dele, a inserção das informações deve ser feita pelos membros do GTM e/ou monitor/supervisor. A equipe estadual é responsável por disponibilizar formação específica sobre o Sistema de Informação do Primeira Infância Melhor - SisPIM regularmente.

Figura 9 – Banco de dados do Pim

SisPIM Sistema de Informação do Primeira Infância Melhor

Tempo de espera expirado. Por favor proceda nova identificação.

Identificação

Senha

[Acessar](#) [Cancelar](#)

[Instruções para senha](#) | [Administração do Site](#)

Fonte: SISTEMA DE INFORMAÇÕES SisPIM, 2022

Quando o SisPIM é alimentado de forma correta, constitui-se um banco de dados muito importante e necessário para a realidade municipal, uma vez que é possível, então, a emissão de vários relatórios para um acompanhamento detalhado, como:

- *Agenda do visitador*: relata a identificação dos dias e horários dos atendimentos realizados pelos visitantes
- *Instrumentos PIM*: disponibiliza todos os documentos e formulários utilizados no programa.
- *Lista de crianças para acompanhamento/avaliação mês*: permite a visualização de quais crianças cada visitador deverá realizar o monitoramento do desenvolvimento infantil, no mês consultado.
- *Totalização de visitantes*: possibilita visualizar os visitantes ativos e o número de famílias acompanhadas por eles, bem como o percentual de alcance da previsão de atendimentos que foi definida pela equipe para ele.
- *Totalização de acompanhamentos do desenvolvimento infantil*: disponibiliza as informações do monitoramento do desenvolvimento infantil das crianças acompanhadas.
- *Totalização de recursos pagos*: encaminha para a página da Secretaria Estadual da Saúde, em que é possível consultar os recursos pagos aos municípios.
- *Totalização de visitantes para o subsídio*: possibilita visualizar quantos visitantes foram confirmados para o subsídio na competência consultada, assim como em que data foi retirado o relatório do qual derivou o cálculo do valor do subsídio.

O Município poderá ter o incentivo financeiro estadual da política suspenso caso não ocorra a atualização do SisPIM por período superior a 120 dias. A suspensão ocorre de forma automática e o restabelecimento também, a partir do momento em que houver a atualização das informações no sistema. Entretanto, valores retroativos não são disponibilizados.

O *Banco de Dados* faz parte do site oficial do PIM e sua manutenção é realizada on-line, ou seja, não é necessário a instalação ou conhecimento de nenhum programa específico, pois ele possibilita o acesso em tempo real e em qualquer instância desejada. É nesse sistema que estão cadastradas todas as famílias, crianças e gestantes beneficiadas. Além disso, ele contempla o acompanhamento da evolução dos mesmos, servindo de base para além do pagamento dos recursos ao município, como para mecanismos de análise e avaliação do PIM e das informações das crianças do municípios atendidas, de modo a tornar possível que dados sejam levantados e que informações de todos os anos de adesão do programa sejam tabuladas, pois o banco de dados registra informações desde o primeiro dia de habilitação, portanto, o Município de Camargo tem, constado no seu banco de dados, informações de 2006 até a presente data, que podem ser

utilizadas para estatísticas municipais, bem como estaduais, para adesão a programas, pagamento dos recursos ou informações gerais.

O SisPIM é um sistema de dados bem amplo, com vários filtros que possibilita a busca e a seleção de informações referentes a municípios, períodos específicos, contribuindo, assim, para um completo acompanhamento do desenvolvimento das ações, como, por exemplo, na figura a seguir, está a totalização de crianças atendidas por faixa etária atualmente no Município de Camargo.

Tabela 2 – Totalização de crianças por faixa etária

SisPIM Sistema de Informação do Primeiro Infância Melhor

Início Cadastros * Relatórios * Repositório * FTP Intranet Sair ? Ajuda

Totalização de crianças por faixa etária

CRS: 06ª CRS Município: Camargo

Filtro para a situação: Apenas habilitados Consultar

Número de registros encontrados: 1

Identificação do município		Visitadores			Crianças																	
Nome	CRS	Data de habilitação	Libe- ra- dos	Ati- vos	Comu- ni- da- des	Famí- lias	Ges- tan- tes	0 a 3 anos						4 até 5 anos			Tot 1-5a	Tot 0-5a				
								0 até 1 ano				1 até 5 anos		Tot 0-3a	4a	5a			Tot 4-5a			
								0<3m	3<6m	6<9m	9<12m	Tot 0<1a	1a							2a	3a	
Camargo	06ª	09/10/2006		3	14	49	3		4	2	6	12	22	8	8	50			38	50		
Totais				0	3	14	49	3	0	4	2	6	12	22	8	8	50	0	0	0	38	50

Número de registros encontrados: 1

copyright by SES-RS/PIM ©2006-2016
Identificador: Juliãna Venozzi

Endereço - CAFF (Centro Administrativo Fernando Ferrari) - Av. Borges de Medeiros, 1501, 4º andar, Ala Norte, Praia de Belas - CEP: 91119-000, Porto Alegre / RS - Brasil
Telefones - Institucional: (51) 3288-5955 | Administrativo: (51) 3288-5921 | Consultores: (51) 3288-5983 / 3288-5987 | Eventos/Publicações: (51) 3288-5888 | Fax: (51) 3288-5810
Emails - Institucional: pim@saude.rs.gov.br | Eventos: pimeventos@saude.rs.gov.br | Suporte ao Sistema: suportesistemajim@saude.rs.gov.br | Contato

Fonte: Sistema Interno do SiSPIM, acessado em 10 de jun 2022

O repasse de recursos mensais do estado para o município é de 65,00 reais por criança atendida, uma vez que Camargo finalizou o mês de junho com 50 crianças, o repasse de recursos será de 3.250,00 reais, que são utilizados na manutenção e desenvolvimento do programa.

3.3 Pressupostos teóricos do PIM

O embasamento teórico da Primeira Infância Melhor, política pública intersetorial, possui suas bases conceituais e epistemológicas ancoradas no desenvolvimento infantil, tendo como base as primeiras relações do bebê com o mundo, fundamentadas nos recentes estudos da Neurociência, de modo a ressaltar a importância do estímulo externo para a organização da rede neuronal no período entre zero e cinco anos, com o alicerce nas ideias dos teóricos:

Piaget (1896-1980) na promoção da interação do indivíduo com o meio; Vygotsky (1896-1934), para contemplar o desenvolvimento psicossocial da criança; Winnicott (1896-1971), que defende a relação saudável entre mãe e bebê; Bowlby (1907-1990), através da Teoria do Apego; Freire (1921- 1997), para construir processos de busca pela ampliação da cidadania e de direitos na primeira infância; e Bruner (1915-2016), quanto à revitalização das culturas a partir das próprias comunidades, promovendo o fortalecimento da autoestima e da identidade étnico-racial, ações desenvolvidas dentro de uma perspectiva de educação não formal com referências multidisciplinares que objetivam o desenvolvimento integral da infância. Essas contribuições vão além de embasamento teórico, pois são vivenciadas na prática da interação da visitadora com a criança e seu cuidador durante as visitas domiciliares, articulando as concepções com experiências práticas.

O PIM fortalece com as ideias de Piaget no atendimento das faixas etárias prioritárias de zero a seis anos. Para ele, o desenvolvimento humano ocorre a partir do nascimento, obedecendo estágios, destacando-se o estágio do nascimento aos dois anos: sensório-motor, em que a criança desenvolve um conjunto de “esquemas de ação” sobre o objeto, que lhe permite construir um conhecimento físico da realidade; o estágio dos dois aos seis anos: pré-operatório em que a criança inicia a construção da relação causa e efeito, a simbolização, a idade do faz de conta, dos porquês bem como das estratégia do brincar.

As ações do PIM inspiram-se, também, na concepção de Vygotsky (2007, p. 98) de que a interação dos sujeitos com seu meio social e cultural tem papel preponderante no seu processo de aprendizagem. O ser humano modifica o ambiente e o ambiente modifica o homem, proporcionando significados, para ambos, das ações desenvolvidas pela política junto às famílias. O Conceito de “zona de desenvolvimento proximal”, que é a aprendizagem que acontece a partir da distância entre aquilo que o sujeito já sabe e aquilo que ele tem potencialidade de aprender, fortalece a importância do outro como intermediador da relação da criança com o mundo.

Para Winnicott, cada ser humano traz consigo uma capacidade de “vir-a-ser”, potencial para amadurecer e se tornar um indivíduo independente e criativo. Isso se alinha com o PIM em sua concepção sobre a relação saudável que acontece entre o ambiente e o bebê, de onde emergem os fundamentos da constituição da pessoa e do desenvolvimento emocional e afetivo da criança.

Já Bowlby contribui com o PIM em relação a “Teoria do Apego”. O estabelecimento de apegos seguros na infância tendem fortemente ao desenvolvimento saudável dos indivíduos desenvolvendo expectativas positivas em relação ao mundo. Bowlby (1989, p. 47)

ênfatiza que “[...] variável alguma tem mais profundos efeitos sobre o desenvolvimento da personalidade do que as experiências infantis no seio da família: a começar dos primeiros meses e da relação com a mãe”. Dentre as diferentes formas de apego, a mais adequada é aquela em que o outro pode ser percebido como uma base segura, a partir da qual o indivíduo poderá explorar o mundo e experimentar outras relações.

Com o avanço da temática da diversidade, cujo foco as políticas nacionais têm distinguido enquanto necessário e urgente, está presente também nas ações do PIM, que se coloca ajustado às políticas de inclusão, levando em conta as diferenças culturais e étnicas. Jerome Bruner (1915-2016) foi agregado ao PIM pela referência às populações indígenas, quilombolas e mulheres encarceradas. Sua teoria inclui a revitalização das culturas a partir das próprias comunidades, promovendo o fortalecimento da autoestima e da identidade étnico-racial.

O trabalho com as crenças e culturas das famílias foi trazido como uma limitação na atuação dos Visitadores. Eles referem que cada família tem um jeito de ser e que isso exige reconhecer as suas especificidades para se poder trabalhar de forma adequada, planejando as atividades em consonância com cada realidade. Referem também que essa temática necessita ser mais discutida entre os pares e o GTM, nas capacitações. (KAISER, FREITAS, 2009, p. 86).

Em relação à explanação dessa temática, é possível perceber a insegurança e a dificuldade das visitadoras em abordar esses assuntos nas famílias, em que cada contexto direciona a situações diversas vivenciadas na realidade familiar, assim, é importante conduzir o assunto com cautela, visando não prejudicar o vínculo e a confiança entre a visitadora e o cuidador. Uma alternativa para melhor preparar o visitador é através das formações continuadas, da atualização de legislações e de argumentos que contribuam para repassar a intencionalidade da visita.

As práticas educativas desenvolvidas pelo PIM se encontram ancoradas em Paulo Freire, destacando a mediação de processos de aprendizagem de forma dialógica, problematizadora, ética e amorosa. Freire diz que “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou a sua construção” (1995, p. 47). Apoiar as famílias (objetivo do PIM), no sentido freireano, conduz-nos a pensar na relação entre visitadores e elas como um processo de cocriação de caminhos, de saberes e de possibilidades. Tal abordagem pressupõe a necessária fé nos sujeitos, em seu poder de construir sua própria história e em sua vocação para ser mais. Trata-se de buscar romper com a dominação e opressão – em que há respeito e valorização pelos diferentes saberes em uma

relação livre e horizontal. No PIM, buscando reduzir desigualdades, nas andanças pelos territórios, nos diálogos com as famílias, com as lideranças comunitárias e com os serviços, reforça-se a grande oportunidade de construir processos de busca pela ampliação da cidadania e de direitos na primeira infância, em diálogo honesto, com respeito e amorosidade, ampliando a consciência, as possibilidades de agir no mundo e a experiência democrática.

Freire diz que o ser humano é um constante vir a ser e que é possível caminhar para uma sociedade justa e igualitária que trate o homem como sujeito, inserindo-o criticamente em seu processo histórico em uma educação que liberta pela conscientização, não aquela que domestica e acomoda. Enfatiza, também, que as práticas libertadoras estão sujeitas a limites e “[...] muitas vezes se faz o que se pode e não o que se gostaria de fazer. Há limites econômicos, limites ideológicos, sociais, limites históricos” (FREIRE, 1985, p. 22). Sendo assim, o visitador não pode desanimar perante as adversidades encontradas na caminhada: famílias em precárias condições de moradia, alimentação e proteção, carentes de afeto e de atenção. Logo, ele precisa manter a postura ética, a coragem e a determinação no desenvolvimento de suas atividades, contribuindo para a família e a criança sentirem-se parte do território, protagonistas da história da vida.

O PIM tem como potencial a minimização das desigualdades na capacidade de compreender teoricamente o desenvolvimento das crianças, de suas competências e de assimilações das fases do desenvolvimento a partir de práticas e bases teóricas científicas, bem como o quanto os autores contribuem para que essa prática não seja meramente assistencialista, mas construtiva de possibilidades e de valorização da cultura, do território e das potencialidades das comunidades, das famílias e da rede de proteção integral e intersetorial.

Para um melhor êxito em relação a atuação com as famílias, é fundamental o investimento em formação e capacitação para toda equipe do PIM, fortalecendo a vinculação do profissional com a filosofia e finalidade dessa política pública, priorizando uma conduta reflexiva e dialógica em seu espaço de atuação, respeitando a realidade local e os referenciais teóricos e metodológicos propostos, concretizando-se no vínculo de afeto e comprometimento que se constrói com as famílias.

No próximo capítulo, será feita uma análise da trajetória do PIM em Camargo através da discussão dos dados oficiais do SisPIM, bem como outros documentos e registros em gerais. Em seguida, um levantamento de ações e projetos intersetoriais que contribuíram para a inserção do município à AICE, realizando uma interlocução com os princípios de uma cidade educadora.

4. VIVÊNCIAS DA PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR EM CAMARGO NA RELAÇÃO COM OS PRINCÍPIOS DA CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS

Os desafios atuais remetem, cada vez mais, a refletir sobre razões e princípios que promovem uma educação emancipadora que apoia o desenvolvimento de todo potencial humano, em que os sujeitos da ação estranham sua própria prática, interrogam e buscam a compreensão refletida com base nos saberes da ciência.

Discussões pautadas pela temática da territorialidade têm sido constantes no âmbito acadêmico e em eventos científicos, bem como nas redes sociais e na imprensa, motivadas pela conjuntura política que se materializa. O Brasil, historicamente, esteve imerso em uma cultura política descomprometida com a participação e a equidade, sendo que, na atualidade, utiliza-se de espaços conquistados democraticamente para defender suas posições, dentro e fora do sistema político convencional.

Neste capítulo, será abordada a política pública Primeira Infância Melhor no Município de Camargo, descrevendo suas estatísticas gerais, isto é, uma descrição dos 15 anos de existência, de informações documentais sobre a adesão, a implantação e a implementação no Município, assim como as dificuldades e os resultados do PIM. Além disso, identificar-se-á a sua relação com os princípios da carta das Cidades Educadoras, realizando um levantamento regional do quantitativo de Municípios que pertencem a AMPLA que tem adesão ao PIM.

Sequencialmente, será realizado um levantamento dos projetos e ações desenvolvidos no Município de Camargo, analisando desafios e potencialidades das políticas educacionais intersetoriais, relatando percursos, processos e experiências de Camargo - RS para o reconhecimento de Cidade Educadora pela Associação Internacional de Cidades Educadoras – AICE.

Conforme Paulo Freire já anunciava, o papel educativo exercido pelas cidades:

[...] mas há um modo espontâneo, quase como se as Cidades gesticulassem ou andassem ou se movessem ou se dissessem de si, falando quase como se as cidades proclamassem feitos e fatos vividos nelas por homens e mulheres que por elas passaram, mas ficaram, um modo espontâneo, dizia eu, de as Cidades educarem. (FREIRE, 1995, p.23)

Nesse sentido, destaca-se que o PIM superou o status de política de governo e se consolidou como uma política de estado, pois seu início foi como um programa de governo, mas com a sua expansão e contribuições no cuidado, atenção e estimulação da infância, ele se

consolidou como uma política pública o que faz toda a diferença, pois analisando o exemplo do bolsa família, que era uma política pública de estado e agora, com o auxílio Brasil, o bolsa família voltou ao patamar de política de governo, o que colocou o fantasma da fome novamente para assombrar a vida de milhões de brasileiros.

4.1 Percurso de Camargo até fazer parte da rede de cidades educadoras

Um dos desafios dos processos de gestão municipal é constituir políticas que emergem das necessidades da população e que envolvem os sujeitos da ação. Decidir sobre esse percurso metodológico implica em manifestar uma compreensão de mundo, de sujeitos e de sociedade desejada. Cury (2001, p. 43) destaca que o cidadão quer ser ouvido e ter parte no processo de elaboração das políticas públicas. Essas políticas públicas adquirem sentido e alcançam melhores resultados quando os sujeitos se envolvem no debate, na elaboração e no que lhe compete no ato de concretizá-la.

Camargo, um município pequeno em território e em demografia, mas com grandes desafios e vigor de ações intersetoriais que potencializam esse território. Milton Santos (2003, p. 32) destaca, para melhor compreender o município como território, que o território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre as quais ele influi. Portanto, é muito importante que as pessoas se sintam parte do território e que estejam comprometidas com ele.

Nessa perspectiva, em meados de 1990, realizou-se uma reunião com 63 cidades de 21 países, constituindo-se, assim, a AICE – Associação Internacional de Cidades Educadoras, com sede em Barcelona na Espanha. Atualmente, ela possui centenas de municípios que compõe esse grupo, baseados na carta de princípios de uma cidade educadora que permite a troca de experiências, de projetos e de ações concretas do mundo inteiro nos diferentes contextos buscando aproximar o cidadão ao seu território.

O Município de Camargo se localiza na mesorregião noroeste sul rio-grandense, na Microrregião de Guaporé, fica a 270 km de Porto Alegre. Sua principal via de acesso é a ERS 132 e ele pertence à Associação dos Municípios do Planalto – AMPLA.

Figura 10 – Imagem aérea do Município



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARGO, c2022.

Considerando os artigos nº 23 e nº 211 da Constituição de 1988, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios têm de se organizar em regime de colaboração para a oferta da educação. Enfatiza-se, no artigo 29, que o município reger-se-á por lei orgânica, aprovada pelos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição. Em 2014, foi aprovado o Plano Nacional de Educação, lei que estabelece as 20 metas para a melhoria da educação no prazo de dez anos. Conforme o art. 8 da LDBEN 9394/96, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino, ficando a cargo dos entes se organizarem conforme seus interesses, uma vez que tem a obrigação de atender a demanda local.

O território educacional de Camargo é composto por uma escola estadual e quatro escolas municipais. A Escola Estadual de Ensino Médio Pandiá Calógeras atende em média 330 alunos do 5º ao 9º ano do ensino fundamental e, também, todo o ensino médio. Ela conta, atualmente, com um quadro de 30 professores, serventes, merendeiras, recepcionistas e monitoras. A escola é comprometida com a comunidade de forma em geral e desenvolve projetos intersetoriais em rede com as áreas de saúde, educação e assistência social, sempre alicerçados na demanda de temas oriundos da necessidade da comunidade. A rede municipal conta com duas escolas de Educação infantil que têm atendimento em turno integral: Escola Municipal de Educação Infantil Gabriela Boff, que atende crianças de zero a três anos; e Escola Municipal de Educação Infantil Casa da Criança Dona Dele, que atende crianças de

quatro e cinco anos. O município conta com duas escolas de ensino fundamental: Escola Municipal de Ensino Fundamental Campos Sales, que atende alunos até o 5º ano; e a Escola Municipal de Ensino Fundamental Silva Jardim, que também atende alunos até o 5º ano, mas com atendimento integral, e está localizada no interior do município, no distrito de Paraíso. Hoje, a rede municipal conta com aproximadamente 342 alunos²⁷, dentre esses, 174 estão na Educação Infantil e 168 são do Ensino Fundamental, nas séries iniciais. Na rede, atuam 35 professores e 20 profissionais escolares, bem como monitores e estagiários que auxiliam no desenvolvimento geral e nas oficinas pedagógicas multiprofissionais.

Em relação ao percentual de orçamento educacional, a Constituição Federal determina que União aplique, no mínimo, 18% da receita resultantes de impostos para educação e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem aplicar 25% da receita. Os recursos para o ensino superior são da esfera federal, enquanto cabe, aos estados, o ensino médio e, aos municípios, prioritariamente, as etapas de educação infantil (municípios) e ensino fundamental (em regime de colaboração com o estado). O município de Camargo investiu, no ano de 2021, um percentual de 26%²⁸ do orçamento para a educação. Sobre esse valor investido, destaca-se que ele possibilitou a capacitação e valorização do quadro do magistério municipal e demais profissionais da educação, ampliação no atendimento da educação infantil de zero a três anos e do ensino fundamental – anos iniciais, implantação de turno integral na educação infantil de quatro e cinco anos. Agrega-se, também, os investimentos em merenda escolar e transporte escolar gratuito; a manutenção e o desenvolvimento de programas; material didático e infraestrutura adequados; projetos, ações e serviços intersetoriais que exploram a multiplicidade cultural e artística envolvendo as famílias e a comunidade nos processos formativos do indivíduo e da própria sociedade, que, nas ações educacionais, mobiliza a comunidade escolar e local.

Em relação aos demais setores municipais, contata-se o desenvolvimento de projetos e programas que consistem em ações intersetoriais. A secretaria de saúde e assistência social é alicerçada nas campanhas e nos projetos de prevenção, buscando conscientizar a população através de campanhas educativas, de realização de palestras, reuniões, feiras e, também, através do investimento em material de divulgação das ações, objetivando o fornecimento de informação qualificada às famílias. As secretarias de obras e de agricultura têm dedicado

²⁷ Total de alunos retirados do sistema informatizado da educação <https://camargo.cittaweb.com.br/citta/#/login>, na data base para o Censo Escolar 2022 dia 25/05/2022.

²⁸ Dado obtido no TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO SIAPC - Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas através de <https://portalnovo.tce.rs.gov.br/sistemas-de-controle-externo/?section=SIAPC> Acesso em 28/01/ 2022.

atenção em relação à preservação e proteção ao meio ambiente, desenvolvendo projeto e ações ambientais. A secretaria de cidades, indústria e comércio tem um olhar muito especial em relação ao lixo, realizando inúmeras campanhas e ações para a separação e o destino correto dele, bem como promoção de cuidados básicos, como saneamento, arborização, espaços de lazer e recreação. Em relação ao saneamento, o município está executando uma obra onde será realizada a tubulação submersa de esgoto de toda cidade, bem como a construção de uma estação de tratamento dele. Essa obra será de fundamental importância para a qualidade de vida dos munícipes. Há um olhar especial também para os espaços de lazer mais frequentados, como a praça municipal, o parque de rodeios e o módulo esportivo. Em relação à segurança pública, o município conta com o sistema de vídeo monitoramento com câmeras instaladas em todos os acessos à cidade, bem como em pontos de maior circulação, visando garantir ainda mais a segurança e o cuidado com a população.

O processo de ultrapassar a linearidade dos olhares sobre o próprio cotidiano foi mobilizado por meio da formação continuada de gestores da educação, que era desenvolvida pela extensão universitária da Universidade de Passo Fundo, no projeto *Gestão da Educação: o feito, o necessário e o possível*, em especial, nas salas temáticas que aconteciam mensalmente. Nessas salas, desde 2017, o projeto tinha a participação da equipe da secretaria municipal de educação e dos gestores das escolas, o que intensificava, assim, a discussão sobre o território, sobre a própria escola, seus recursos e potenciais, bem como sobre as propostas que envolvem a gestão da política educacional, possibilitando a expansão do olhar sobre a educação, no sentido de evidenciar uma educação que forma e transforma o indivíduo e o seu espaço social.

Foi através da apresentação de uma atividade proposta em uma sala temática, em 2019, em que cada município mapeou suas políticas educacionais, interpretadas à luz de pressupostos teóricos e socializadas no coletivo, que os representantes de Camargo constataram as inúmeras ações educacionais e intersetoriais que eram desenvolvidas no município, acendendo a esperança do município integrar a Associação Internacional de Cidade Educadora - AICE, mas, ao mesmo tempo, a insegurança era grande, pois nenhum município de pequeno porte fazia parte da Associação Internacional de Cidades Educadoras.

Sendo assim, iniciou-se a caminhada do município de Camargo, com profissionais da educação comprometidos com os espaços de convivências e de atuação. Visando qualificar e potencializar o território, eles deram início a uma interlocução com a Universidade de Passo Fundo, em que foram realizadas reuniões entre a equipe do Programa de extensão UniverCidade Educadora e Inteligente e a Vice-reitoria de Extensão da Universidade de Passo

Fundo com os gestores e lideranças do município, incluindo representante do executivo e legislativo.

Para fortalecimento da proposta de Camargo Cidade Educadora, a pedagoga geral da rede municipal, os gestores, direções, demais profissionais, as Associação de Pais e Mestres (APM), representantes do poder executivo, legislativo e demais lideranças se reuniram em momentos de diálogos, buscando elencar políticas educacionais, bem como ações e projetos desenvolvidos de forma intersetorial com as demais secretarias municipais que compõem a administração municipal. Elencaram-se os programas governamentais a nível estadual e federal, entre os quais: transporte escolar (PEATE); merenda escolar (PNAE); financiamento da educação (FUNDEB); programas de autonomia financeira das escolas (PDDE). Soma-se, a tais programas, um conjunto de legislações, das quais podemos mencionar as principais: Lei da Inclusão nº 13.146/2015, Regime Jurídico dos servidores municipais lei nº 880/2002, Lei Lucas nº 13.722/2018, e a lei do Plano de Carreira do Magistério público municipal nº 1854/2018, entre outras. O município trabalha articulado a organizações não governamentais, de trabalho em regime colaborativo, tais como a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME/RS, Consórcio dos Municípios - CIPLAM e Arranjo do Desenvolvimento Educacional Norte Gaúcho - ADE.

Destacam-se, também, programas e projetos como Rompendo o Silêncio é Preciso Falar, que visa à prevenção ao suicídio e à valorização da vida; Projeto Conectados com o Futuro, que tem por objetivo evitar a evasão, a infrequência e o abandono escolar; Projeto Criança não Namora, Criança Brinca, que busca conscientizar os pais a não adultizar as crianças e conseqüentemente evitar de estimular a sexualidade precoce; Banda Marcial Infantil; Escolinha de Futsal – Craque na Bola, Craque na Escola; Projeto Escola Sustentável; Projeto Musicalizando Talentos, com o ensino de gaita, violão, teclado e canto, entre outros. Conta-se, também, com profissionais multidisciplinares que atuam nas escolas para contribuir com o processo educativo, como: psicóloga, fonoaudiólogo, psicopedagoga e professor de reforço escolar. Existe investimento na transversalidade da educação com a realização de oficinas semanalmente nas escolas: música, teatro, recreação, inglês, contação de história e história língua e cultura Talian, sendo que, através da Lei ordinária nº 1798, de 31 de outubro de 2017, estabeleceu-se que o Município de Camargo - RS passa a ter como língua co-oficial o Talian (Vêneto Brasileiro).

A Secretaria Municipal de Educação tem uma atenção especial em relação a documentos e legislações municipais, buscando os manterem atualizados. Entre os principais

documentos, destacam-se: Plano de Carreira do Magistério, Projeto Político Pedagógico das escolas, Regimentos Escolares, Plano Municipal de Educação, Documento Orientador Municipal (BNCC) e, também, os Conselhos Municipais: Conselho Municipal de Educação e Cultura, Conselho de Alimentação Escolar, Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica, Conselho Municipal Desporto, Comissão de avaliação da Carreira do Magistério Municipal, entre outros. Destaca-se, também, o investimento em formação continuada dos professores e demais profissionais da educação; apoio as Associações de Pais e Mestres das escolas; Programa de Crédito Educativo Municipal, criado através da Lei Ordinária nº 368, de 03 de março de 1994, normatizada pela Lei Ordinária nº 1086, de 27 de dezembro de 2005, que estabelece o percentual a ser financiado pelo programa aos estudantes, o qual pode variar de 20% (vinte por cento) a 50% (cinquenta por cento) das mensalidades constantes nos carnês emitidos pelas instituições de ensino, a critério do Conselho Municipal de Educação e Cultura, que atua como Comissão de Seleção, considerando o limite de recursos orçamentários e a necessidade econômica do candidato. Devido à falta de permanência de médicos para atender na Unidade de Saúde Municipal, estabeleceu-se um financiamento de 100% do curso de medicina aos interessados, que, após formados, passarão a devolver parte do valor através da prestação de serviços para a comunidade camarguense, normatizado com o decreto nº 18, de 20 de fevereiro de 2019. Atualmente, duas acadêmicas já estão usufruindo desse projeto, cursando medicina sem custo de mensalidade, 100% financiada.

Programas de incentivo ao Ensino Superior, como transporte universitário diurno e noturno totalmente gratuito a instituições dos municípios da região; Programa Alfa – SENAR/RS de alfabetização de adultos; Projeto Crescendo, Educação e Convivência em Tempo Integral, que proporciona turno integral para os alunos de maternal (educação infantil) até 5º ano (ensino fundamental); Programa de oferta gratuita de todo material escolar e pedagógico aos alunos da rede municipal de ensino. O setor do esporte também atua na proposta de qualidade de vida, de modo a proporcionar projetos que incentivem a atividade física e a realização de campeonatos e eventos esportivos que envolvam a população de diferentes faixas etárias, bem como escolinhas de futsal e de futebol de campo. Proporcionase, também, em parceria com o Centro de Tradições Gaúchas, as aulas de danças gaúchas da inverno artística.

Foram levantadas muitas ações e projetos, sendo que, regionalmente, o município de Camargo é destacado por ofertar atendimento à população desde a “gestação até o ensino superior”, isso devido a Primeira Infância Melhor e ao Polo de Apoio Presencial da

Universidade Aberta do Brasil. Assim, o PIM é uma política pública consolidada que muito contribui no processo de Camargo tornar-se Cidade Educadora e que busca valorizar e difundir ações que melhorem o desenvolvimento pleno na primeira infância, com modalidades de atenção voltadas as gestantes e crianças.

O Município também possui, desde 2007, o Polo de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil (UAB), uma estrutura acadêmica de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo para as atividades de ensino e aprendizagem dos cursos e programas de Educação a Distância - EaD, de responsabilidade das Instituições de Ensino Superior públicas, estaduais e federais. O Polo de Apoio Presencial de Camargo²⁹ foi selecionado através do Edital nº 01/2006 SEED/MEC/2006/2007 e iniciou suas atividades em 03 de dezembro de 2007, com a aula inaugural de três cursos iniciais. Em quinze anos de história, mais de 500 pessoas do Município de Camargo e região concluíram cursos. Até o momento, foram ofertadas 16 cursos de graduação, 12 especializações, cinco tecnólogos e quatro cursos de extensão, sendo que as instituições parceiras são Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Universidade Federal do Pampa – Unipampa e Instituto Federal Sul Rio Grandense – IFSul. Os alunos contam com uma ampla estrutura com salas de aulas, laboratórios de informática, auditório e biblioteca. Com a Lei Ordinária nº 1493, de 11 de outubro de 2011, o legislativo camarguense instituiu o Polo da Universidade Aberta do Brasil no município de Camargo como um espaço eficiente e permanente capaz de proporcionar suporte ao sistema UAB. A presença do Polo da UAB, em Camargo, cumpre com o seu papel de interiorizar a educação superior pública e de qualidade, possibilitando, ao aluno, condições de aperfeiçoamento sem necessidade de se deslocar para grandes centros, por sua vez, as Universidades parceiras se expandem para além de suas sedes, abrangendo um número cada vez maior de estudantes, o Polo conta com o auxílio das tecnologias para mediar o processo de ensino-aprendizagem. Como essa modalidade de ensino é à distância, o Polo de Apoio possui tutores que fazem a mediação entre o professor de determinada disciplina e o próprio discente.

Os escritos que caracterizam, em parte, o município de Camargo apresentados até o momento, especialmente, no campo da educação, traduzem inquietações e reafirmações. No entanto, nem sempre, no cotidiano de viver o lugar, é possível estranhar o conhecido para potencializar, recriar e introduzir novas perspectivas. Pois, em um território municipal,

²⁹ Atualmente aproximadamente 130 alunos estão matriculados no Polo da UAB de Camargo em cursos técnicos, graduações e especializações.

encontram-se, também, obstáculos e desafios, como construir um sistema que vise combater as formas de preconceito e de discriminação que geram a violência, buscando desenvolver uma concepção de identidade local em que os indivíduos migrantes sejam incorporados pela comunidade local e que tal incorporação garanta o comprometimento de cada um no processo de construção de políticas públicas, de sistemas e de processos de educação social, ambiental e comunitária.

Nesse sentido, há receio da população local, enraizada no processo de construção do município em receber e integrar com diferentes culturas, pois a cultura dominante é a italiana de imigração, baseada em preceitos religiosos, com um sistema de organização próprio, carregado de preconceitos e preceitos relacionados ao trabalho, à produção, geração de lucro e aquisição de bens materiais. Essa forma de compreender a sociedade dificulta a interação com outras culturas, com outras formas de interpretar e interagir com a sociedade. Outra limitação é evoluir em relação à acessibilidade em alguns espaços, bem como mais opções de lazer para adolescentes e idosos. Uma evolução considerável, também em relação à segurança pública, é combater a violência e o uso de drogas, pois, mesmo sendo um município pequeno, ele apresenta índices de abuso sexual, principalmente infantil. Ainda que já tenham sido realizadas muitas ações preventivas, é fundamental avançar nesse combate ainda mais.

Outro obstáculo evidenciado é a oferta de trabalho nas atividades industriais e de trabalho na agricultura de mão-de-obra assalariada, que faz com que o município receba pessoas de outras cidades, em que passam a ter acesso às políticas públicas municipais de educação, saúde, assistência social e serviços, em um sistema em que os indivíduos se aproveitam, sem realmente se comprometerem com eles. Nesse sentido, usam as políticas públicas, não as valorizam e, de forma banal, abandonam-nas, não compreendendo seu processo cíclico e contínuo, sobretudo com o resultado final. Esse é o movimento itinerante de famílias que residem por curto período no município.

Estas ações visam (re)avaliar e qualificar o potencial educativo das cidades, (re)valorizando e (re)inventando espaços comunitários e instituições, como destaca Cabezudo (2004), ao dizer que, convertendo a cidade em que vive em cidade educadora, pode-se se apropriar dela, identificar-se com seu passado, melhorar seu presente e projetar seu futuro em uma tarefa de construção cotidiana na qual, todos, incluídas as autoridades locais, são responsáveis.

Dando segmento ao processo de consolidação de tornar-se Cidade Educadora, em dois de agosto de 2019, realizou-se uma audiência pública na Câmara de Vereadores com o objetivo de dialogar com a população do município de forma em geral: Será que Camargo

aproxima-se dos princípios da carta das cidades educadoras? Em busca dessa resposta, foi iniciado o diálogo para explicar o sentido, os fundamentos, os princípios e requisitos para obter o reconhecimento de cidade educadora. Estiveram presentes representantes do Legislativo e do Executivo municipal, professores e comunidade em geral, que votaram pelo ingresso do município à condição de Cidade Educadora. Camargo foi a quarta cidade na região que decidiu fazer parte da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), juntamente com Soledade, Marau e Carazinho. A Universidade de Passo Fundo auxiliou nesse momento de diálogo e de reflexões. Nessa interação, como afirmam Scheidemantel, Klein e Teixeira (2004), possibilita-se uma troca de conhecimentos entre ambas as instituições, sendo que a universidade influencia e também é influenciada pela comunidade.

Figura 11 – Audiência Pública



Fonte: ASSESSORIA Município de Camargo, 2019.

Nessa experiência, ficou evidente que uma cidade de pequeno porte tem mais facilidade de mobilização de pessoas, uma vez que as informações chegam com rapidez e de maneira concreta para a maioria da população, fortalecendo-os enquanto sujeitos de direitos, protagonistas sociais, enquanto cidadãos capazes de pensar e de recriar a realidade, pois a população camarguense participou na Audiência Pública.

Encontra-se, como ponto destaque, a facilidade de interação da sociedade com as ações propostas, fazendo com que seja efetivo o conceito que cada cidadão é responsável por

tornar sua cidade melhor. Conforme afirma David Harvey (2012), em relação ao tipo de cidade:

[...] a questão do tipo de cidade que queremos não pode ser separada da questão do tipo de pessoas que queremos ser, que tipo de relações sociais buscamos, que relações com a natureza nos satisfazem mais, que estilos de vida desejamos levar, quais os valores estéticos. O direito à cidade é, portanto, muito mais do que o direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com os nossos mais profundos desejos. (HARVEY, 2012, p. 27).

A abordagem intersetorial se enquadra como potencialidade ao que podemos chamar de “cidade educadora”, busca a transformação do território a partir do seu reconhecimento e atuação cidadã, de maneira transversal, democrática e ativa, uma vez que, segundo o princípio em umero dois, uma cidade educadora necessita:

[...] executar com eficácia as competências que lhes são atribuídas em matéria de educação. Qualquer que seja o alcance dessas competências, eles deverão desenvolver uma política educativa exaustiva de índole global, com o fim de incluir todas as modalidades de educação formal e não formal, as diversas manifestações culturais, as fontes de informação e os meios de descoberta da realidade que existam na cidade. (ASSOCIAÇÃO..., 2020).

A transversalidade e a intersetorialidade no processo educacional é uma necessidade cada vez mais evidente e necessária na contemporaneidade. A intersetorialidade das políticas públicas se correlacionam e podem se complementar na sua execução, unindo recursos (financeiros e humanos), objetivos e práticas de interação social e comunitária, contribuindo significativamente para o desenvolvimento integral da população de um território. Nesse sentido, ações intersetoriais podem desenvolver novos significados e significâncias, com ênfase na interdisciplinaridade acerca dos modos contemporâneos de execução e transformação das políticas de escolarização.

A partir das contribuições da comunidade, o próximo passo foi a aprovação no legislativo da Lei Ordinária nº 1895, de 13 de agosto de 2019, que dispõe sobre a autorização para a adesão a carta das cidades educadoras e ingresso na Associação Internacional – AICE, conforme consta no art. 2º da lei:

Art. 2º O Município de Camargo poderá filiar-se à Associação internacional das Cidades Educadoras, instituir e manter políticas de intercâmbio nacional e internacional, colaborar em políticas, programas e projetos, compor conselhos, comitês e diretorias, participar do Banco Internacional de Documentos, informando programas e projetos desenvolvidos em Camargo, entre outras atividades ligadas aos objetivos da Carta das Cidades Educadoras.

Foi possível perceber a importância de gestores e de profissionais da educação que buscam a formação e aperfeiçoamento constante e que acreditam na melhoria do processo, passíveis de mudanças, pois eles lutaram e acreditaram que o município tinha potencial para tornar-se cidade educadora. Gerenciar pessoas, profissionais de diferentes áreas, conflitos, se relacionar com pais, alunos e professores, costumeiramente, são o foco das formações continuadas de gestão, mas ser gestor educacional vai muito além disso, pois a estrutura principal do processo de trabalho é conhecer e se reconhecer como gestor, incorporar as políticas educacionais e instrumentalizá-la para que sejam colocadas em prática, sendo esse um dos maiores desafios.

Em seguida, a administração procedeu aos trâmites legais. Alguns meses se passaram e, em dois de outubro de 2019, o Município de Camargo recebeu o e-mail de boas vindas à Associação Internacional de Cidades Educadoras – AICE:

Figura 12 – E-mail recebido da Associação Internacional de Cidades Educadoras



Fonte: Acervo da autora. Print de mensagem recebida pelo e-mail smec@pmcamargo.com.br. Acesso em 02 de outubro de 2019.

Durante a tramitação do processo, visando à concessão de Cidade Educadora, foi possível aprofundar, juntamente com a Universidade de Passo Fundo, a complexidade territorial de uma cidade e a consciência de que uma cidade só é cidade quando os sujeitos sentem cidade. Foi possível aprofundar-se, também, em sobre como a universidade se recria no diálogo com sua região. Sendo assim, o próximo passo foi à criação do Conselho

Municipal da Cidade Educadora com a Lei Ordinária nº 1907/2019 de 26 de dezembro de 2019, o qual tem a finalidade de assegurar a participação da comunidade na elaboração e implementação de programas fundamentados da Carta das Cidades Educadoras. O Conselho Municipal da Cidade Educadora objetiva assessorar a implantação do programa e de seus projetos que visem atender aos objetivos e princípios da cidade educadora, além de acompanhar a sua realização, como fator de desenvolvimento sustentável, social, econômico e ambiental. Destacam-se, como contribuições do Conselho, segundo a Lei Ordinária nº 1907/2019:

Art. 2º São atribuições do Conselho Municipal da Cidade Educadora:

- I-** Promover, incentivar e divulgar, junto à comunidade, os fundamentos e os princípios da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE);
- II-** Propor, apoiar e participar do desenvolvimento de ações que visem atender os princípios da AICE, acompanhando e avaliando suas realizações;
- III-** Propor convênios com órgãos, entidades e instituições, públicas ou privadas, nacionais e internacionais, com o objetivo de proceder intercâmbios e captar recursos;
- IV-** Elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;
- V-** Opinar sobre Projetos de Leis que se relacionem com o tema ou adotem medidas que neste possam ter implicações;
- VI-** Discutir e propor políticas públicas que se enquadram na proposta do movimento da AICE.

O evento solene de entrega da oficialização do processo pela Universidade de Passo Fundo ao município foi realizada no dia 12 de dezembro, com a presença de autoridades e da comunidade em geral, que vibrou e firmou compromisso com a inserção do Município de Camargo na Associação Internacional de Cidades Educadoras – AICE.

A foto abaixo retrata a consolidação no ano de 2019. Estão presentes na foto a Prefeita Municipal: Eliani Mesacasa Trentin; Presidente da Câmara de Vereadores: Everaldo Marcante; coordenadora do Programa UniverCidade Educadora na Universidade: Dra. Eliara Levinski; vice-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários (VREAC): Dr. Rogerio da Silva.

Figura 13 – Evento Solene



Fonte: ASSESSORIA Município de Camargo, 2019.

Esse momento foi significativo para a comunidade camarguense, pois fortaleceu o comprometimento da cidade com as pessoas, bem como o compromisso dos representantes do Conselho Municipal da Cidade Educadora. De forma que, durante as reuniões do Conselho, realiza-se revisão geral das ações de todas as secretarias municipais, bem como as ações intersetoriais, avaliando o andamento e a possibilidade de qualificar ainda mais. Trabalha-se bastante com a circulação das informações, divulgando sempre as campanhas e projetos realizados.

O ano de 2020 se iniciou de forma muito complicada, pois, em final de fevereiro, o município de Camargo foi atingido por uma forte tempestade que, praticamente, destruiu 40% da cidade, o que fez com que, ainda mais, a população compreendesse, através das campanhas e das ações de reconstituição, os princípios de ser cidade educadora e as atribuições do Conselho, o qual se manteve unido, para com muito empenho, buscar ações e alternativas para amenizar e resolver as situações enfrentadas no momento. Um mês depois, iniciou a pandemia de covid-19, que fortaleceu ainda mais a importância do trabalho em rede. Esses são contextos a serem empreendidos para fortalecer uma cidade educadora que dialogue com a sociedade, ainda mais, em tempos extremos como o vivenciado, que evocam a relevância da educação e das ações intersetoriais qualificando as políticas públicas.

No Município de Camargo, outros programas também possuem características intersetoriais que contribuíram no processo de Cidade Educadora. Desenvolvida desde 2013, a Rede de Apoio a Escola (RAE), que é composta pela Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Escola Estadual Pandiá Calógeras, Escolas Municipais: Casa da Criança Dona Dele, Gabriela Boff, Campos Salles, Silva Jardim, Conselho Tutelar,

Brigada Militar, Assistente Social, Fonoaudióloga, Nutricionista, Psicopedagoga, Psicóloga, Coordenadora Pedagógica, Dirigente dos esportes, Conselho Municipal de Educação, Conselho Escolar e Círculo de Pais e Mestres, tem por objetivo discutir alternativas, a fim de diminuir a evasão, infrequência e abandono escolar.

A iniciativa proposta pela Promotora Regional de Educação é abraçada pelo município com expectativa de mudar o cenário e fortalecer a união entre escola e família. As reuniões são mensais, em que se planejam e executam diversos projetos intersetoriais, em especial, destaca-se o projeto A Praça dos Direitos: Camargo unido contra a violência infantil, que se propõe a trabalhar com os profissionais que atuam junto às famílias, crianças e adolescentes, aos pais e/ou responsáveis e às próprias crianças e adolescentes, tendo como proposta central identificar a violência contra crianças e adolescentes, buscando capacitar multiplicadores sociais para intervir na problemática, em uma perspectiva de trabalho em rede, fortalecendo o atendimento integral a esses sujeitos na realidade local, bem como trabalhar na divulgação de informação que visem à prevenção.

As ações a serem desenvolvidas buscam viabilizar a capacidade dos próprios sujeitos de modificar sua realidade e, também, de afirmar o trabalho em rede, incentivando a construção de uma cultura de valorização da infância e da adolescência e o fortalecimento do papel dos profissionais e da sociedade no combate à violência. O Projeto A Praça dos Direitos tem como objetivos diagnosticar, através dos espaços de atenção às crianças e adolescentes, as configurações da violência, suas causas e consequências; elaborar subprojetos de prevenção à violência contra criança e adolescentes em uma perspectiva de fortalecimento da rede e de continuidade ao atendimento; capacitar profissionais das instituições que atendem crianças e adolescentes para identificar e desenvolver ações de prevenção e intervenção nos casos de violência constatados; desenvolver atividades com as crianças e os adolescentes, assim como com seus familiares, buscando afirmar a importância do convívio familiar e a superação dos atos de violência; promover a integração entre instituições, famílias e comunidades, estimulando a participação deles no combate à violência, promovendo a construção coletiva de conhecimentos. A metodologia proposta pelo presente projeto perpassa as perspectivas de conhecer, refletir a realidade da violência e questões subjacentes a ela. Esse caminho metodológico se constitui a partir de alguns princípios fundamentais, tais como: respeito à realidade de cada universo a ser abordado e, também, o conhecimento dos sujeitos envolvidos; o trabalho cooperativo entre a equipe do projeto de extensão e os participantes da comunidade/instituições/sujeitos, que contribua para um processo dialógico de enriquecimento da dinâmica das relações sociais e também, especificamente, da formação

profissional e pessoal dos envolvidos; a articulação entre as diferentes políticas sociais que envolvam o atendimento de crianças, adolescentes e famílias. O processo de avaliação ocorrerá durante toda a execução do projeto, especialmente, nas reuniões de organização e na reunião de avaliação que acontece após a realização do projeto.

O Projeto *A Praça dos Direitos*, iniciou-se no ano de 2016, tendo como ações primeiras a formação da equipe e, conseqüentemente, o estabelecimento de reuniões para discutir os múltiplos determinantes que envolvem a problemática da violência contra crianças e adolescentes. De forma geral, as ações desenvolvidas até o momento reafirmam a necessária intervenção e, conseqüentemente, a construção de saberes sobre o assunto. Ao formar espaços de repasse de informações e de discussão, o projeto busca levar os sujeitos a refletirem sobre seus papéis na luta contra a problemática, sobre as possíveis formas de ação e as bases de apoio, bem como busca dar voz aos sujeitos, principalmente às crianças e aos adolescentes, fortalecendo-os enquanto sujeitos de direitos, protagonistas sociais, enquanto cidadãos capazes de pensar e recriar a realidade.

É importante destacar, também, o Programa Saúde na Escola (PSE), política intersetorial da Saúde e da Educação, que foi instituído em 2007, pelo Decreto Presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. O PSE é uma estratégia de integração da saúde e da educação para o desenvolvimento da cidadania e da qualificação das políticas públicas brasileiras. A articulação entre Escola e Atenção Primária à Saúde é a base do Programa Saúde na Escola, em que a intersetorialidade das redes públicas de saúde e de educação e das demais redes sociais para o desenvolvimento das ações do PSE implica mais do que ofertas de serviços em um mesmo território, pois propicia a sustentabilidade das ações a partir da conformação de redes de corresponsabilidade. Seguem, abaixo, algumas diretrizes para implementação do PSE em que é consolidado o trabalho intersetorial territorial:

II - Integração e articulação das redes públicas de ensino e de saúde, por meio da junção das ações do Sistema Único de Saúde (SUS) às ações das redes de educação pública, de forma a ampliar o alcance e o impacto de suas ações relativas aos educandos e suas famílias, otimizando a utilização dos espaços, dos equipamentos e dos recursos disponíveis.

III - Territorialidade, respeitando as realidades e as diversidades existentes no espaço sob responsabilidade compartilhada.

IV - Interdisciplinaridade e intersetorialidade, permitindo a progressiva ampliação da troca de saberes entre diferentes profissões e a articulação das ações executadas pelos sistemas de Saúde e de Educação, com vistas à atenção integral à saúde dos estudantes.

V - Integralidade, tratando a saúde e educação integrais como parte de uma formação ampla para a cidadania e o usufruto pleno dos direitos humanos, fortalecendo o enfrentamento das vulnerabilidades, que possam comprometer o pleno desenvolvimento do estudante.

VII - Controle social, buscando promover a articulação de saberes, a participação

dos educandos, pais, comunidade escolar e sociedade em geral na construção das políticas públicas da Saúde e Educação.

Para fortalecer a articulação dos setores: educação e saúde, é constituído o Grupo de Trabalho Intersetoriais (GTIs), que é uma estratégia centrada na gestão compartilhada, em um planejamento e execução das ações coletivamente, de forma a atender às necessidades e às demandas locais. O GTI de Camargo é composto por representantes das secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social. O trabalho é baseado na interação com troca de saberes, de poderes e de afetos entre profissionais da Saúde e da Educação, estudantes, comunidade escolar na execução das ações estabelecidas. Realiza-se o monitoramento das ações, por meio dos relatórios que são lançados no sistema de informações da saúde, abastecendo o banco de dados estadual, responsável pela manutenção do Programa.

No decorrer desta parte, revisitaram-se as ações, políticas educacionais e programas intersetoriais que fortaleceram o processo, a trajetória percorrida, bem como propostas de ações para melhor compreensão de Camargo como Cidade Educadora.

4.2 Conhecendo o PIM de Camargo pelo viés de Cidade Educadora

Investir na infância tem por objetivo garantir a todas as crianças condições dignas de vida e equidade social, obtendo-se avanços sociais e econômicos maior que outros investimentos, o que fortalece os pilares de uma sociedade democrática e em rede.

Rede é uma articulação política entre pares que, para se estabelecer, exige: reconhecer (que o outro existe e é importante); conhecer (o que o outro faz); colaborar (prestar ajuda quando necessário); cooperar (compartilhar saberes, ações e poderes) e associar-se (compartilhar objetivos e projetos). Estas condições preliminares resultam, respectivamente, em autonomia, vontade, dinamismo, multiliderança, informação, descentralização e múltiplos níveis de operacionalização. (OLIVEIRA, 2001, p. 78).

Para uma melhor oferta dos serviços e ações voltadas à primeira infância, é fundamental o trabalho em rede, a articulação de vários segmentos em prol de um mesmo objetivo e, também, compreender a criança como pessoa na sua inteira dignidade, como cidadã e sujeito de direitos.

Com o início da Primeira Infância Melhor no município de Camargo, em 2006, com o intuito de realizar o acompanhamento de gestantes e crianças de zero a cinco anos, promove-se benefícios em seu crescimento e se estimula o desenvolvimento infantil em vários aspectos,

como: comunicação e linguagem, cognitivo, socioafetiva, motora, meio ambiente, saúde, criatividade entre outros.

De 2006 a 2021 já foram atendidas 389 crianças pelo PIM, beneficiando, então, 341 famílias em 14 comunidades. Ao todo, também 112 gestantes foram acompanhadas nesse período.

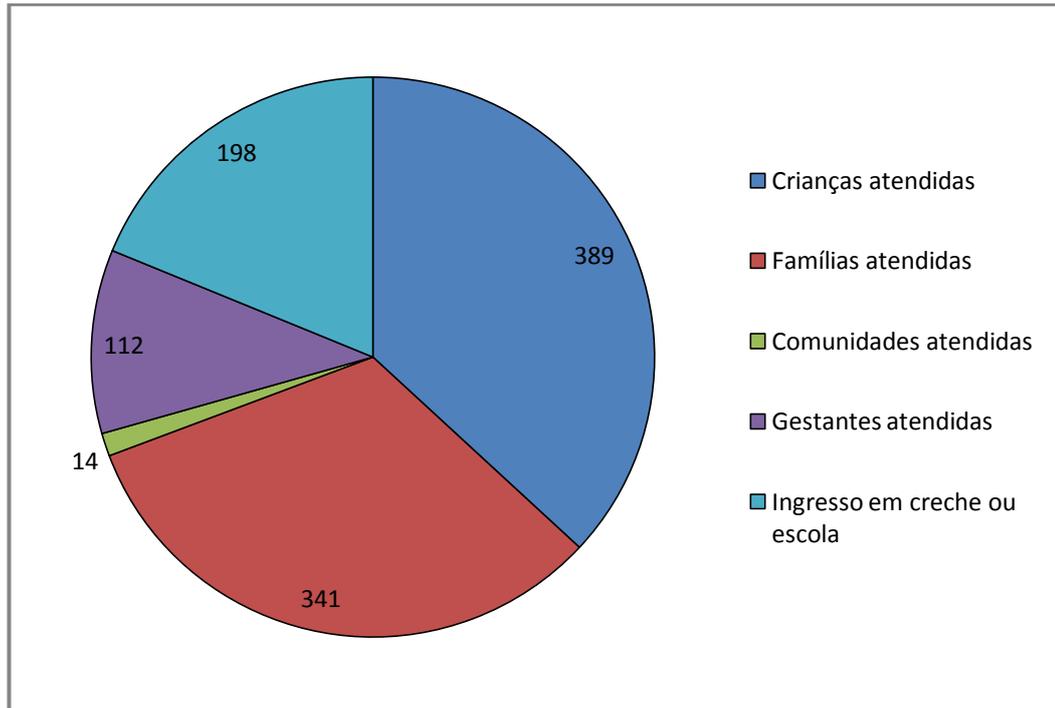
Tabela 3 – A relação de acompanhamentos realizados pelo PIM desde 2006 até 12/2021

Dados PIM desde 2006	
Crianças atendidas	389
Famílias atendidas	341
Comunidades atendidas	14
Gestantes atendidas	112
Ingresso em Escola	198
Sexo feminino	215
Sexo masculino	174

Fonte: Sistema interno do SisPIM, acessado em 5 jan. 2022.

Realizou-se o gráfico 1 para melhor exemplificar os dados da tabela em relação ao número de acompanhamentos realizados pelo PIM, desde 2006, até dezembro de 2021 no Município de Camargo:

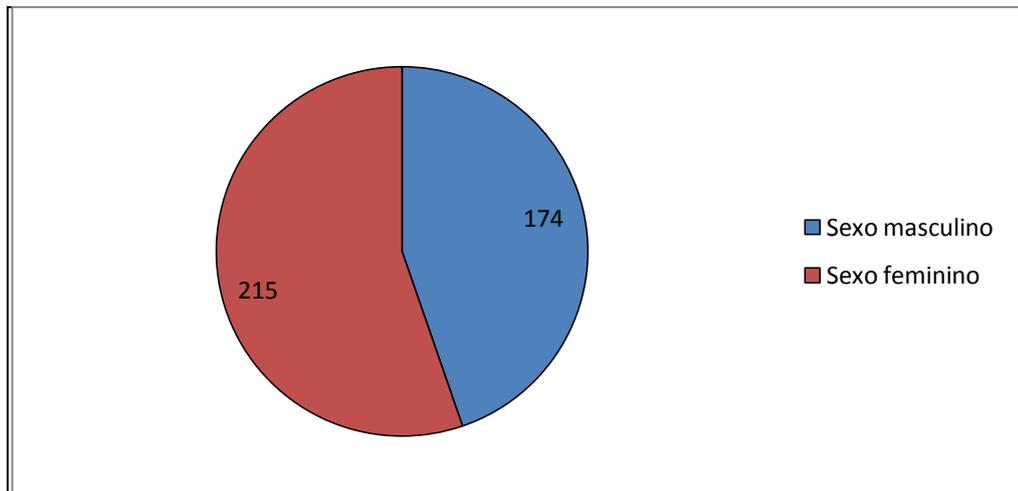
Gráfico 1 – Dados dos acompanhamentos realizados pelo PIM desde 2006 até 12/2021



Fonte: Elaborado pela autora.

O gráfico 2 mostra a relação do número de meninas e meninos atendidos durante a existência do PIM no município:

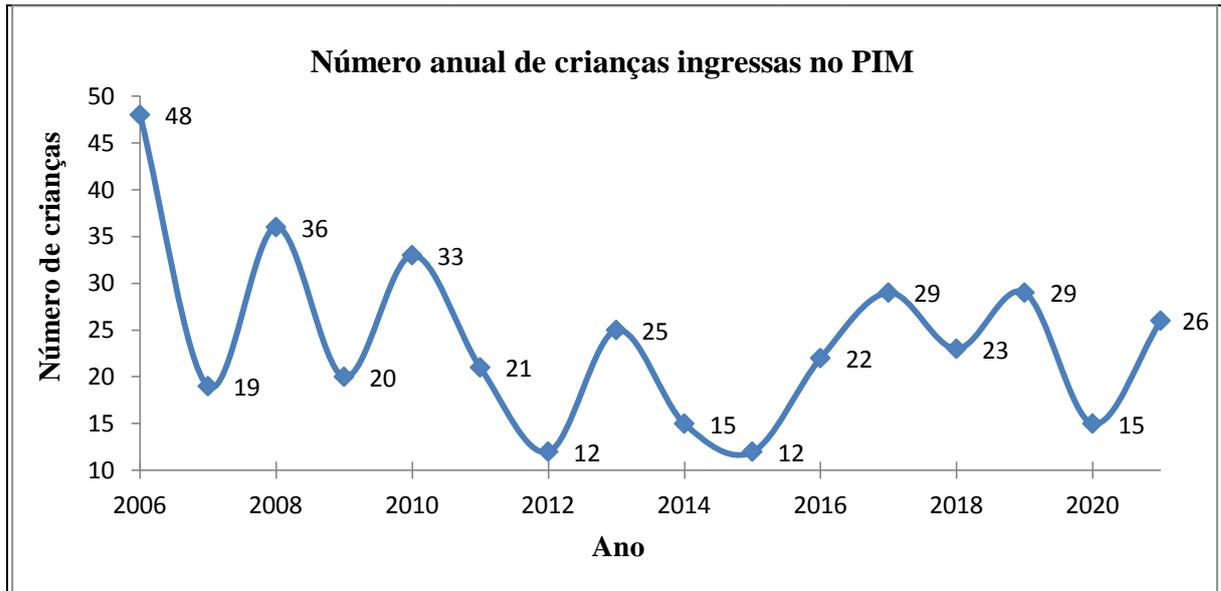
Gráfico 2 – Número de meninas e meninos atendidos durante a existência do PIM



Fonte: Elaborado pela autora.

O gráfico 3 apresenta o número de crianças anualmente do PIM Camargo, no período de 2006 a 2021:

Gráfico 3 – Número de crianças anualmente do PIM Camargo no período de 2006 a 2021



Fonte: Sistema interno SisPIM, acessado em 5 jan. 2022.

Analisando o gráfico, constata-se que, com o início do PIM em 2006, manteve-se um número considerável anualmente de adesão das famílias apenas com baixa oscilação no período de 2012 a 2015, em que inaugurou a unidade da Proinfância³⁰, a primeira Escola de Educação Infantil municipal com início das matrículas a partir de 6 meses de idade, em que as famílias que trabalhavam em indústria ou no comércio optaram por matricular as crianças de forma integral na escola, o que baixou, assim, a adesão ao PIM. Em consequência disso, a abrangência do programa no território rural do município aumentou, sendo que, atualmente, as demandas de localização estão equiparadas, praticamente, uma vez que para cada visitadora, 60% das famílias são da zona urbana e 40% da zona rural.

Tabela 4 – Dados da Unidade Básica da Saúde realizados de 2010 até 2021.

Ano	Nascimentos	PIM ingressas	Mortalidade Infantil	Gravidez na adolescência	Vacinação menores de 2 anos
2010	17	33	0	3	
2011	13	21	0	3	
2012	21	12	0	4	
2013	32	25	1	3	100%
2014	23	15	0	6	50%
2015	27	12	1	5	50%

³⁰ Uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação, visando garantir o acesso de crianças a creches e escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de Educação Infantil. Disponível em <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/proinfancia/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-proinfancia>, 2007

2016	26	22	0	4	50%
2017	35	29	0	3	100%
2018	39	23	1	5	100%
2019	48	29	0	3	85%
2020	42	15	0	6	100%
2021	34	26	0	3	85%

Fonte: disponível em Portal BIE. Disponibilizado pela Secretaria Municipal de Saúde em 12 abr 2022.

Dando continuidade na busca de dados oficiais na Unidade Básica de Saúde, através do sistema informatizado do setor, realizou-se um recorte do ano de 2010 a 2021, e foi possível constatar o aumento anual de nascimentos, sendo consequência da instalação de empresas, ampliação de empregos e a vinda de pessoas residir em Camargo com suas famílias em busca de emprego. Em relação aos nascimentos e ao número de crianças ingressas anualmente no PIM, percebe-se, nesse período de aproximadamente 10 anos, um aumento gradativo, que chega a praticamente 50% de crianças nascidas em 2021. Se comparado a 2010, o ingresso das crianças ingressas no PIM se manteve oscilando de um ano para outro, mas de forma considerável. É possível constatar que, para acompanhar o aumento de nascimentos atuais, seria importante a contratação de mais uma visitadora, para, assim, aumentar a cobertura de atendimento do PIM no município.

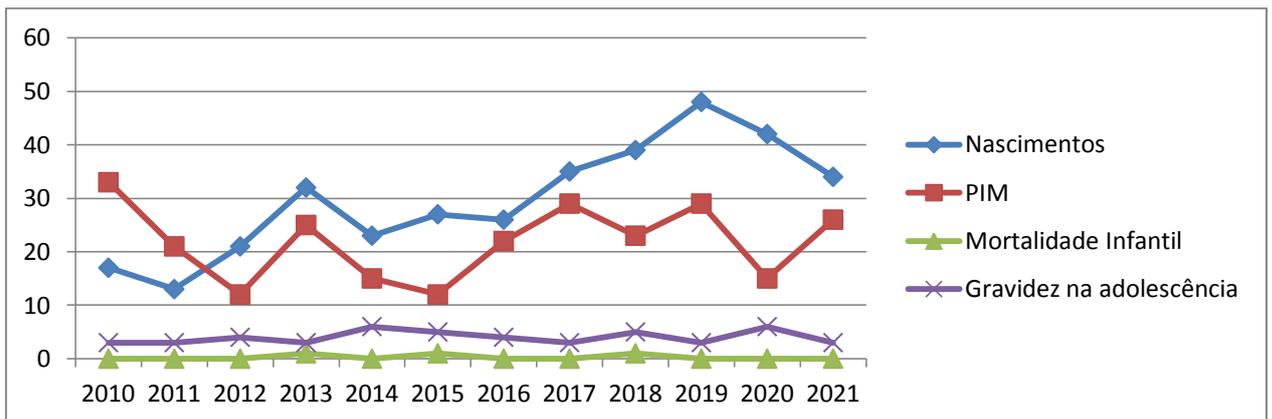
Também, os índices de mortalidade infantil diminuíram nos últimos anos, mas a gravidez na adolescência ainda é uma questão preocupante que demanda atenção e ações em rede para avançar nessa prevenção, pois, nesse período de 11 anos, a questão manteve-se com um número significativo pela população municipal. Em relação à vacinação de menores de dois anos, a assiduidade das vacinas nos últimos anos aumentou, o que também é uma contribuição do PIM, através da orientação realizada as famílias e divulgação domiciliar das campanhas.

A Primeira Infância Melhor tem, por finalidade, a qualidade de vida nessa etapa de modo a orientar as famílias, principalmente, as que estão em risco social ou em vulnerabilidade, buscando proporcionar mudanças conscientes e o fortalecimento das relações com a comunidade.

Em um país com problemas tão graves como o Brasil, de desigualdades sociais extremas, violência, falta de segurança e desrespeito aos direitos humanos mais elementares, investir na primeira infância constitui-se em uma estratégia política da mais alta relevância. Seus resultados, em curto, médio e longo prazo, para além da história individual de cada criança, contribuem para mudar os rumos do país. (SCHNEIDER; RAMIRES, 2007, p. 15).

Nesses espaços, é fundamental a oferta de territórios educadores que convergem para os princípios de cidade educadora. Isto é, em uma experiência cidadã com base no diálogo que envolve agentes políticos e sociedade civil, produz-se mudanças que visam a inclusão da diversidade e a luta contra a dominação, em um exercício democrático. No gráfico 4, estão representados os dados de nascimento, os atendimentos do PIM, a mortalidade infantil e a gravidez na adolescência:

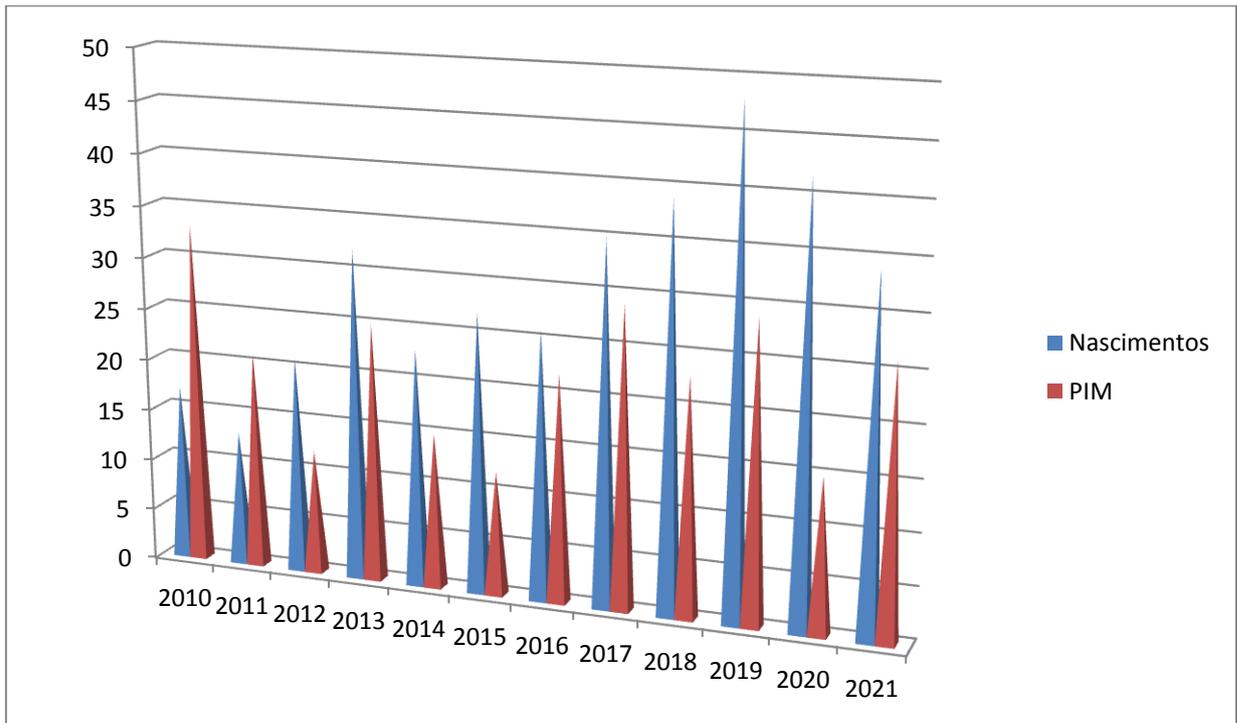
Gráfico 4 – Dados de nascimento, atendimentos do PIM, mortalidade infantil e gravidez na adolescência de 2010 a 2021



Fonte: Elaborado pela autora.

O gráfico 5 apresenta dados referentes ao período de 2010 a 2021, de nascimentos e de crianças atendidas pelo PIM anualmente, o que totalizou 357 nascimentos e 262 crianças incluídas, ou seja, aproximadamente um percentual de 50% nesse período de 11 anos. Levando em consideração que, como política pública de estado, a quantidade de visitantes por cada município é de acordo com dados e com a realidade municipal, não é possível solicitar mais profissional para visitas domiciliares sem ter a comprovação da necessidade dessa demanda, com base no número de gestantes e crianças que se define a quantidade de visitantes.

Gráfico 5 – Dados referentes ao período de 2010 a 2021, de nascimentos e crianças atendidas pelo PIM anualmente.



Fonte: Elaborado pela autora.

Atualmente, o PIM no município de Camargo conta com o acompanhamento de 48 famílias, 50 crianças atendidas e duas gestantes, distribuídas entre a zona rural e zona urbana do território municipal. Para melhor viabilizar as visitas domiciliares do interior, o município disponibiliza um veículo para deslocamento através de recursos próprios, pois, oriundos do estado, foram disponibilizadas bicicletas às visitadoras, mas, devido à extensão territorial da zona rural, bem como às condições climáticas, acordou-se a disponibilização do veículo para abranger maior esfera de acompanhamento as crianças.

Tabela 5 – Dados atuais obtidos do Sistema SisPIM realizados em 2022.

Dados atuais do PIM em 2022	
Famílias atendidas	48
Crianças atendidas	50
Gestantes	02
Sexo feminino	26

Sexo masculino	28
-----------------------	-----------

Fonte: Sistema interno do SisPIM, acessado em 08 de jun de 2022.

Tabela 6 – Dados atuais obtidos do Sistema SisPIM pela faixa etária realizados em 2022.

Faixa etária	Número de crianças
0-3 meses	0
3-6 meses	04
6-9 meses	02
9-12 meses	06
1 ano	22
2 anos	08
3 anos	08
4 anos	0

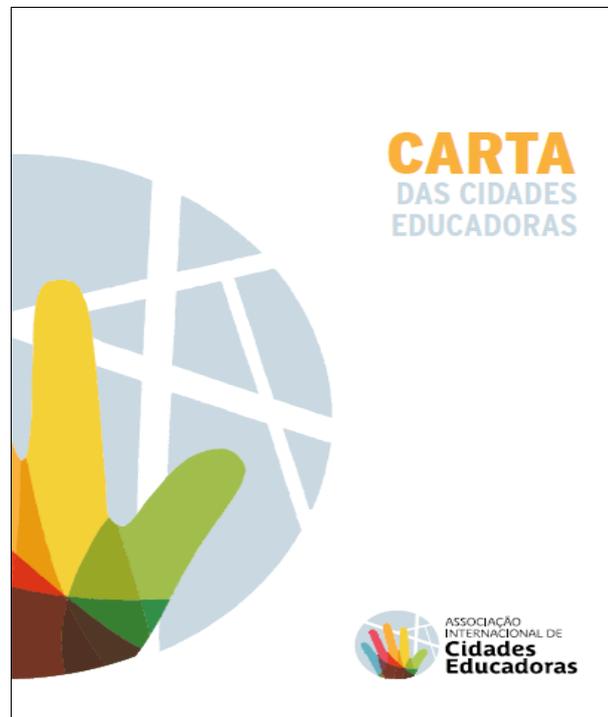
Fonte: Sistema interno do SisPIM, acessado em 08 de jun de 2022.

Pela Primeira Infância Melhor ser a protagonista para o Município de Camargo fazer parte da Associação Internacional de Cidades Educadoras, é fundamental compreender os princípios da carta à luz do PIM, evidenciando que uma Cidade Educadora não é uma cidade sem preocupações, ou seja, é uma cidade que se dispõe a assumir o caráter educativo que ela educa e se educa.

Durante o I Congresso de Cidades Educadoras, que ocorreu em 1990, em Barcelona, inseriram-se princípios básicos na carta, a qual, posteriormente, passou por várias revisões: no II Congresso Internacional em Bolonha (1994), no VIII Congresso em Génova (2004) e, a última, em 2020, visando adaptar as perspectivas aos atuais desafios e necessidades sociais. A carta se baseia na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); na Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965); no Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966); na Convenção sobre os Direitos da Criança (1989); na Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990); na 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher celebrada em Pequim (1995); na

Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001); na Carta Mundial pela Direito à Cidade (2005); na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006); no Acordo de Paris sobre o Clima (2015) e na Agenda 2030 sobre o Desenvolvimento Sustentável (2015).

Figura 14 – Carta das Cidades Educadoras



Fonte: ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL CIDADES EDUCADORAS, 1990-2022.

De acordo com a Carta (2020), o objetivo constante de uma Cidade Educadora será de aprender, inovar e partilhar, e, portanto, enriquecer e tornar mais segura e digna a vida dos seus habitantes, através de políticas públicas intersetoriais nos diversos setores de saúde, educação, agricultura, mobilidade urbana, bem como do orçamento com planejamento e execução das prioridades elencadas de acordo com a necessidade do município pela participação da comunidade como um núcleo basilar potente, pensando a cidade com a população e se baseando nos princípios da carta de Cidades Educadoras. Isso não é tarefa simples, fácil, mas é possível e emancipa, com a perspectiva de que a cidade não é para alguns, a cidade é para a cidade, para todos, para o bem comum, não para eleitores de governo A ou B, a cidade é para a população, priorizando o que é mais emergente para a maioria da população, organizando um plano de governo com o caráter de formar o cidadão.

Uma cidade que educa na escola, na saúde, na agricultura, na secretaria da fazenda, de finanças com base nos 20 princípios da carta de Cidade Educadora, divididos em 3 eixos, que

realizam a triangulação entre as potencialidades e desafios do município de Camargo e a Primeira Infância Melhor:

O direito à cidade educadora: todos tem o direito a cidade, a educação inclusiva e a cultura.

1. Educação inclusiva ao longo da vida: em uma cidade educadora, todas as pessoas têm, como direito fundamental a educação, usufruindo com liberdade e igualdade a formação, diversão e desenvolvimento pessoal. É essencial serem implementadas, através do governo e da administração municipal, políticas que promovam o direito a igualdade e evitem a discriminação, em que os cidadãos também precisam comprometer-se pessoalmente ou nas mais diferentes formas de associações, grupos, conselhos, departamentos.

2. Política educativa ampla: exercer as competências da educação com política educativa ampla, transversal e inovadora, interagindo com diversas manifestações culturais, fontes de informações e realidade local. Com base nos princípios de justiça social, igualdade, cidadania democrática, sustentabilidade, qualidade de vida e promoção de seus habitantes.

3. Diversidade e não discriminação: promover a educação na diversidade, reconhecimento e respeito pelos povos indígenas e por outros grupos étnicos suscetíveis à discriminação, e propagar a paz no mundo. Educar para combater a discriminação, a fim de promover a liberdade de expressão e religião, diversidade cultural, o diálogo e a escuta ativa, visando à igualdade. Ajudar a corrigir desigualdades oriundas de classe social, origem, etnia, gênero, idade, orientação sexual, diversidade funcional ou qualquer outra. Promovendo a valorização, o conhecimento, a aprendizagem e o uso das línguas presentes na cidade como elemento integrador e fator de coesão entre as pessoas.

4. Acesso à cultura: promover o direito à cultura e a participação de todas as pessoas, bem como, dos grupos em situação de vulnerabilidade, a fim de incluindo, na vida cultural da cidade, o sentimento de pertencimento. Também, estimulando a arte, a criatividade e a inovação, promovendo e apoiando iniciativas culturais que visem o desenvolvimento pessoal, social, econômico e cultural.

5. Diálogo intergeracional: promover a proximidade e cooperação entre gerações, para combater o preconceito etário, buscando desenvolver projetos e ações de caráter intergeracional que visem aproveitar capacidades, experiências e valores das diferentes idades.

Em relação ao eixo *O direito a cidade educadora*, é possível destacar ações desenvolvidas em âmbito municipal como a oferta de cursos, palestras e ações com objetivo de combater a violência e a discriminação, ressaltando que todos são cidadão de direitos e

deveres. Em relação à infraestrutura da cidade, ela possui parques, módulo esportivo, academias de saúde ao ar livre, praça municipal e uma ampla infraestrutura de arborização e de brinquedos infantis, os quais são um dos pontos turísticos para os moradores das cidades da região aos finais de tarde e ao final de semana, uma vez que eles se reúnem com as famílias para saborear um chimarrão enquanto as crianças brincam nos parques e usufruem dos espaços. Também, a população pode utilizar o parque da gruta como espaço de lazer e de integração das famílias, assim como o parque municipal de rodeios, que tem um amplo espaço, onde ocorrem as festas campeiras, e os ginásios municipais, que sempre têm a participação de grande público na realização dos campeonatos de futebol, bem como das competições entre as escolinhas infantis de futsal.

O município oferta uma política educativa ampla que inicia, desde a gestação até o ensino superior, através de programas e ações municipais, buscando incluir a todos independente de cor, sexo, classe social, geração, e desenvolvendo ações também relacionadas a quem não conseguiu concluir seus estudos, através da oferta de transporte e de auxílio tecnológico nas inscrições para a prova do Encceja³¹, e, também, a alfabetização de adultos através de parcerias com o SENAR RS, bem como com o crédito educativo municipal e o transporte gratuito para as instituições de ensino superior da região.

O município oferta a língua Talian nas escolas em forma de oficina, sendo instituída através de decreto como a língua cooficial. Para o acesso à cultura, há uma biblioteca localizada na praça e um museu municipal, onde ocorrem exposições culturais de obras de artes dos artistas locais. O município possui grupos da melhor idade nas comunidades rurais e também na cidade, com um número expressivo de participantes, onde realizam confraternizações, encontros, bailes, formações, artesanato, atividades físicas e aulas de canto.

Como desafio, é importante destacar os avanços que ainda precisam aumentar em relação à acessibilidade, sendo necessário reestruturar alguns espaços, bem como avançar nas calçadas para além de rampas de acesso, como com piso tátil, sinalizadores sonoros a fim de promover a inclusão de todos. Precisa-se incentivar e conscientizar mais as pessoas em relação ao papel de representatividade de cada segmento em determinados conselhos ou em grupos de tomadas de decisões, pois existe uma demanda grande de pessoas que criticam e reclamam, mas, no momento de se dispor a participar da tomada de decisões, preferem não se manifestar e nem participar.

³¹ Realizado para pleitear certificação no nível de conclusão do ensino fundamental e ensino médio.

Em relação ao Talian, é necessário, porém, estipular alternativas para dar continuidade além do período escolar, expandindo essas oficinas para as comunidades, bem como os grupos da melhor idade. Como a maioria da população é de descendência italiana, existe, de forma muito acentuada, a questão de preconceito em relação a outras raças, de forma mais elevada aos negros, sendo importante, ainda, avançar bastante nesse processo, para combater a discriminação, através de iniciativas, desde o PIM, visando a conscientização e compreensão de que todos são seres humanos que possuem seus direitos de participar, trabalhar, frequentar espaços e socializar, interagir com todos.

Sobre os espaços culturais, é preciso viabilizar a possibilidade de abrir o museu e a biblioteca municipal aos finais de semana, a fim de oportunizar que quem trabalha durante a semana tenha acesso com a sua família. Da mesma forma, para contemplar os princípios de uma cidade educadora, é fundamental avançar em projetos e ações que visem uma maior integração intergeracional, pois, no momento, as atividades são desenvolvidas de forma segregada.

O eixo compromisso da cidade: engloba a sustentabilidade, meio ambiente, identidade da cidade, é feito para oportunizar acesso a espaços públicos: as praças, parques, ruas com boas condições de infraestrutura, promovendo o bem-estar da população.

6. Conhecimento do território: as decisões políticas devem ser pautadas no conhecimento da realidade, em informações precisas sobre a situação e sobre as condições de vida dos habitantes e território. Também, deve-se desenvolver projetos e políticas que assegurem a comunicação com indivíduos e grupos.

7. Acesso à informação: incentivar os habitantes ao acesso à informação, disponibilizando recursos e garantindo a conectividade de todas as áreas e espaços. Promover formação em tecnologias de informação, desenvolvendo capacidades e competências científicas e de investigação de todas as pessoas, objetivando fortalecer uma visão crítica e objetiva da realidade, visando garantir o direito pela privacidade, a intimidade e autonomia. As crianças, adolescentes e jovens serão reconhecidos como cidadãos do presente, com direito a participar na gestão e melhoria da vida comunitária, em igualdade de condições com os adultos, disponibilizando-se os canais e ferramentas adequados.

8. Governança e participação dos cidadãos: promover a participação de todos os cidadãos, desde uma perspectiva crítica, construtiva e corresponsável, na gestão municipal e na vida comunitária, divulgando abertamente os processos de tomadas de decisão. Fornecendo informações necessárias e resultados divulgados publicamente analisando eficácia e

procedimentos gerais. Todos terão direito a participar na gestão e melhoria da vida comunitária, em igualdade de condições.

9. Acompanhamento e melhoria contínua: avaliar o impacto educativo, social e ecológico das políticas municipais de forma contínua. Isto é, avaliar o projeto educativo da cidade, os valores que fomenta, a qualidade de vida, as celebrações organizadas, as campanhas ou projetos, serão objeto de reflexão e avaliação, garantindo a coerência de políticas que promovam o desenvolvimento pessoal e coletivo.

10. Identidade da cidade: encontrar, preservar e apresentar sua identidade própria, valorizando o patrimônio material e imaterial e a memória histórica. Busca-se, também, a valorização dos costumes, das origens, promovendo o sentimento de pertencimento e responsabilidade partilhada.

11. Espaço público habitável: precisa ter acessibilidade, cuidado, saúde, convívio, segurança, espaços de lazer, conciliação da vida pessoal, familiar e profissional, com atenção especial às necessidades da infância, das pessoas com deficiências, dos idosos, bem como equipamentos e serviços de forma a garantir um ambiente de deslocamento com a máxima autonomia, de modo a garantir critérios estéticos e ambientais nos projetos se envolvendo na ordenação e concisão de espaços públicos.

12. Adequação dos equipamentos e serviços municipais: criar e zelar pela manutenção dos espaços, equipamentos e serviços públicos adequados ao desenvolvimento e bem-estar pessoal, social, moral e cultural de todos os seus habitantes, com profissionais capacitados para atender a todos e a todas as diversidades funcionais.

13. Sustentabilidade: comprometer-se com os direitos e necessidades materiais que permitam viver dignamente, como alimentação, água, habitação, saneamento, energia, mobilidade, ambiente seguro e saudável. Promover a participação e a corresponsabilidade de toda população na adoção por estilos de vida e de consumo, justo, resiliente e sustentável, protegendo bens comuns que assegurem uma sobrevivência digna às gerações atuais e futuras.

Em relação ao eixo *O compromisso da cidade* é possível destacar os conselhos municipais: educação, saúde, habitação, meio ambiente, indústria e comércio, cidade educadora entre outros, com representação da sociedade nos diálogos, reuniões e tomadas de decisões. Também, destaca-se as campanhas que visam o desperdício de água, a separação do lixo e os cuidados com o meio ambiente, evitando o desmatamento. Sobre o acesso à informação, destaca-se que o município possui sinal de internet na zona urbana e em toda a zona rural, o que favorece a comunicação nas redes sociais, a qual também ocorre por meio de

diversos jornais da região e a rádio comunitária local onde as ações e projetos são divulgados a comunidade de forma geral.

Em relação à mobilidade urbana, a cidade possui um relevo plano, com ruas largas, sinalizadas com placas e faixas de segurança. Possui vários espaços de lazer. Boa estrutura das estradas rurais e acesso as propriedades. Há disponibilização de transporte gratuito para deslocamento em consultas e atendimentos especializados em saúde disponibilizados nas cidades vizinhas. Na rede municipal de ensino, também é ofertado transporte escolar para todas as faixas etárias, bem como para o ensino superior. A fim de contribuir para o processo de formação o Polo da Universidade Aberta do Brasil, proporciona-se, de forma gratuita, a oferta de cursos técnicos, profissionalizantes, graduações e especializações para Camargo e região.

Como desafio, é importante ser destacado a falta de cidadania em relação à separação correta do lixo seco e molhado, bem como o desmatamento de árvores e falta de cuidado com o meio ambiente. Em relação às tecnologias, existe uma falta de controle e o uso demasiado, principalmente, por crianças e adolescentes. Outro ponto é a conscientização da preservação dos espaços públicos, os cuidados com o lixo e o patrimônio municipal. Ainda, precisa-se avançar na diversidade dos espaços, ampliando e remodelando pra todas as faixas etárias, principalmente, para os adolescentes que, no momento, estão com poucas opções de entretenimento.

O último eixo, *Ao serviço integral das pessoas*: prevê orientação e formação laboral inclusiva, políticas de saúde dos trabalhadores, professor, agricultor, comerciários, enfim toda a população, tanto preventiva, como caráter curativo. A corresponsabilidade quanto às desigualdades precisa avançar, assim como a questão do cooperativismo, do associativismo, não apenas práticas solidárias, isto é, a ideia de uma educação para a democracia do lugar.

14. Promoção da saúde: garantir o crescimento integral e saudável de todas as pessoas, promovendo bem-estar físico, emocional e mental, disponibilizando acesso universal aos cuidados de saúde promovendo a construção da cidade como um espaço onde todas as pessoas se sintam protegidas, favorecendo o envelhecimento ativo e as relações sociais necessárias para combater a solidão e o isolamento.

15. Formação de agentes educativos: formação para as famílias poderem acompanhar o crescimento dos seus filhos e filhas, garantindo o equilíbrio entre a necessidade de proteção e a autonomia na descoberta da cidade, em um espírito de respeito e confiança, e se certificando de que os órgãos de segurança e proteção civil atuem de acordo com as referidas propostas.

16. Orientação e inserção laboral inclusiva: oferecer à população aconselhamento e orientação pessoal e profissional, promovendo o empreendedorismo. Estreitar a relação entre os planos educativos, as necessidades do mercado de trabalho e a comunidade, proporcionando, aos que tem dificuldades, uma melhoria da qualidade de vida, cooperando com organização sindicais e empresariais na criação de empregos que possibilitem a inserção sociolaboral.

17. Inclusão e coesão social: desenvolver políticas preventivas contra os diversos mecanismos de violação de direitos, exclusão e marginalização. É necessária atenção especial aos migrantes ou refugiados, que têm o direito, para além da mobilidade entre países, de sentir livremente a cidade a que chegam como sua e, também, é necessário se atentar para que os seus interesses e necessidades específicos sejam valorizados, bem como os seus conhecimentos e as competências necessários para representarem um papel social. Comprometer a erradicar todas as formas de violência e assédio, em especial à violência de gênero ou com base na identidade e orientação sexual, origem e etnia, idade, aparência física, etc.

18. Corresponsabilidade contra as desigualdades: partindo de uma visão global dos direitos e interesses da pessoa, a fim de garantindo a corresponsabilidade e coordenação entre as administrações envolvidas e os seus serviços, de focar nas necessidades e no território. Também, dever-se-á lutar contra as desigualdades e incentivar a cooperação, as organizações sem fins lucrativos, a comunidade empresarial e as outras iniciativas privadas.

19. Promoção do associativismo e do voluntariado: estimular o associativismo colaborativo e o voluntariado como formas de participação e corresponsabilidade cívica, de maneira a canalizar ações ao serviço da comunidade e obter e divulgar informações, materiais e ideias para o desenvolvimento integral das pessoas, apoiando iniciativas associativas como a cultura, o desporto, a solidariedade, a troca de conhecimentos, etc., no respeito pelos direitos humanos e pelos valores democráticos.

20. Educação para uma cidadania democrática e global: oferecer, a toda a população, formação em valores e práticas de cidadania democrática, que promovam o respeito, a tolerância, a participação, a responsabilidade, o interesse pelo que é público e o comprometimento com o bem comum.

A devida aplicação de todos esses princípios contribuirá para que cada pessoa sinta a cidade, o seu meio envolvente e o planeta como seus.

Em relação a eixo *Ao serviço integral das pessoas* é possível destacar as ações e projetos intersetoriais desenvolvidos como a Rede de Apoio a Escola, o Programa Saúde na

Escola, bem como a divulgação e execução das ações e campanhas de prevenção nos meses do ano relacionado às diversas temáticas: janeiro branco – saúde mental; junho vermelho – doação de sangue; agosto dourado – amamentação; setembro amarelo – prevenção ao suicídio e valorização da vida; outubro rosa – câncer de mama; novembro azul – câncer de próstata e campanhas do agasalho, entre outros.

Destaca-se, também, a oferta de grupos de apoio e de reabilitação a depressivos com baixa estima e dificuldades de relacionamento em família através dos grupos “Saber viver” e “Recomeçar”; o incentivo à prática de atividade física e vida saudável com o grupo a “vida em movimento” desenvolvidos nas comunidades do interior e na cidade. Além disso, deve-se destacar a ampla divulgação nas campanhas de vacinação de todas as faixas etárias, e a atualização do esquema vacinal.

O Município também investiu em instalação de câmeras de segurança nos pontos de saída da cidade e na sede das comunidades no interior, sistema de videomonitoramento em parceria com a Brigada Militar. Investiu-se, também em incentivo às empresas locais, em implantação e nas propriedades rurais, com auxílio de serviços veterinários e de terraplenagem. O Município possui sindicato dos funcionários municipais, sindicato dos trabalhadores rurais e diversos conselhos municipais, que fortalecem a participação democrática. A rede municipal de ensino conta com serviços de fonoaudiólogo, psicóloga, pedagoga, psicopedagoga.

Como desafio, é importante ampliar, cada vez mais, a conscientização das pessoas em relação a seus direitos e deveres, comprometimento como cidadão. Um contraponto é em relação à proteção e a segurança de todos, combate a drogas e a violência, abuso sexual infantil com alto índice no município, além de mais oportunidades laborais no município, isto é, mais opções de trabalho. Também, é importante reativar a Associação da Indústria e comércio, e instituir políticas de acolhimento a migrantes ou refugiados.

4.3 Primeira infância articulando com os princípios da Carta de Cidades Educadoras

Triangulando este eixo com a Primeira Infância Melhor, é fundamental destacar que o PIM é um canal direto de comunicação e de informação para as famílias, pois, durante as visitas domiciliares, as visitadoras orientam, entregam folder e estimulam a participação da comunidade nos eventos, grupos e campanhas desenvolvidas intersetorialmente. Visa à inclusão e a diversidade, realizando a inclusão de toda e qualquer gestante ou criança, sem nenhum tipo de discriminação. A equipe técnica do PIM participa dos conselhos e associações

e reuniões de rede em âmbito municipal e regional, contribuindo para o bom desempenho do programa, bem como fortalecendo as ações sociais, de forma intensa, a vulnerabilidade, a violência infantil e a detecção de doenças e atrasos do desenvolvimento infantil são reconhecidos precocemente, sempre triangulando com a rede geral da educação, saúde e assistência social. O município vem enfrentando, há muitos anos, casos de abuso, violência sexual infantil, por isso, muitas ações vem sendo desenvolvidas nas famílias e em rede. Avançou-se nessa prevenção, mas ainda existe situações que precisam ser monitoradas e detectadas. Assim, um projeto que ancora essas questões é a Rede de Apoio a Escola, que é desenvolvido com todos os segmentos municipais em parceria com o Conselho Tutelar, da qual resultou o Projeto a Praça dos Direitos.

Estando a visitadora em contato semanal com a família na residência, é possível detectar muitas questões, desde violência, fome, problemas de saúde tanto da criança como dos demais membros, atrasos no desenvolvimento, entre outras questões. Após detectadas as questões, o visitador as traz para o encontro semanal do Grupo Técnico Municipal e, em equipe, define-se ações, propostas e encaminhamentos imediatos a setores como a rede municipal de educação, saúde, assistência social, bem como instituições parceiras como APAE para realização de avaliação e diagnóstico multidisciplinar.

Ao orientar e sensibilizar as famílias, o PIM, através das informações das visitadoras, busca resgatar o vínculo familiar baseado no afeto, carinho e relações de cuidado, visando prevenir que as condutas negativas vivenciadas na infância sejam repassadas na fase adulta.

O primeiro nível de intervenção é proteger a relação mãe-filho. (...) É no interior da interação mãe-criança que se constroem os mecanismos psicológicos que favorecem as estratégias de auto-proteção do indivíduo e que se desenvolve a resiliência. O apoio à relação precoce constitui assim a primeira linha de prevenção dos maus-tratos. (GONÇALVES, 2003, p. 26).

A maioria das famílias usufrui dos espaços e das atividades de integração propostas pelo PIM. Sendo que ocorre sempre o incentivo em relação a continuar estudos, de forma especial às mães adolescentes, articulando com a escola de educação infantil a matrícula do bebê no período em que a mãe vai à escola. Em relação a espaços culturais, o PIM promove ações envolvendo as crianças e as famílias com visitação às exposições do museu e a biblioteca municipal. As visitas domiciliares realizadas nas residências dos avós que residem com os netos são incluídos nas atividades, estabelecendo e estimulando ainda mais o vínculo afetivo e a relação intergeracional.

Através da página do PIM Camargo, no *Facebook*, divulga-se as ações e campanhas da rede, como, por exemplo, a doação anual de sangue que passou a ser tradicional e realizada com as famílias atendidas, bem como interessados da sociedade em geral.

De acordo com Jack e colaboradores (apud Schneider, 2010, p. 70), as visitas domiciliares para a promoção do desenvolvimento infantil e fortalecimento das competências parentais podem produzir um sentimento de resistência nas mães, sobretudo naquelas em maior vulnerabilidade. As mães tendem a ver o visitador como um agente externo de fiscalização e julgamento. Nessas situações, é fundamental o visitador identificar essas questões e demonstrar o real propósito da presença, através de respeito e compreensão. Atitudes de julgamento e descrença com relação ao modo de vida das famílias apenas as distanciam do PIM, o que também pode acontecer quando o profissional não cumpre os acordos que estabelece, como os horários e os dias de visitação. Quando surgem situações como essas, relacionadas à dificuldade de manter o vínculo com a família, é necessário, além do visitador, a intervenção do Grupo Técnico Municipal.

Com o desenvolvimento desta pesquisa, foi possível elencar várias ações da política pública Primeira Infância Melhor com os princípios da carta de cidades educadoras. Além dos já mencionados no texto, dá-se ênfase também às orientações e se dá um olhar humanizado, o que fortalece os laços e atua de forma comprometida com questões relativas ao cuidado e educação das crianças.

Na realização do pré-natal, na gestação, em relação ao parto, o momento do nascimento e ao recém-nascido, envolvendo melhoria de acesso e atenção neonatal. Reforçando a importância da alimentação saudável da criança, que se iniciam desde a gestação, há apoio ao aleitamento materno, considerando suas contribuições para o bebê, assim, são realizadas campanhas e é enfatizado, no mês de agosto, referente à campanha de incentivo à amamentação, o “agosto dourado”.

O acompanhamento, o desenvolvimento e crescimento integral de criança, seguindo as orientações do guia da família, ancoradas nas orientações da Caderneta de Saúde da Criança³², monitora e estimula o desenvolvimento e fortalece o vínculo com a família. Articula-se, então, em conjunto, estratégias de atenção às crianças com deficiências ou situações específicas de vulnerabilidade, visando também a prevenção do óbito materno, infantil e fetal.

³² A Caderneta da Criança: é um documento importante e único no qual devem ficar registradas todas as informações sobre o atendimento à criança nos serviços de saúde, de educação e de assistência social para o acompanhamento desde o momento do seu nascimento até os 9 anos de idade. Ao registrarem as informações na Caderneta da Criança, os profissionais compartilham esses dados com a família e facilitam a integração das ações sociais. Disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderneta_crianca_menina_2ed.pdf

Respeitando as experiências e a cultura das famílias atendidas, o PIM tem o protagonismo como um dos seus alicerces fundamentais. Toma a comunidade e a família como o mais importante agente na promoção da saúde e do desenvolvimento de suas crianças. Contribui para o rompimento do ciclo de pobreza nas famílias atendidas, através da potencialização de um cuidado e de uma educação de qualidade. (SCHNEIDER; RAMIRES, 2007, p. 23).

A mortalidade infantil, materna e a violência doméstica representam alguns dos maiores desafios brasileiros na busca pela garantia dos direitos da criança. Essa situação reflete as condições de bem-estar que prevalecem em meio a uma população, serviços de saúde, segurança alimentar e nutricional, da situação de moradia e saneamento básico, entre outros fatores ligados à qualidade de vida.

Com as leituras, informações e cruzamento de dados é possível perceber a interlocução entre o PIM e os princípios de uma Cidade Educadora. Uma criança que cresce em um território educativo, vivenciando estímulos, proteção, cuidados e experiências positivas na primeira infância, com acesso a saúde, educação com melhores condições de aprendizado, fortalecimento das relações sociais, oportunidades, desenvolvimento de habilidades está mais apta para o enfrentamento de futuros desafios.

Como cidade educadora, Camargo precisa assegurar um olhar renovado para a infância em relação às práticas culturais, que refletem o modo de vida, seja na família, na escola na cidade, na praça ou em qualquer lugar que as crianças estejam presentes com um compromisso lúdico. Com o aumento da construção civil na área urbana, a redução de praças e espaços recreativos de área junto a natureza é ocasionada. Identifica-se, também, a falta de sinalização, informação e de respeito nas vias públicas, principalmente, próximo às escolas, constatando-se que a cidade é pensada para o adulto, cada vez menos acolhedoras com o ambiente de convivência e com as relações humanas saudáveis. Os espaços estão fragmentados, oriundos de uma sociedade individualista, por isso, ocorre uma exclusão urbana da infância que não estimula a socialização das pessoas e a troca geracional.

Para mudar esse cenário, é fundamental considerar as crianças como protagonistas com condições de criar, sugerir, opinar em relação a cidade tornando-a segura, brincante e inclusiva, de modo a possibilitar, a elas, passeios urbanos, para que conheçam os espaços, dando visibilidade à sua presença na cidade, ocupando os espaços e exercendo um papel humanizador, pois as crianças trazem suas diferenças e um ponto de vista diferente do adulto, são capazes de apontar uma outra perspectiva, de ver a cidade muitas vezes oculta aos olhos dos adultos.

Em meados de 2001, sancionou-se a Lei nº 10.257, que estabelece o Estatuto da Cidade. Essa lei tem como suas diretrizes a garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as gerações presentes e as futuras (de acordo com o art. 2º, inciso I) e a participação da população e dos vários segmentos da comunidade – portanto, também dos cidadãos crianças – na formulação, na execução e no acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Cabe ressaltar também o Marco Legal da Primeira Infância (art. 17), que determina à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que organizem e estimulem “[...] a criação de espaços lúdicos com criatividade em locais públicos e privados onde haja circulação de crianças, bem como a fruição de ambientes livres e seguros em suas comunidades”. Reforçando essas legislações, essa linha de pensamento, essa relação da criança com a cidade é possível também de ser percebida em diversos “momentos de fala”, entrevistas, escritos realizados pelo italiano Francesco Tonucci, que sintetiza o espaço das crianças na cidade, atividades abertas, ao ar livre, interagindo entre si e com adultos em diferentes níveis de idade, promovendo uma rede de integração entre a cidade e a escola, possibilitando a participação da criança no planejamento das ideias e necessidades urbanas, o que desenvolve, assim, noções de cidadania e responsabilidade social nelas, sendo que se as crianças não são ouvidas, as necessidades não são sanadas.

Segundo Sarmiento, a criança contribui na vida do adulto:

As práticas sociais das crianças reconfiguram os lugares institucionais em que vivem as crianças, em cada momento, e as formas de ser e agir das crianças “contaminam”, alteram, modificam permanentemente as práticas familiares, escolares e institucionais e dos territórios e espaços sociais em que se encontram. Apesar de isso ser normalmente ignorado, a verdade é que as crianças agem e a sua ação transforma os lugares em que (con) vivem com os adultos. (SARMENTO, 2011, p. 585).

A criança imita o adulto nos hábitos, nos costumes, nos modos de vida, nas relações interpessoais etc., mas também cria e imagina, faz de conta e encena um mundo novo, tem desejos, anseios, opiniões que podem proporcionar transformações significativas na sociedade em geral e na maioria das vezes não ocorre esta escuta, pois, de certo modo, está ligada ao poder de classes dominantes que têm a intenção de denominar, inclusive as infâncias das crianças. Se elas forem protagonistas dos espaços através da confiança e de autonomia, elas aprendem a expressar o mundo de maneira própria, com opiniões e contribuições que certamente colaboram para a construção de espaços educativos mais democráticos.

É fundamental estar presente também a relação à cultura, a fim de oportunizar, à criança, experiências da própria cultura, bem como de culturas diferentes, conhecendo e aprendendo a respeitar o outro, explorando as culturas da comunidade a qual pertence. Sendo assim, é fundamental valorizar a identidade local: seus costumes, práticas construtivas, lendas, mitos, crenças, culinárias, memórias, contos populares, adivinhas, cantigas e canções, danças, autos, romanceiros, entre outros. Com reconhecimento, valorização e respeito à interação das crianças com os elementos culturais dos diversos povos e etnias que compõem o território brasileiro, como negra, europeia, população rural, ribeirinha, da floresta, afro-brasileira, indígena, cigana, oriental e latina, a cultura precisa ser acessada pela criança tanto na escola como na comunidade, de modo a estimular a opinião, a expressão, a criatividade, interações e diversas formas de expressão: corporal, gestual, verbal, cênica, plástica, dramática, circense, musical, audiovisual, entre outras.

A atenção e cuidados do PIM iniciam desde a gestação, em que a chegada de um novo membro na família exige várias adaptações, conhecimentos, reorganizações de espaços, ajustes financeiros, habilidades para convivência, além do vínculo entre o bebê e a família, pois, por vezes, a família fica abalada quando a criança não é planejada, ou quando ocorre algumas frustrações durante esse contexto. Na gravidez é quando começa a se formar o vínculo entre a mãe e o bebê, que vai além do fornecimento de nutrientes para o desenvolvimento, pois, com o passar dos meses o feto vai se tornando capaz de registrar e de compreender as emoções da mãe, expressadas pelos batimentos cardíacos e pelos hormônios liberados na corrente sanguínea. O contato após o nascimento e a amamentação contribui para o fortalecimento do vínculo entre ambos. A criança identifica que existe uma base segura na qual pode confiar e se sente confortável, aceita e protegida quando os cuidadores interpretam, compreendem, e agem com sensibilidade, afeto às manifestações do bebê (frio, calor, fome, prazer, choro...). Logo, esse processo vai além dos cuidados para a sobrevivência física, mas certamente, influenciará no futuro desta criança.

O PIM é alicerçado nas atividades lúdicas, o brincar como a possibilidade de as crianças desenvolverem suas competências e habilidades intelectuais, emocionais, sociais e cognitivas de forma prazerosa, contribuindo para a construção de uma cultura de paz, com base na harmonia e no prazer da convivência, se constituindo como sujeito. É necessário, portanto, que sejam ofertados, à criança, espaços, brinquedos e brincadeiras, de modo a ocupar o maior espaço do tempo da infância.

Outro ponto importante de destaque na infância são os valores que irão acompanhar a criança por toda a vida, dando exemplo como adulto, reconhecendo e valorizando as boas condutas, estimulando um comportamento ético, empático, solidário e reflexivo.

O trabalho do PIM também visa acompanhar e apoiar as famílias no processo de construção de modos de agir e orientar para a formação de vínculos protetores colaborando para a prevenção da violência. Colaborando com a criação de ambiente seguro, com atitudes de proteção na esfera doméstica e ações educativas para evitar e prevenir acidentes. Nesse propósito, durante as visitas domiciliares do PIM, avalia-se aspectos de segurança e orienta os responsáveis em relação às medidas necessárias para as crianças, com linguagem acessível, sem julgamentos e com utilização das recomendações da Caderneta de Saúde da Criança. Acidentes também podem ser prevenidos com a instalação de grades, redes, barreiras de proteção, entre outras medidas. Alguns acidentes, como afogamentos, sufocação, intoxicação, choques elétricos e queimaduras, podem ser evitados com o cuidado no armazenamento e uso de material de limpeza e medicamentos e com a supervisão contínua de um responsável.

A formação integral como pessoa e cidadã do direito da criança provem a articulação de políticas públicas integradas em um território educativo formando redes. “O conceito de rede se transformou em uma alternativa prática de organização, capaz de responder às demandas sociais no mundo contemporâneo” (MEIRELLES; SILVA, 2007, p. 141). A estruturação no município precisa considerar as características dos serviços ofertados no território e as especificidades das políticas sociais (saúde, educação, assistência, cultura, entre outras), em que nenhum setor é mais importante que o outro, logo, integração das ações e projetos para o desenvolvimento das pessoas são princípios de uma cidade educadora que assume a responsabilidade na educação e na transformação da cidade em um espaço de respeito pela vida e pela diversidade, ensinando conviver com as diferenças, trabalhando pelo bem comum e buscando resolver pacificamente problemas e conflitos existentes.

Uma cidade tem como principal desafio, na primeira infância, as situações de vulnerabilidade em seus mais diversos conceitos, que implica riscos e fragilidades que, segundo a Política Nacional de Assistência Social (Pnas), podem decorrer da pobreza, da privação, da ausência de renda, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da intempérie, da calamidade, da fragilização de vínculos afetivos e de pertencimento social decorrentes de discriminações etárias, étnicas, de gênero, relacionadas à sexualidade, à deficiência etc. (BRASIL, 2004). Dessa maneira, compreende-se com uma situação instável em que as famílias podem vivenciar de diferentes maneiras, não se tratando de uma condição

fixa, mas que devem ser prevenidas ou enfrentadas, evitando riscos e violação de direitos previstos em lei.

As famílias são orientadas na metodologia do PIM a realizar a leitura das informações contidas, bem como manter atualizada a Caderneta de Saúde da Criança (CSC), considerada como um passaporte da cidadania. Sendo um documento individual, essencial para avaliar os indicadores de crescimento e desenvolvimento, incluindo sinais de perigos à saúde, os primeiros cuidados com o bebê, aleitamento materno, alimentação saudável, vacinação, consultas de puericultura e orientações para a promoção da saúde e prevenção de acidentes e violências, entre outros. Favorecendo o acompanhamento integral à saúde da criança e uma ferramenta de comunicação entre profissionais, serviços e família. É, portanto, um direito da toda criança no Brasil receber a caderneta ainda na maternidade.

O processo de ida para a escola também faz parte do PIM e é muito importante na vida da criança, incluindo no seu convívio mais professores, amigos e demais profissionais que atuam na instituição, antecipando essa experiência o visitador contribui neste processo, além do diálogo proporciona vários encontros em grupos com as crianças atendidas na mesma faixa etária, bem como visitas com eles até a escola para conhecer os espaços e a rotina escolar, contribuindo na adaptação mais suave da criança ajudando a família nesta etapa.

Através desta pesquisa, foi possível contatar que, para fortalecer a política pública da primeira infância melhor em uma cidade com propósito educador, é preciso ter suas ações alicerçadas em constante diálogo e reflexão, para, assim, as decisões serem tomadas de forma democrática visando enfatizar as potencialidades de cada setor em prol do objetivo comum, proporcionar uma primeira infância saudável para as crianças em um território educador.

Fortalecendo essas questões, Cabezudo (2004, p. 24), observa que a cidade se compromete em transformar locais públicos em espaços educativos para a população, sem excluir faixa etária ou classe social, desenvolvendo a perspectiva de uma cidade com personalidade própria, integrada no país onde se localiza que se relaciona com seu entorno e que promove o respeito à diversidade e facilitar a afirmação da própria identidade cultural.

A proposta das Cidades Educadoras é alicerçada nos três grandes eixos: o direito à cidade educadora, o compromisso da cidade e o serviço integral às pessoas. Sendo assim, nos dias 05 e 06 de maio, ocorreu uma viagem técnica na cidade de Rosário – Província Santa Fé, na Argentina, considerada uma das referências de Cidade Educadora na América Latina. O intercâmbio foi organizado pela Associação Internacional de Cidades Educadoras – AICE e pela Universidade de Passo Fundo, com a participação de representantes de diversos municípios. Estive representando o Município de Camargo como membro do Conselho

Municipal de Cidades Educadora. Há 26 anos, Rosário, na Argentina, integra a AICE e é considerada a protagonista das cidades educadoras da América Latina, pois desenvolve ações intersetoriais que visam a melhoria da qualidade dos espaços públicos que foram ressignificados, a qualificação da educação formal e a integração entre escola e cidade, incluindo as crianças nos processos de participar e pensar ativamente da vida na cidade. Nesses dias, visitou-se diversos locais planejados e organizados para receber a criança com seus familiares e juntos vivenciem experiências significativas, como por exemplo, o Tríptico da Infância, composto por três locais: o Jardim das Crianças, a Granja da Infância e a Ilha dos Inventos, espaços, esses, que proporcionam, às crianças, diversas experiências sensoriais, motoras, emotivas e cognitivas, lugares para conviver, investigar, explorar e aprender.

A Associação de Municípios do Planalto - AMPLA é atualmente constituída por 17 municípios: Camargo, Casca, Ciríaco, Coxilha, David Canabarro, Ernestina, Gentil, Marau, Mato Castelhana, Muliterno, Nicolau Vergueiro, Nova Alvorada, Passo Fundo, Santo Antônio do Palma, São Domingos do Sul, Vanini e Vila Maria. Destes 6 tem adesão e o PIM em andamento no município: Camargo, Ciríaco, David Canabarro, Marau, Nova Alvorada e Passo Fundo. Duas cidades fazem parte da Associação Internacional de Cidades Educadoras: Marau e Camargo, ambas com ingresso em 2019.

Com a análise de toda essa trajetória do PIM em Camargo e das ações desenvolvidas, foi possível, nesse sentido, compreender que o PIM também colabora, como política pública, para transformar o modo como as pessoas se compreendem enquanto sociedade, contribuindo, assim, para que o Município de Camargo faça parte da Associação Internacional de Cidades Educadoras, de modo a assumir um compromisso com o território como um todo, fortalecendo a democracia e convocando a participação de todos na gestão da cidade promovendo os espaços do território em ambientes que se constrói conhecimento e busca fazer educação em todos os seus espaços e através de todos. Ser uma cidade educadora vai além de aderir formalmente a um projeto, pois é, também, pensar com as pessoas, para as pessoas viverem melhor em qualquer ambiente. Vale destacar o espaço ao indivíduo migrante para que seja incorporado pela comunidade local, de acordo com o princípio nove a carta das cidades educadoras, em que a cidade essencialmente oferece aos seus habitantes a possibilidade de ocupar um lugar na sociedade, aconselhar sobre a orientação pessoal e profissional e facultar a sua participação nas atividades sociais, minimizando as dificuldades e efetivando os direitos.

Para Junqueira:

A intersectorialidade constitui uma concepção que deve informar uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços para garantir o acesso igual dos desiguais. Isso significa alterar toda a forma de articulação dos diversos segmentos da organização governamental e dos seus interesses. (JUNQUEIRA, 1999, p. 27).

Para melhor contribuir nessas ações intersectoriais, coletivas, a união dos esforços de diversos setores e a gestão transparente e ética, promovendo o bem-estar e o bem viver das pessoas, é fundamental. Nos dias atuais, não tem lugar para alguém que pensa para os outros, “eu penso e vocês executam”. Há lugar para pensar juntos, debater, efetivar e avaliar. De acordo com Moll (2017, p.65), “[...] aprende-se o tempo todo, ao longo de toda vida, de muitas maneiras e em todos os lugares”. Essa perspectiva questiona profundamente a forma e a organização escolar, novos contextos espaço-temporais. Qualquer lugar passa a ser considerado em seu potencial educativo. Eis o território educativo contribuindo, assim, para que posturas reflexivas e críticas, de modo que os cidadãos desenvolvam suas opiniões e possam aprender a investigar e construir seu conhecimento e compreensão do mundo que os rodeia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, é possível compreender que a infância necessita ser prioridade nas gestões governamentais, pois, quanto mais se investir em saúde, educação, ambientes seguros, livres de violências, mais se diminuirá consideravelmente despesas futuras que a falta desses fatores poderá desencadear. Assim, deve-se investir em políticas públicas que protejam a infância, bem como viver em uma cidade que educa proporciona a construção de uma sociedade com condições sociais e ambientais sustentáveis, com evolução em ganhos econômicos e sociais. A primeira infância é uma fase cheia de desafios, obstáculos, crescimentos e sucessos e é primordial para a aquisição de habilidades essenciais para desenvolvimentos posteriores.

O exercício da pesquisa e da escrita sobre a experiência do PIM em Camargo, com o apoio dos referenciais teóricos, permitiram-me, como pesquisadora, analisar o que foi e vem sendo feito de outros ângulos, tentando analisar com outras lentes, distanciando-me, assim, do meu cotidiano para entendê-lo melhor.

A pesquisa vinculada a linha de pesquisa Políticas Educacionais do Programa de Pós-graduação em Educação, teve como tema Primeira Infância Melhor: interlocuções com os princípios de uma cidade educadora. Destinou-se, assim, à realização de estudos sobre primeira infância, princípios de cidade educadora, a fim de ampliar estudos relacionados a ações de territórios educativos que protejam, cuidem e estimulem as crianças fortalecendo suas vivências na infância, etapa esta com sentido e conteúdo próprio, que se bem moldada em espaços públicos educadores alicerçará para a adolescência, juventude, vida adulta e velhice.

Com análise da sociedade contemporânea, surgem inúmeros questionamentos: o que se está fazendo pela infância? Quais espaços podem ser considerados educativos? Ser cidade educadora não possui mais problemas e dificuldades, está tudo resolvido? Quais investimentos e políticas públicas que fortalecem estas temáticas?

Buscando respostas a esses questionamentos, a trajetória da Primeira Infância Melhor, como política pública, no Município de Camargo e suas interlocuções com os princípios da cidade educadora, mostrou-se instigante no decorrer de sua análise diante das inquietações relacionados a esse assunto, visando evidenciar questões que possam contribuir nas pesquisas relacionadas às políticas públicas e educacionais.

Contextualizando os estudos iniciais, visando analisar um território que educa, foram elencados uma análise nacional relacionada ao desenvolvimento de marcos legais e históricos

das políticas públicas de primeira infância, demonstrando que ocorreram grandes avanços nas últimas décadas relacionados à infância, criança, legitimando o direito à educação, proteção, afeto e condições dignas de vivências na primeira infância.

Na sociedade contemporânea, a criança é reconhecida como sujeito de direitos e é importante para as mudanças na sociedade sob o modo de olhar para as crianças e para a participação delas mesmas no processo como ator social. Mesmo que, como criança, ela ainda dependa do adulto, ela é participativa nas ações cotidianas, cria hipóteses, participa das decisões, construtora do processo, ou como diz Sarmiento, “[...] a possibilidade de a criança se constituir como ator social e sujeito de cultura e de ter poder sobre si própria respeita a construção de cada criança, mas tal construção é politicamente configurada no sentido de que se estabelece no quadro das condições políticas e institucionais em que vivem as crianças” (SARMENTO, 2013, p. 39).

Para o autor, elementos como contexto vivencial, condições econômicas e sociais (vulnerabilidade, consumismo infantil, uso excessivo de tela, recursos digitais...) influenciam na construção do conceito de criança como ator social. Nesse sentido, compreende-se o papel da política pública da Primeira Infância Melhor, desenvolvida através de metodologias alicerçadas na realidade das famílias, atuando através das visitas domiciliares, conseguindo contribuir neste processo de estimular a criança como ator social.

No aprofundamento da pesquisa, ressalta-se um fator fundamental para o êxito na Política pública do PIM, que é a formação e capacitações continuadas da equipe, de profissionais elencando os espaços e ações educativas com o objetivo de trabalhar o olhar do visitador durante as visitas domiciliares, o qual devem ser compartilhados com os demais membros da equipe, partindo de reflexões que questionem julgamentos e conclusões precipitadas, elencando alternativas de atendimento e acolhimento a família respeitando o seu contexto. Durante o planejamento das ações, é essencial levar em conta a escolha dos materiais, atividades e orientações as famílias em busca da construção e não de ruptura com estes saberes que, afinal, representam as experiências e cultura das famílias.

Soma-se, a tudo isso, a importância dos espaços de vivências infantis, proporcionados pela cidade para com a criança e sua infância. Nesse sentido, consolida-se a participação dos municípios na Associação Internacional de Cidades Educadoras, mas não apenas para obter um “título de cidade educadora” e, sim, para assumir um compromisso para com os munícipes e, de forma muito especial, para as crianças, que serão os adultos do futuro, os protagonistas principais da cena da sociedade.

A Universidade de Passo Fundo, instituição de natureza comunitária se fortalece, dialogando com a comunidade tendo como parâmetro o compromisso social com o desenvolvimento das pessoas e do território. Foi através da extensão universitária da UPF que se ampliou os horizontes da gestão municipal estimulando a consolidação de Camargo fazer parte da Associação Internacional de Cidades Educadoras. Um dos compromissos da universidade diz respeito a sua inserção na sociedade, analisando, discutindo e equacionando a pluralidade de questões, os diferentes problemas e desafios.

A Universidade, por meio da interlocução entre os professores das redes de ensino público e os professores da UPF é retroalimentada, expandindo seus enfoques de pesquisa e redimensionando suas abordagens metodológicas, visando aproximar-se cada vez mais do contexto escolar vivenciado pelos professores da educação básica. Assim, ao refletir sobre seu objeto de pesquisa, sistematicamente e com rigor metodológico-científico, ultrapassa a barreira do conhecimento baseado no senso comum pedagógico, ampliando seus saberes docentes, conforme Benincá, (2002, p. 24), “[...] o professor-pesquisador é observador de si mesmo; é observador, mas, simultaneamente, é o objeto de observação enquanto em relação. Ninguém melhor que o professor para se observar enquanto em ação”.

O Município que se desafia a pensar-se como cidade educadora necessita contemplar ações em que todos os habitantes terão o direito de usufruir, em condições de liberdade e igualdade, dos meios e oportunidades de formação, desenvolvimento pessoal e entretenimento que a cidade oferece. Para que isso seja possível, devem levar em conta todas as categorias, cada uma delas com as suas necessidades particulares. Bem como, promover uma educação destinada a favorecer a diversidade, a compreensão, a cooperação e a paz, permitindo evitar a exclusão motivada pela raça, sexo, cultura, idade, deficiência, condição socioeconômica ou outros tipos de discriminação.

Ao longo do percurso como pedagoga, efetiva, responsável pela coordenação pedagógica de toda rede municipal local, atuando em diferentes espaços e para além deles, percebo, também, alguns protagonistas educacionais: professores, alunos da rede municipal de Camargo, que atendem a educação infantil e o ensino fundamental séries iniciais, funcionários, visitantes do PIM, auxiliares de educação infantil, oficinairos, famílias e gestores. Foi possível constatar a importância de focar minha pesquisa na infância desenvolvida em uma cidade educadora, percebendo o elo de ligação entre as temáticas e o trabalho das equipes, com base na intersetorialidade voltados para o desenvolvimento da infância em uma cidade considerada educadora.

A análise e os referenciais teóricos contribuíram para reafirmar o diferencial do PIM com resultados contínuos, potencialidades estimuladas e o fortalecimento de vínculos afetivo, estabelecidos e fortalecidos, são sementes para colher bons frutos posteriormente. Incentivando também as famílias para estarem presentes no cotidiano escolar de seus filhos, pode ser mais um dos avanços do PIM, com orientações aos professores ou mesmo através da continuidade de ações junto às famílias. O PIM contribui para o desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças atendidas, mas também no desenvolvimento econômico dos países, considerando que é nessa etapa da vida que se forma o capital humano. Segundo Bernardes,

Pode-se constatar que intervenções realizadas no início da vida se configuram como pequenos investimentos que geram altos retornos no bem-estar físico, mental e econômico durante a vida da criança e do adulto. Ações de promoção da primeira infância podem ser uma forte arma contra a pobreza ao construir o capital humano, tornando-se um dos melhores investimentos que um país pode fazer em prol do seu desenvolvimento. (BERNARDES, 2010, p. 18).

Políticas públicas da primeira infância alicerçam alternativas que visam romper os ciclos de pobreza, violência e exclusão social das famílias atendidas, com a promoção do vínculo afetivo entre seus membros e de condições adequadas para o desenvolvimento das potencialidades infantis.

Pelo estudo realizado, o desafio está em conscientizar e estruturar uma cidade que educa, que investe na infância, que estimula sua comunidade em pensar a realidade local em processo de desenvolvimento social e humano. Oportunize, assim, que não sejam apenas consumidores de ideias e teorias, mas que se tornem sujeitos críticos, participantes de seu processo educativo e possíveis formuladores de novos conhecimentos. Segundo a perspectiva do processo educativo dialógico, Paulo Freire afirma que “[...] ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou sua construção” (FREIRE, 2010, p. 12).

As vivências e experiências desenvolvidas em Camargo/RS, como uma Cidade Educadora (que há 15 anos possui o PIM fortalecido e atuante produz muitos conhecimentos, aprendizagens e desafios no desenvolvimento das ações), segundo Marcon (2016, p. 32), “[...] podem contribuir para a constituição de novos parâmetros que permitam olhar criticamente para o passado e dele resgatar experiências silenciadas e, concomitantemente, ampliar os horizontes do tempo presente com novas perspectivas e possibilidades”. Esse é o objetivo central desta pesquisa: contribuir para ampliar alternativas visando fortalecer, ampliar e qualificar ainda mais os temas discutidos nesta pesquisa.

No decorrer do trabalho investigativo, evidencia-se que o PIM tem como desafio contribuir para a superação das vulnerabilidades, contribuindo na melhoria dos indicadores relacionados à mortalidade infantil, a desnutrição, os fatores de risco para o desenvolvimento e os problemas de saúde mental, a situação de pobreza extrema e a exclusão do sistema formal de educação, violências, entre outros, visando o desenvolvimento de uma política pública voltada à integralidade do cuidado através da intersetorialidade, desenvolvendo estratégias que pensem o sujeito na sua integralidade, não de forma fragmentada.

Ainda, é fundamental avançar nas fragilidades do PIM, pois, como toda política pública e todo município, Camargo também enfrenta fragilidades, sendo fundamental destacar a rotatividade das famílias que vem de outros municípios, residem pouco tempo no município cadastram-se, se inserem nas ações, programas e projetos e, em pouco tempo, vão para outras cidades, além das dificuldades de adesão por parte de algumas famílias mais vulneráveis ou com situações de violência e drogas, apresentando resistência em receber uma pessoa semanalmente na sua casa, convivendo no contexto atual, suscetível a perceber situação de negligência, entre outras questões, a ampliação do número de famílias atendidas, o tempo de permanência e, principalmente, a conscientização da família como protagonista de uma cidade educadora, a importância da participação da população em geral na vida da cidade, no pulsar de cada ação,

A integração entre as áreas da saúde, educação e assistência social, bem como o comprometimento dos gestores, tanto nas esferas estadual como municipal, vem constituindo o PIM em um viés cada vez mais promissor, pois envolve a comunidade, tem a família como elemento central, promove a sensibilização para a causa da primeira infância, possibilita à união de esforços, o acesso às famílias, o trabalho em rede, estrutura essencial para fortalecer cada vez mais a concepção de Camargo Cidade Educadora, bem como a consolidação dos princípios da Carta e implementação de novas políticas públicas como o PIM que segue um ciclo de políticas públicas e se fortalece com o passar do tempo.

O trabalho é desenvolvido com as famílias baseado no respeito às suas características, configurações e vivências, visando o fortalecimento de vínculos, estimulação e promoção do desenvolvimento integral das crianças, sendo que o ambiente e o espaço educativo contribui neste processo, favorecendo melhores resultados quando se pode contar com uma cidade educadora, em que os sujeitos do lugar, pensem e recriem para viver com qualidade e de forma cidadã. Sendo que “[...] um projeto educativo, construído de forma participativa, passa a ser o local de moradia do poder” (BENINCÁ, 1994, p.13). Devemos lutar para uma sociedade inclusiva, que as crianças participem como sujeitos de direitos da infância, que

contemple a todos nas suas próprias características, envolvendo os grupos étnico-raciais, sociais e culturais, fortalecendo a igualdade, a equidade social e respeitando e valorizando a diversidade. Portanto, é necessário analisar dados quantitativos visando a proteção e o cuidado, pois ao baixar os índices não se altera apenas dados, mas pode salvar a vida da criança, ao aumentar matrículas em escolas não se cumpre apenas a meta do Plano Municipal de Educação, mas amplia conhecimentos e alicerça aprendizagens para a vida, quando se reforça e reestabelece vínculos afetivos da criança com seus pais ou cuidadores proporciona a oportunidade da criança constituir-se como sujeito, confiante e seguro, quando se proporciona um território educativo pensado também pela criança, não se cumpre apenas um dos princípios da carta das cidades educadoras, mas as possibilidades de aprendizagens, trocas de experiências e desenvolvimento de forma integral.

Por fim, acredita-se que esta pesquisa possibilitará construir novas compreensões das políticas públicas, como a Primeira Infância Melhor – PIM, que adquire sentido e alcança melhores resultados quando os sujeitos se envolvem no debate, na elaboração e no que lhe compete no ato de concretizá-la. Isso desenvolve, assim, a gestão e o trabalho democrático, valorizando a criança e seu desenvolvimento saudável e criativo, valorizando a brincadeira e imaginação, estabelecendo vínculo com o cuidador para que ele possa identificar as suas necessidades físicas e emocionais, pois a realidade social, o histórico familiar, o nível de instrução dos adultos, entre outros fatores, alterna-se de um ambiente familiar para outro. Cada família é única, possui valores, crenças, características e sua própria história, por isso é fundamental acolher com sensibilidade e sem julgamento a realidade de cada família, criando vínculos e relações de confiança, contribuindo qualitativamente para o desenvolvimento das crianças na primeira infância.

Com esse estudo, foi possível refletir sobre importantes dados relacionados ao Município de Camargo, de forma especial em relação a primeira infância e o território educador. Então, é fundamental destacar o grande compromisso em ser cidade educadora, não significa ser uma cidade sem problemas, pois é a vida que pulsa, é planejar, executar ações que visem qualificar a vivência cidadã dos munícipes. É uma cidade que assume as contradições, busca constituir políticas públicas para que a população viva com condições dignas de educação, saúde, moradia, em que os direitos de acesso estejam garantidos.

É possível afirmar que esta pesquisa não termina nesta dissertação. Certamente, há muito a se estudar, pesquisar e escrever sobre esses temas, de modo a contribuir e possibilitar, cada vez mais, uma infância de qualidade, uma vez que uma cidade educadora tem de possibilitar condições básicas de sobrevivência às crianças para que elas sejam, efetivamente,

atores sociais e entrem em cena como adultos comprometidos e atuantes na sociedade, com base nos princípios de uma cidade educadora.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Leila Maria de. *A Infância como Eixo Integrador de Políticas Públicas: Programa Primeira Infância Melhor – (PIM)*. Disponível em: <http://www.fmcsv.org.br/pdf/FMCSV_IWA_Leila.pdf>. Acesso em jan 2022.

ARIÈS, P. *História Social da criança e da família*. Tradução de Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

ASSESSORIA DE IMPRENSA. Camargo adere ao movimento das cidades educadoras na região. *Universidade de Passo Fundo (UPF)*, Passo Fundo-RS, 6 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.upf.br/universidadeeducadoraeinteligente/noticia/camargo-adere-ao-movimento-das-cidades-educadoras-na-regiao>>. Acesso em 2 jun. 2022.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS (AICE). Carta das Cidades Educadoras. AICE, Barcelona, 1990-2022. Disponível em: <<https://www.edcities.org/rede-portuguesa/wp-content/uploads/sites/12/2018/09/Carta-das-cidades-educadoras.pdf>>. Acesso em 20 jun 2021.

BENINCÁ, Elli. Indicativos para a elaboração de uma proposta pedagógica. *Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 13-33, dez. 1994.

BENINCÁ, Elli. CAIMI, Flávia Eloísa (orgs.). *Formação de Professores, um diálogo entre a teoria e a prática*. Universidade de Passo Fundo, 2002.

BERLINSKI, S., & SCHADY, N. *Los primeros años: el bienestar infantil y el papel de las políticas públicas*. BID, 2015.

BERNARDES, Karine. I. *Avaliação do Primeira Infância Melhor através de estudos de casos: o encontro entre a educação formal e não-formal*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BOWLBY, John. *Uma Base Segura: Aplicações Clínicas da Teoria do Apego*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BOWLBY, John. *Apego: A Natureza do Vínculo*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BRAGAGNOLO, Adriana. *A aquisição da linguagem escrita na educação infantil: concepções presentes nos meios acadêmicos*. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2004.

BRASIL, Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Brasília, 1990a.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. *Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências*. Brasília, 1990b.

BRASIL, Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. *Dispõe sobre a Convenção dos Direitos das Crianças*. Brasília: DF. Ministério das Relações Exteriores. 1990c.

BRASIL. *Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS*. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Brasília: Presidência da República, 1993.

BRASIL, *Política Nacional de Educação Infantil*. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Coordenação de Educação Infantil. Brasília. MEC/SEF/COEDI, 1994.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional*. LDBEN, nº 9.394. Brasília: Câmara Federal, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, Resolução CEB Nº 1, de 7 de abril de 1999. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica, *Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil*, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil*. MEC/SEB. Brasília: DF, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Parâmetros básicos de infra-estrutura para instituições de educação infantil*. Brasília: MEC, SEB, 2006

BRASIL, Decreto nº 6.286 de 05 de dezembro de 2007. *Institui o Programa Saúde na Escola – PSE*. Brasília: DF. Ministério das Relações Exteriores. 2007

BRASIL, Parecer CNE/CEB nº 20/2009, de 11 de novembro de 2009. *Dispõe sobre a revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília: DF. 2009

BRASIL. Lei nº 12.796/2013 de 04 de abril de 2013. *Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação*. Brasília: Câmara Federal, 2013.

BRASIL, *Plano Nacional de Educação 2014-2024*: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: Edições Câmara, 2014a.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. SERPA, Selma Maria Hayakawa Cunha. Nota Técnica Seaud 2/2013: *Compreendendo os conceitos de governança para controlar*. Revista do Tribunal de Contas da União. Número 127, maio/ago. 2014b.

BRASIL, Portaria nº 1.130/2015, de 05 de agosto de 2015. *Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)*. Brasília: DF, 2015.

BRASIL. *Lei de Políticas Públicas para a Primeira Infância*. Lei nº 13.257. Brasília: Câmara Federal, 2016a.

BRASIL. Constituição (1988). *Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016*. Brasília: DF. 2016b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm Acesso em jun. 2022.

BRASIL. *Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular* Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº2, de 22 de dezembro de 2017. Brasília, DF. 2017.

BRASIL, *Plano Nacional Primeira Infância: 2010 - 2022 | 2020 - 2030*. Rede Nacional Primeira Infância (RNPI); ANDI Comunicação e Direitos. - 2ª ed. (revista e atualizada). - Brasília, DF: RNPI/ANDI, 2020.

CABEZUDO, A. *Cidade educadora: uma proposta para os governos locais*. In. *Cidade educadora: princípios e experiências*. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire; Buenos Aires: Ciudades Educadoras América Latina, 2004.

CAMARGO. Lei Ordinária nº 368/1994 de 03 de março de 1994. *Estabelece a criação do Programa de Crédito Educativo Municipal*. Camargo, 1994.

CAMARGO. Lei Ordinária nº 1086/2005 de 27 de dezembro de 2005. *Estabelece a normatização do Programa de Crédito Educativo Municipal*. Camargo, 2005a.

CAMARGO. Lei Ordinária nº 1086/2005 de 27 de dezembro de 2005. *Estabelece a normatização do Programa de Crédito Educativo Municipal*. Camargo, 2005b.

CAMARGO. Lei Ordinária nº 1493/2011 de 11 de outubro de 2011. *Institui o Polo da Universidade Aberta do Brasil – UAB*. Camargo, 2011.

CAMARGO. *Lei Ordinária nº 1697/2015 de 9 de junho de 2015*. Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Educação. Camargo, 2015.

CAMARGO. Lei Ordinária nº 1798/2017 de 31 de outubro de 2017. *Estabelece que o Município de Camargo - RS passa a ter como língua co-oficial o Talian (Vêneto Brasileiro)*. Camargo, 2017.

CAMARGO. *Lei Ordinária nº 1895/2019 de 13 de agosto de 2019*. Dispõe sobre a autorização para a adesão a carta das cidades educadoras e ingresso na Associação Internacional das Cidades Educadoras. Camargo, 2019a.

CAMARGO. *Lei Ordinária nº 1907/2019 de 26 de dezembro de 2019*. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal da Cidade Educadora. Camargo, 2019b.

CAMARGO. Decreto Municipal nº 18/2019 de 20 de fevereiro de 2019. *Estabelece o financiamento de 100% do curso de Medicina através do Programa de Crédito Educativo Municipal*. Camargo, 2019c.

CARMO, M., & GUIZARDI, F. *Desafios da intersetorialidade nas políticas públicas de saúde e assistência social: uma revisão do estado da arte*. *Physis – Revista de Saúde Coletiva*, 27(4), p. 1265-1286, 2017.

DRÜGG, Carolina (2011). *Formação e desempenho do visitador na prática socioeducativa do Programa Primeira Infância Melhor*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FÁVERO, Altair Alberto; TONIETO, Carina; CONSALTÉR, Evandro. *Leituras sobre Zigmunt Bauman e a Educação*. Curitiba: CRV, 2019.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, Paulo. *II Congresso Internacional de Cidades educadoras*. Gotenburgo, Suécia, 25-27 novembro, 1992.

FREIRE, Paulo. *Política e Educação*. São Paulo, Cortez Editora, 1995, p.23.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010

FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL. A Criança e seu Desenvolvimento. In: FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL. *Primeira Infância em Pauta: um guia para aprimorar a comunicação dessa fase fundamental da vida*. [c2022?]. Disponível em: <<https://www.primeirainfanciaempauta.org.br/a-crianca-e-seu-desenvolvimento-por-um-atendimento-acolhedor.html>>. Acesso em 10 jan. 2022.

GARAJAU, N.I. *Reflexões sobre a intersetorialidade como estratégia de gestão social*. In: Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais: Expressões Socioculturais da Crise do Capital e as Implicações para a Garantia dos Direitos Sociais e para o Serviço Social, 3, Belo Horizonte, 2013.

GONÇALVES, Maria José. *Aumentar a resiliência das crianças vítimas de violência*. *Análise Psicológica* (2003), 1 (XXI): 23-30. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v21n1/v21n1a04.pdf>>. Acesso em: 07 set 2009.

HARVEY, D. *O direito à cidade. Lutas Sociais*. São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

HECKMAN, James J. “*Causal Parameters and Policy Analysis in Economics: A Twentieth Century Retrospective*” *The Quarterly Journal of Economics*, Oxford University Press, vol. 115(1), pages 45-97. 2016.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2005*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2005/>. Consultado em maio de 2021.

KAISER, Dagmar Elaine; FREITAS, Talita Cristiane Sutter. Programa Primeira Infância Melhor: percepções do Visitador. *Revista Ciência, Cuidado e Saúde*, n.1, v.9, já/mar. 2009.

JUNQUEIRA, L.A.P; INOJOSA R.M. *Desenvolvimento social e intersetorialidade: a cidade solidária*. São Paulo: FUNDAP, 1997.

JUNQUEIRA, L.A.P. 1999. *Descentralização, intersetorialidade e rede como estratégias de gestão da cidade*. *Revista FEA-PUC-SP*, 1:57-72.

LEVINSKI, Eliara Z.; TASCHELO, Márcio. *Cidade Educadora: um desafio para Passo Fundo*. In: BARELLI, Cristiane et al (org.). *Caderno de educação socioambiental: projeto de extensão Goio-En “Saneamento para a vida”*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo, 2013.

LEVINSKI, E. Z. *A dimensão político-pedagógica do processo participativo no ensino público municipal de Getúlio Vargas – RS*. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MARCON, Telmo. *Os movimentos sociais como educadores: contribuições políticas e pedagógicas do Acampamento Natalino*. Passo Fundo: ed. Universidade de Passo Fundo, 2016.

MEIRELLES, Z. V.; SILVA, C. A. *Redes de apoio à saúde da mulher adolescente/jovem vítima de violência*. In: TARQUETE, S. R. (Org.). *Violência contra a mulher adolescente/jovem*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p.208.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOLL, Jaqueline. *Territórios Educativos e Educação Integral no Brasil*. In: *Aprendiz: 20 anos de história e reinvenção*. São Paulo: Associação Cidade Escola Aprendiz, 2017.

MOREIRA, I. A. W. *As propostas de rebaixamento da idade penal de adolescentes no Brasil e o posicionamento do conjunto CFESS/CRESS*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

OLIVEIRA, F. *Redes: o desafio da democratização dos saberes e poderes, limites e possibilidades*. In: SEMINÁRIO *Combate à Violência Contra a Mulher*. Minas Gerais: Conselho Estadual da Mulher de MG, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMARGO. *Conheça Camargo. Cuidando de Camargo*, Camargo-RS, c2022. Disponível em: <<https://www.pmcamargo.com.br/institucional>>. Acesso em jan. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Estadual nº 10.257, de 10 de julho de 2001. *Estabelece diretrizes gerais da política urbana*. RS, 2001

RIO GRANDE DO SUL. Lei Estadual nº 12.544, de 03 de julho de 2006. *Institui o Programa Primeira Infância Melhor – PIM*. RS, 2006a

RIO GRANDE DO SUL. Lei Estadual nº 14.594, de 28 de agosto de 2014. *Realiza alterações na Lei nº 12.544/2006 sobre o desenvolvimento do Programa Primeira Infância Melhor – PIM*. RS, 2006b

RIO GRANDE DO SUL, Secretaria Estadual da Saúde. Portaria Estadual nº 843, de 02 de dezembro de 2021. *Altera a Portaria nº 635 e define os critérios de habilitação e a forma de distribuição dos recursos financeiros do PIAPS*. RS, 2006c

RIO GRANDE DO SUL, Secretaria Estadual da Saúde. Programa Primeira Infância Melhor. *Guia da Família*. 7 ed. Porto Alegre: CORAG, 2016a.

RIO GRANDE DO SUL, Secretaria Estadual da Saúde. Programa Primeira Infância Melhor. *Guia da Gestante*. 7 ed. Porto Alegre: CORAG, 2016b.

RIO GRANDE DO SUL, Secretaria Estadual da Saúde. Programa Primeira Infância Melhor. *Guia da Gestante para o visitador*. 7 ed. Porto Alegre: CORAG, 2016c.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual da Saúde. *Cadernos do Primeira Infância Melhor: adesão, implantação e implementação*. Departamento de Atenção Primária e Políticas de Saúde. Divisão da Primeira Infância. Primeira Infância Melhor. Organizado por Carolina de Vasconcellos Drugg et al. Porto Alegre: ESP/RS, 2021.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record; 2003^a.

SARMENTO, M. J. *A reinvenção do ofício de criança e de aluno*. Revista Atos de Pesquisa em Educação, vol. 6 nº3: 2011. p. 581-602

SARMENTO, M. J. *A Sociologia da infância e a sociedade contemporânea: desafios conceituais e praxeológicos*, In Teodora. R.; Garanhani, M., (Org), *Sociologia da Infância e a Formação de Professores*, Curitiba. Champagnat Editora, 2013.

SCHEIDEMANTEL, Sheila Elisa. KLEIN, Ralf e TEIXEIRA, Lúcia Inês. A Importância da Extensão Universitária: o Projeto Construir. *Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004*. Universidade Federal de Minas Gerais - Campus da Pampulha – Belo Horizonte – MG Disponível em: <<https://aneste.org/anais-do-2-congresso-brasileiro-de-extenso-universitaria-belo-h.html>>. Acesso em 03 fev 2019.

SCHNEIDER, Alessandra; RAMIRES, Vera. *Primeira Infância Melhor: uma inovação em política pública*. Brasília: UNESCO, Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, 2007.

SCHNEIDER, Alessandra. *Percepções Maternas sobre Visitas Domiciliares na Gestação e no Primeiro Ano de Vida do Bebê: um estudo com mães do programa primeira infância melhor*. UNISINOS: Porto Alegre, 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica), Faculdade de Psicologia, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2010.

SECCHI, Leonardo. Capítulo 3 - Ciclo de Políticas Públicas. Publicado por Ana Celeste. Slideplayer, [2014?]. Disponível em: <<https://slideplayer.com.br/slide/1872664/>>. Acesso em 20 jan. 2022.

SECCHI, Leonardo. *Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções*. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR. Identificação do Usuário. SisPIM. [c2022?]. Disponível em: <http://www.pim.saude.rs.gov.br/pim_a/php/identificacaoDeUsuario.php?d=ex>. Acesso em jan. 2022.

UNESCO. Brasil. *Educação e Cuidado na Primeira Infância: Grandes Desafios*. Tradução de Guilherme João Freitas Teixeira - Brasília, OECD, Ministério da Saúde, 2002.

UNESCO. Brasil. *Bases sólidas: educação e cuidados na primeira infância; relatório de monitoramento global de educação para todos – EPT*. Brasília: UNESCO, 2007.

UNESCO. Brasil. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem - Conferência de Jomtien*. UNESCO: Jomtien, 1990. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso 10 ago 2022

UNICEF. *Declaração Universal dos Direitos da Criança*. Nova Iorque: UNICEF, 1959. Disponível em: < http://www.unicef.org/brazil/decl_dir.htm>.

UNICEF. *Relatório anual do Fundo das Nações Unidas para a Infância: crianças de até 6 anos, o direito à sobrevivência e ao desenvolvimento*. Brasília, 2006.

VYGOTSKY, L.S. *A formação social da mente*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.